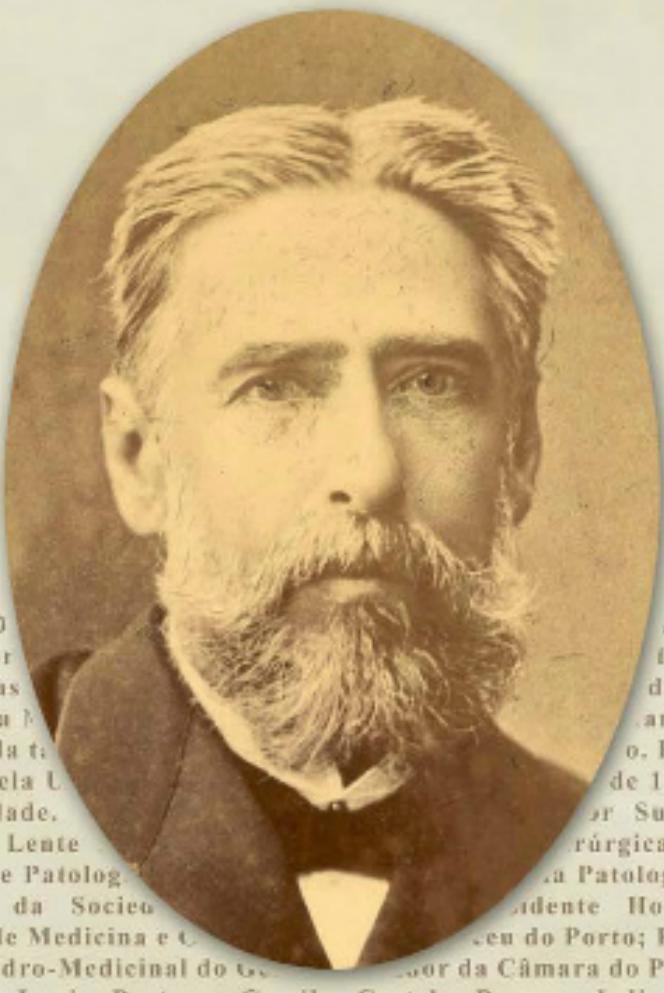


NOVA SÉRIE

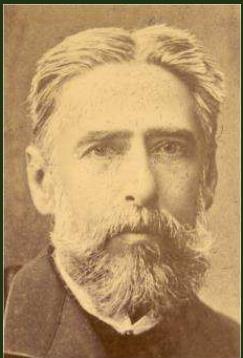
REVISTA da MAIA

REVISTA CULTURAL da CÂMARA MUNICIPAL da MAIA



DR. JOSÉ DE ALMEIDA AZEVEDO DE VASCONCELOS
Andrade Gralha e Garrido. Nasceu em 1828, faleceu em 1914. Nasceu no Concelho da Maia, faleceu na mesma vila, às 2 horas da tarde, dia 13 de Setembro de 1914. Foi professor de Medicina pela Universidade de Coimbra, onde se formou, aos 22 anos de idade. Professor de Histologia, de Fisiologia; Lente de Professores de Medicina, Professor de Patologia Interna, Presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Porto, Presidente Honorário da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Porto, Presidente da Sociedade Hidro-Medicinal do Grande Porto, Conselheiro da Câmara do Porto. Amigo pessoal de Louis Pasteur. Camilo Castelo Branco dedicou-lhe uma tradução sua, com o título "Cenas da hora final". Casou em 1850, com D. Maria José de Almeida Azevedo de Vasconcelos, nascida a 17 de Janeiro de 1828, natural de S. Pedro do Sul, Vila da Feira e faleceu na freguesia de Cedofeita, Porto, a 13 de Setembro de 1914, filha do Capitão João de Almeida Azevedo de Vasconcelos, natural de S. Pedro do Sul, e de sua mulher D. Maria Emilia Pereira da Silva de Lancastre Meneses, natural do Porto. Filhos: a) Cristovão de Almeida Azevedo de Vasconcelos Gramaxo, b) José de Almeida Azevedo de Vasconcelos Gramaxo, c) Fernando de

Ludovina de Vasconcelos, natural de Sousa, faleceu em 1921, casada com Dr. António de Barreiros, natural de Vila do Conde. Formado em Medicina na Universidade de Coimbra em 1848, com 22 anos de idade. Foi Substituto de Professor de Cirurgia e de Patologia Interna; Professor de Cirurgia da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto; Promotor da Sociedade Hidro-Medicinal do Grande Porto, Conselheiro da Câmara do Porto. Amigo pessoal de Louis Pasteur. Camilo Castelo Branco dedicou-lhe uma tradução sua, com o título "Cenas da hora final". Casou em 1850, com D. Maria José de Almeida Azevedo de Vasconcelos, nascida a 17 de Janeiro de 1828, natural de S. Pedro do Sul, Vila da Feira e faleceu na freguesia de Cedofeita, Porto, a 13 de Setembro de 1914, filha do Capitão João de Almeida Azevedo de Vasconcelos, natural de S. Pedro do Sul, e de sua mulher D. Maria Emilia Pereira da Silva de Lancastre Meneses, natural do Porto. Filhos: a) Cristovão de Almeida Azevedo de Vasconcelos Gramaxo, b) José de Almeida Azevedo de Vasconcelos Gramaxo, c) Fernando de



FICHA TÉCNICA

REVISTA DA MAIA – NOVA SÉRIE
ANO II, NÚMERO 1
JANEIRO/JUNHO 2017

EDIÇÃO

Câmara Municipal da Maia
Pelouro da Cultura

APOIO À EDIÇÃO

Fundação Gramaxo

DIRETOR

Mário Nuno Neves

EDITOR

José Maia Marques

CAPA

Manuel Magalhães, com foto do
Dr. José de Andrade Gramaxo

PROPRIEDADE

Câmara Municipal da Maia
©Todos os direitos reservados

ISSN: 2183-8437

CONTACTOS

E-mail:
cultura@cm-maia.pt

Web:
<http://maiacultura.cm-maia.pt/>

Edição em papel: 400 exemplares
Empresa Diário do Porto

REVISTA da MAIA

ÍNDICE

Editorial

Mário Nuno Neves 3

A Maia e os Caminhos de Santiago

Rui Patrício Sarmento Rodrigues 4

Destaque do Editor

José A. Maia Marques 6

ARTIGOS

Um arcebispo maiato na Independência de Portugal

Joaquim José Moreira dos Santos 9

Uma visão do concelho da Maia, à luz do seu Arquivo Municipal. Cronologia de factos ocorridos nos anos de 1910 a 1912

Rui Teles de Meneses 25

José de Andrade Gramaxo, o médico portuense De origens maiatas

Daniela Alves, Hélder Barbosa e Jorge Ricardo Pinto 37

A Maia, António Ferro e a Política do Espírito

José Augusto Maia Marques 55

A Cascata do “Quim do Pedro”. Três gerações e uma obra ímpar.

Liliana Aguiar 73

Os sistemas de atrelagem de bois O jugo e a sua importância ao longo dos séculos.

Sara Lobão Martins 83

Lembranças, 1945 - O Aeroporto de Pedras Rubras segundo o manuscrito de Joaquim Dias Salgueiro Parte 2

Armando Mário Moreira Tavares 88

A reestruturação da Rede de Bibliotecas da Maia

Miguel Azevedo 100

NOTAS DE LEITURA

102

PRESENÇAS

103

EDITORIAL

Cooperação

Este número da “Revista da Maia – Nova Série”, vai sair também em suporte papel.

A novidade em si não seria especial se essa edição em papel não se devesse ao patrocínio da Fundação Gramaxo.

Esta instituição, de fundação recente, mas raízes antigas – a família Gramaxo está no concelho há mais de 350 anos – tem um forte pendor cultural. Já realizou ou albergou conferências, colóquios, a Feira do Livro da Maia, e já editou um interessante livro sobre as Quintas da Maia.

A sua sede, a Quinta da Boa Vista, possui um excelente património construído, nomeadamente a “casa da família”, rodeado por um aprazível espaço verde, tudo isto no centro da cidade da Maia

**O “solar” dos Gramaxos,
na Quinta da Boa Vista**



Esta atitude da Fundação Gramaxo de querer responsabilizar-se pela edição em papel deste número da “Revista da Maia – Nova Série”, revela da parte daquela Instituição dois aspetos muito importantes.

Por um lado, a vontade em participar ativamente nas coisas da cultura desta Terra que é também a sua, tornando-se uma facilitadora, promovendo, cedendo instalações, abalancando-se a edições. Fazendo o seu papel de uma cidadania ativa e participativa, como todos os cidadãos, institucionais ou não, deveriam ser.

Mas por outro, assumindo a “responsabilidade social” de um projeto de monta, que passa por abrir ao público um parque, por dotar esse espaço de obras de arte pública e por construir, segundo projeto de Álvaro Siza Vieira, um novo edifício sede.

É, portanto, uma Fundação atuante, virada para a cultura e para o público. Não é, como infelizmente são algumas, uma fundação “fantasma”, virada para dentro e com fins que ninguém conhece.

Ainda bem para todos, ainda bem para a Maia

**Mário Nuno Neves
(Diretor)**

A MAIA E OS CAMINHOS DE SANTIAGO



O Caminho de Santiago é uma rota milenar seguida por milhões de peregrinos desde o início do século IX, quando foi descoberto o sepulcro do Apóstolo Santiago o Maior.

Desde então, pessoas das mais diversas procedências percorrem os Caminhos que conduzem à Catedral onde se veneram as relíquias do Santo Apóstolo, dando origem a um fenómeno que se mantém e reforça de dia para dia.

Percorrer o Caminho de Santiago é fazer um caminho de renovação, de transformação interior viajando ao ritmo de outros séculos, é no fundo peregrinar.

O Caminho Português é uma manifestação de património cultural imaterial que contribui de forma determinante para o fomento do turismo religioso, defendendo deste modo a preservação dos valores culturais materiais e imateriais como fatores chave nos territórios abrangidos pelas rotas peregrinarias, sustentando o aumento do número de peregrinos.

Sendo um património imaterial com crescente interesse nacional e internacional, o Caminho de Santiago carece de um programa infraestrutural condigno que permita dignificar e potenciar o seu valor intrínseco e adaptá-lo às condições atualmente exigidas pelos modernos peregrinos.

Sendo um património em vias de se transformar num produto turístico de maior densidade, foram identificados um conjunto de deficiências que têm contribuído para limitar o crescimento do Caminho Português de Santiago, nomeadamente, aquelas que resultam de uma sinalização desadequada ou da falta de infraestruturas de apoio, que são indutoras de insegurança e produzem insatisfação nos peregrinos. Nas freguesias atravessadas pelos traçados do Caminho Português da Costa e Caminho Central tem vindo a acontecer a criação de novos itinerários sem outro critério que não o de satisfazer interesses comerciais e de “valorização” turística, Indivíduos e até empresas galegas, sem autorização de ninguém, “inventam” novos caminhos para Santiago que não possuem

qualquer validade histórica, pintando setas amarelas, tornando a tarefa do peregrino difícil e desgastante.

O município da Maia, com uma vontade férrea de garantir uma melhor qualificação dos trajetos históricos que cruzam o seu território, tomou a dianteira e implementou uma sinalética inovadora que será replicada por vários outros municípios portugueses.

Este projeto é o início de uma estratégia que visa atrair turismo cultural e turismo religioso, numa seleção prévia, exclui locais com falta de condições mínimas para suporte a uma caminhada até Santiago de Compostela.

Estão atualmente sinalizados 3 itinerários: Caminho Central, Caminho Central por Braga e Caminho da Costa, levamos a cabo atividades culturais, visitas guiadas, edição de material informativo e promocional com o objetivo de dinamizar os percursos e tornar a experiência do peregrino ainda mais memorável.

No próximo ano, vamos organizar um Congresso Internacional para debater a temática "Caminhos de Santiago e o seu Impacto no Turismo do Norte de Portugal e Galiza" a realizar nos dias 1 e 2 de junho no Fórum da Maia. Neste evento queremos reunir académicos, investigadores, e profissionais de grande valia cujo conhecimento sobre o tema é fundamental para melhorarmos o nosso desempenho e ajustar a nossa estratégia a fim de satisfazer e captar cada vez mais peregrinos.

Por forma a que o investimento dê resultados positivos, é imprescindível que as juntas de freguesia e os cidadãos maiatos, protejam estes marcos e denunciem qualquer tipo de infração que contra eles ocorra.

Boa Peregrinação!

**Rui Patrício Sarmento Rodrigues
(Chefe da Divisão de Cultura e Turismo)**



O DESTAQUE DO EDITOR

1917 – 1918 anos decisivos da participação portuguesa na Grande Guerra



A participação do Portugal na Grande Guerra é, em muitos aspectos uma história mal contada. Ou melhor, duas, já que uma coisa foi a guerra na Europa, nomeadamente na Flandres, sobre a qual se tem escrito muito, mas não se tem dito tanto quanto se tem escrito, e outra história é a guerra em África, onde estivemos desde os primeiros momentos, mesmo antes da declaração formal, e sobre a qual se sabe muito pouco.

E o que é preocupante é que em muitos casos parece que se teima em saber pouco, ou nada. Parece que há situações que, passados cem anos (!!!) ainda tirarão o sono a alguém...

Na Maia, logo desde junho de 2014 que começamos as “hostilidades”. A Câmara Municipal aprovou um conjunto de realizações que se estenderão até 2018. Essas realizações têm sido levadas a cabo com regularidade, estendendo-se por vezes a espaços exteriores ao Fórum da Maia, como é o Caso do Instituto Cultural da Maia – Universidade Séniior, onde realizamos várias palestras e até um Seminário anual em 2014/2015 e ao Centro Comercial Maia Jardim, onde já estiveram patentes duas exposições.

Então porque abordo aqui a questão?

Para além de várias iniciativas ainda este ano, que se prendem com o transporte das nossas tropas para o local de combate e com as primeiras refregas com o inimigo, abordando a vida nas trincheiras com todas as suas dificuldades, 2018 vai ser um ano com muitas iniciativas importantes.

Em 6 de abril, numa evocação da Batalha de La Lys (outra história mal contada), teremos um Colóquio com a presença de vários especialistas nacionais no tema.

Em 9, 10 e 11 de novembro teremos um Congresso onde estarão presentes alguns dos maiores estudiosos da Grande Guerra, sendo que o dia 11 se destina à evocação do Armistício e sobretudo dos Maiatos que combateram na Primeira Guerra Mundial.

Mas a seguir ao verão, e até ao 11 de novembro, decorrerá uma grande exposição genericamente intitulada “A Maia e os Maiatos na Grande Guerra”, designação aliás que adotamos para todo o projeto em que ela se insere.

Pretende-se ter, nessa exposição, coisas “nossas” e da “nossa gente”. Por isso este apelo que vos lanço – se tiverdes alguém que, antepassados, na vossa família ou no vosso círculo de amigos, tenha participado na Grande Guerra, fazei-nos chegar a informação. Se tiverdes algum objeto que lhe tenha pertencido, cedei-o para a exposição, que terá todas as condições de segurança. Ou, pelo menos, permiti que o fotografemos ou digitalizemos. Se tiverdes um postal, uma carta, permiti que a publiquemos, mesmo omitindo os nomes se desejardeis.

Quanto mais da Maia e dos Maiatos tivermos na exposição, melhor.

No próximo número voltaremos ao tema.

*José Maia Marques
(Editor)*

Um Arcebispo maiato na independência de Portugal.

Joaquim José Moreira dos Santos^{*}

Resumo: neste artigo aborda-se a insigne figura do maiato Paio Mendes, Arcebispo de Braga, irmão de Soeiro Mendes e de Gonçalo Mendes, o Lidor, personagem influente junto do jovem rei Afonso Henriques, cujo papel no processo de independência de Portugal não tem sido devidamente ressaltado.

Palavras-chave: Paio Mendes, Portugal, Maia, Independência, estratégia.

1. Portugal: do Condado ao Reino

1.1. Da presúria do Porto (868) resultou a formação do primeiro Condado Portucalense, sob a chefia do presor Vímara Peres, que se acantonou na área da futura Guimarães. A derrota do seu derradeiro sucessor, Nuno Mendes, em 1071, em Pedroso, junto a Braga, deixou vazio o Condado Portucalense, até ao Conde Dom Raimundo (1092). Sucedeu-lhe o primo, o Conde Dom Henrique (1096-1112), que casou com Teresa, filha bastarda de Afonso VI de Leão e Castela e de Ximena Moniz de Bierzo.

Após a morte do marido (1112), a condessa Dona Teresa assumiu o governo portucalense, até à sua derrota, na batalha de São Mamede, em Guimarães, a 24 de Junho de 1128. Durante o governo do Infante Dom Afonso Henriques, o Condado vai converter-se em Reino, primeiro reconhecido pela sua cúria e pelo seu exército, com a vitória de Ourique (25 de Julho de 1139), depois, pelo Rei de Leão e Castela, no Tratado de Zamora (1143) e, finalmente, pelas instâncias internacionais, com a bula Manifestis Probatum, do Papa Alexandre III (1179).

1.2. Em 1086, devido às boas relações que Afonso VI, rei de Leão e Castela, tinha com Dom Hugo, o abade de Cluny, veio participar na luta pela reconquista cristã, na Península Ibérica, o conde francês Dom Raimundo de Borgonha.

Em 1092, Afonso VI, concedeu o governo da Galiza ao conde D. Raimundo, aliás já seu genro desde 1090, devido ao casamento deste com a filha legítima do rei Afonso VI, Dona Urraca. Estabeleceu-se, assim, uma relação de suserania, que controlava as pretensões autonomistas da Galiza, como havia acontecido, em 1087, com a revolta do conde local Garcia Oveques.

Para se entender a razão da formação do Condado Portucalense, deve igualmente analisar-se a questão da volatilidade da posse do espaço físico do território, sujeito aos resultados de vitórias ou derrotas entre as forças cristãs e mouras e das famílias emergentes, como os senhores da Maia.

Em 1093, o rei de Badajoz colocou-se sob a protecção de Afonso VI, de Leão, entregando-lhe Santarém, Lisboa e Sintra. Logo no ano seguinte, esses territórios foram perdidos pelos cristãos.

Parece lógico que a Afonso VI de Leão se tenha colocado a questão de nova descentralização de poder, com o fim de uma maior e mais eficaz consolidação dos territórios conquistados aos mouros. E assim, em 1096, concedeu a D. Henrique o governo do Condado Portucalense, associado ao

* Investigador de História Local e Pároco Jubilado de Vila Nova da Telha

casamento realizado, no ano anterior, com sua filha ilegítima, D. Teresa.

A doação do Condado foi a título hereditário, isto é, sem restituição após a morte dos titulares. Nessa altura, os limites do Condado confinavam-se, a sul, em Coimbra e, a norte, no Rio Minho.

O espírito de autonomia do Conde D. Henrique mudou de direcção durante o governo da esposa, D. Teresa.



Fig. 1 – D. Afonso Henriques. Biblioteca Nacional Digital

A corte dela ficou rodeada de fidalgos galegos, sob a estratégia de Fernão Peres de Trava. A esta circunstância negativa para a autonomia portuguesa, juntaram-se as ambições do arcebispo de Compostela, Diogo Gelmirez. Esta nova corrente política gerou uma forte oposição por parte dos grandes nobres portucalenses, que ergueram, como bandeira da recuperação da sua importância, os direitos do Infante Dom Afonso Henriques. Em conjunto com o Infante, formou-se um exército, para pôr em prática o projecto de autonomia do Condado Portucalense, quer face ao poderio galego, quer às aspirações de Leão e Castela. A família da Maia tomou o lugar da dianteira no programa de autonomia do Condado Portucalense, embrião do Reino livre de Portugal.

Como atrás apontámos, o processo de autonomia de Portugal, que transformou o Condado Portucalense em Reino de Portugal, desenrolou-se em quatro momentos cruciais, na superação do confronto de poderes:

- (a) 1128 (24 de Junho). A batalha de São Mamede assegurou a autonomia do Condado Portucalense, face à ingerência da nobreza galega. Trata-se do **reconhecimento local e regional**: O condado portucalense autonomiza-se da Galiza do Norte, representada pelo arcebispo de Compostela, Diogo Gelmires (poder religioso), e por Fernão Peres de Trava (poder político)¹.
- (b) 1139 (25 de Julho). A batalha de Ourique simboliza a vitória sobre a hegemonia dos mouros, no sul de Portugal, que só viria a concluir-se em 1249, com a conquista definitiva do Algarve. Trata-se do **reconhecimento interno** do Reino de Portugal.
- (c) 1143 (5 de Outubro). O tratado de Zamora reconheceu o Reino de Portugal como um entre outros reinos na Península Ibérica. Trata-se do **reconhecimento ibérico**: mais um reino entre reinos ibéricos.
- (d) 1179 (23 de Maio): E, finalmente, a bula papal *Manifestis Probatum* concluiu o processo do reconhecimento internacional da autonomia do Reino de Portugal. Trata-se de **reconhecimento internacional**.

Em torno da **família da Maia** – conhecida como a dinastia fundadora do Reino de Portugal –, foi planificado e executado um programa eficaz, que conduziu à vitória de São Mamede, em Guimarães (1128), e à autonomia definitiva do Condado Portucalense, embrião do Reino de Portugal.

¹ O facto de o arcebispo de Toledo estar também interessado na primazia eclesiástica, com o aumento da influência de São Tiago de Compostela, na Hispânia também favoreceu a autonomia portucalense.

2. A Maia

2.1. Admitindo como válida a conclusão de que o vocábulo «MAIA»² provém de madequia > madeia > madia, a Maia, circunscrição territorial, situada no Condado Portucalense.

Desde o Parochiale Suevicum ou Divisio Theodomiri, a província da antiga Galécia (do rio Douro à costa cantábrica) dividia-se em duas dioceses (Braga e Lugo). As dioceses dividiam-se em paróquias.

As invasões muçulmanas (século VIII) perturbaram a normalidade desta situação, sobretudo em relação aos bispos, que se ausentaram das suas dioceses, refugiando-se no norte.

Com a reconquista, estabelecem-se os condados: Condado Portucalense (868), Condado Conimbricense (878) e outros.

Nos documentos do século XI, o território (territorium) funciona como a principal e mais vasta referência toponímica, para situar igrejas (basilicae), casais e herdades: territorium Portucalense, territorium Bracharense, territorium Conimbricense, territorium Anegia...

O rei Fernando Magno promove a organização do espaço geográfico-administrativo em «terras», referenciadas a um castelo principal, unidade militar de defesa das populações locais e dos seus bens. Assim, nos meados do século XI, nasceu a «Terra da Maia», sendo entregue a sua administração aos «senhores da Maia». Soeiro Mendes da Maia, o Bom, foi a figura mais ilustre desta linhagem.

Nas inquirições de Dom Afonso II (1220), as «terras» concorrem com «termos» e «julgados». Mas, nas inquirições de Dom Afonso III (1258), só aparecem os «julgados». A segunda alçada começa os seus inquéritos pelos julgados da anterior «terra da Maia»: a primeira freguesia a ser inquirida é a de São João da Foz do Douro do Julgado de Bouças; os inquiridores passam ao Julgado da Maia, de Refojos de Riba de Ave e de Gondomar (e outros).

Os julgados da Maia, de Bouças, de Refojos de Riba de Ave e de Gondomar cobriam a administração civil da «Terra da Maia», com dois funcionários: o juiz da Maia, administrador judiciário, e o mordomo da Maia, administrador fiscal³.

2.2. Os limites da Maia - A Maia primitiva situava-se entre a Foz do Douro e a Foz do Ave e entre a foz do Sousa e Santo Tirso. Uma linha ideal entre a foz do Sousa e Santo Tirso passava pelos cumes de Santa Justa, em Valongo, da serra da Agrela e de Monte Córdova.

Este quadrado litoral foi sempre reduzido, até à extinção do concelho, decretada pelos liberais: de 10 de Dezembro de 1857 a 14 de Janeiro de 1868 (durante dez anos, um mês e quatro dias). Foi então ressuscitado o concelho da Maia, com o território actual.

² Duas origens etimológicas do topónimo MAIA ganham vantagem. Pe. Domingos de Azevedo Moreira explica como provém de am- ‘altura’ + -agia, que se aglutina em amagia, de onde deriva por aférese do a- e síncope do -g- maia. Armando Coelho Ferreira da Silva explica o étimo em madequia, com base no povo constante de uma inscrição votiva feita pelos madequises. Prefiro madequiensis, extensão de madequis, sendo o -s final uma marca de plural, do sufixo -ensi- ‘habitante’. A palavra madequia contém o radical mad- ‘humididade’, sendo madia ‘terra húmida’ e os madequises ‘habitantes da terra húmida’. Além da Maia portucalense, encontram-se dois topónimos semelhantes: ammaya, de Portalegre, que foi ciuitas e municipium romanos; e ammaja, que fora capital primitiva do condado de Castela (Era DCCCXCVIII. Populavit Rodericus Amajam per mandatum regis Ordonis.)

³ A administração local do que ficou na história como «terra da Maia», depois do domínio muçulmano, passou dos condes do primeiro Condado Portucalense para o infanço, rico-homem terratenente, da linhagem da Maia; depois, foi entregue a dois magistrados – o juiz e o mordomo do Julgado da Maia; e, finalmente, coube a administração ao concelho da Maia entidade que ainda se conserva. A unidade territorial e administrativa do concelho foi sujeita à sanha da política liberal, sendo retalhada e até extinta desde 10 de Dezembro de 1857 até 14 de Janeiro de 1868.

3. Os Mendes da Maia

Os Mendes da Maia constituíam uma família radicada na terra da Maia, desde o século X.

A lenda de Gaia, ou do Rei D. Ramiro II, toma a cabeceira desta narrativa. Mas Aboazar⁴ Lovesendes⁵ é o seu antepassado remoto mais conhecido (segunda metade do século X). Ele e a esposa, Unisco Godins, decidiram fundar o mosteiro de Santo Tirso, em 978⁶.

Ao filho Trastemiro Abunazar, sucedeu, na família, Gonçalo Trastemires, que conquistou Montemor-o-Velho aos Mouros, em 1034; e viria a ser morto em Avioso, em 1038. Gonçalo Trastemires tinha casado com Unisco Sisnandes, proprietária do mosteiro de Lavra⁷.

O sucessor do antecedente, Mendo Gonçalves, foi tido como uir illustris et magne potentie in toto Portugal ‘o varão ilustre e de grande poder em todo o Portugal’⁸. Mendo Gonçalves da Maia «tem as terras de Refojos de Riba de Ave e de Vermoim. Deixa esta última a outras famílias, mas transmite a da Maia em linha recta a Soeiro Mendes, este a Paio Soares, este a Pêro Pais e este a João Pires»⁹.

Mem ou Mendo Gonçalves casou com Ledegúndia Soares, a Tainha: tinha um saíão de Guimarei, Santo Tirso, ao seu dispor (1048); presidiu a um julgamento na Maia (1053) e assistiu a outro em Guimarães (1050); confirmou um documento de Leça (1045); e acompanhou o rei de Leão, Fernando Magno (1049 e 1053); esteve presente, com este rei, num julgamento em Palência (1059); e faleceu em 1065. Foi esta actividade política e militar que lhe valeu a classificação de «varão ilustre e de grande poder em todo o Portugal».¹⁰

Soeiro Mendes¹¹ da Maia, o Bom, acompanhou os Condes Dom Henrique e Dona Teresa, na administração do Condado Portucalense e na defesa do território, nomeadamente face às razias muçulmanas, vindas do sul.

Também decisivos nos destinos de Portugal foram os três netos de Soeiro Mendes da Maia, o Bom: [1] Soeiro (o primogénito), [2] Paio (o Arcebispo) e [3] Gonçalo (o Lidor). São filhos de Mendo Soares (origem de linha colateral, por ser um filho segundo e não o primogénito. Esse foi Paio Mendes).

Em todo o caso, estes famosos Mendes da Maia foram, nos fins do primeiro quartel de século XII, os verdadeiros expoentes da aristocracia portucalense e partidários da independência de Portugal.

⁴ Este epónimo é grafado Abunazar ou Albunazar. O patronímico também alterna com Ramires.

⁵ Partindo deste elemento – Aboazar Lovesendes – raiz de tronco da família da linhagem da Maia, a sucessão pode ser representada pela mnemónica seguinte: **AbuTras / GonMenSo / PaiPêJo**

⁶ O mosteiro foi fundado por D. Unisco Godins e seu marido Abunazar Lovesendes, considerado como o primeiro senhor da Maia e ancestral desta família, em 978, conforme documento publicado por D. António Caetano de Sousa.

⁷ O mosteiro de Lavra foi herdado pela filha Gontrode Gonçalves, falecida em 1114.

⁸ O Papa Dom Pascoal II concedeu a categoria de arcebispo a São Geraldo, que em Braga reuniu para se assumir os ritos litúrgicos romanos, em desfavor dos ritos moçárabes, até então em uso: In quo convento presens adfuit prepotens et nobilissimus omnium portugalensium Suarius Menendiz, heres ac potius dominus et defensor supra dicti monasterii, coram cuius archiepiscopus tulit supra dictam cartam que post juramentum pueri fuerat inventa ‘na qual reunião esteve presente o mais poderoso e nobre de todos os portugueses...’ (Documento do mosteiro de Santo Tirso, de 1092).

⁹ José Mattoso, *Ricos-Homens, Infâncias e Cavaleiros...*, 1982, p. 131. Esta série de sucessores, na família da Maia, ainda não cobre o problema gerado pela homônima dos Soeiros Mendes. É que entre Soeiro Mendes da Maia, o Bom, e o neto, Soeiro Mendes da Maia, irmão de Gonçalo Mendes da Maia e de Dom Paio Mendes da Maia, arcebispo de Braga, situa-se Mendo Soares, que faleceria muito novo e estaria na dependência económica do pai.

¹⁰ Documento de Santo Tirso. «Era 1103 [ano de 1065] mortuus est Menendus Gonsalviz, uir illustris et magne potentie in toto Portugal»

¹¹ Há vários «Soeiro Mendes»: Soeiro Mendes o Bom; o seu neto; Soeiro Mendes, filho de Mendo Soares, que assina a doação feita por seu pai ao mosteiro de Santo Tirso; e o seu neto; Soeiro Mendes, de Touques, o Mão de Águia. Soeiro Mendes, filho do «Sousão», foi mordomo-mor de D. Sancho I (1185-1211).

E quando sentiram que, na corte de Dona Teresa, tomavam prevalência os aristocratas galegos – especialmente os Travas –, os Mendes da Maia começaram a urdir o “golpe de Estado” que levaria os dois partidos aos campos de S. Mamede. A intervenção dos irmãos Mendes da Maia revelar-se-ia decisiva na conjuntura que elevaria, à chefia do Condado, o moço Infante Afonso Henriques.

Com efeito, é crível que, alguns anos após a morte do Conde D. Henrique, o adolescente filho dos condes portucalenses, se mantivesse no convívio e na familiaridade dos Mendes da Maia¹². Desde 1118, Paio era arcebispo da Sé primacial bracarense e, como tal, a primeira figura da igreja portucalense. Em 27 de Maio de 1128, o Arcebispo e o Infante lavraram, em Braga, um importante documento, onde o Infante promete, ao arcebispo, direitos sobre várias vilas e lugares, diversas isenções e alguns importantes privilégios, logo que o filho de Dona Teresa assumisse o poder, em lugar da mãe. Entretanto, os acontecimentos precipitaram-se e em 24 de Junho tiveram o seu momento decisivo. As forças leais a Dona Teresa encontraram-se com as forças do Infante e do Arcebispo nos campos de S. Mamede. As forças do Infante, comandadas por Gonçalo Mendes, congregavam as melhores famílias do Condado Portucalense e saíram vencedoras da contenda. Os Mendes da Maia, Paio e Gonçalo, sobretudo, assumiram assim o papel de construtores da pátria.

Soeiro Mendes da Maia "O bom" (1060-1108) foi o protector de Teresa de Leão e o mais categorizado auxiliar de Dom Henrique de Borgonha, Conde de Portugal, ficando encarregado de o substituir, na qualidade máxima de administrador do Condado Portucalense, durante as suas longas ausências. Faleceu antes dos fins de 1108.

Foi filho de Mendo Gonçalves da Maia (1020-1065), 3º Senhor da Maia, e de Ledegúndia Soares Tainha (1030-?), filha de Soeiro Guedes (1040-?) e de Ledegúndia Tainha. Casou com Gontrode Moniz (1060 -?), filha do conde de Bierzo, de Monio Moniz de Bierzo (1030-1097) e de Mumadona Moniz (? -1065).

D. Soeiro Mendes da Maia, o Bom, filho de Mem Gonçalves e de Ledegúndia Soares, nasceu entre 1040 e 1045, segundo uns, e cerca de 1060, segundo outros. Faleceu, provavelmente, antes dos finais de 1108, no estrangeiro¹³. Casou com Gontrode Moniz, da Biscaia, e depois com Dórdia Nunes, das Astúrias¹⁴. O título de «Bom» relaciona-se com a riqueza, o poderio e o prestígio¹⁵, de que gozava. Acompanhou e substituiu o conde D. Henrique em tarefas governativas, tendo-lhe sido confiadas várias terras¹⁶. Confirmou, em 1085 e em datas posteriores, documentos do rei de Leão, Afonso VI. Tudo isto, são marcas do seu poderio e prestígio. Mas é a quantidade de propriedades que os documentos identificam que revela a verdadeira extensão da riqueza deste infanção e rico-homem da linhagem da Maia. O padroado do mosteiro de Santo Tirso evidencia o seu lugar social de distinção.

Os condes Dom Henrique e Dona Teresa, no ano de 1097, instituíram o couto de Santo Tirso e doaram-no a Soeiro Mendes da Maia, em gratidão pelos serviços militares prestado. No ano seguinte, o casal Soeiro Mendes da Maia e esposa transferiram aquela doação dos condes portucalenses para os monges beneditinos de Santo Tirso, sob a abadia de Dom Gaudemiro¹⁷.

¹² Os primeiros anos de Dom Afonso Henriques foram passados nos territórios do aio, Egas Moniz, senhor de Riba Douro, nas imediações de Lamego.

¹³ A biografia de São Geraldo dá essa informação, insinuando que foi um castigo.

¹⁴ É possível que uma destas esposas seja de Soeiro o Bom e a outra seja do Soeiro, seu neto.

¹⁵ Doc. de Santo Tirso: «*prepotens et nobilissimus omnium Portugalensium ‘o mais poderoso e nobres de todos os portucalenses’*».

¹⁶ Foi o primeiro a gozar de um couto emanado do conde D. Henrique.

¹⁷ O patrono Martim Gil, conde de Barcelos, reedificou a igreja do mosteiro, no século XIV.

O filho mais velho do Bom – Dom Paio Soares da Maia – assume a sucessão da linhagem. E o filho segundo – Mendo Soares da Maia¹⁸ – não teve grande importância política e social, talvez, por ter morrido novo, deixando esse papel de relevância para três dos seus filhos, decisivos no processo da independência nacional e da reconquista: os famosos Mendes da Maia. São eles:

1. Soeiro Mendes da Maia [o neto], chefe da família, que, muito provavelmente, acolheu e acompanhou a adolescência de D. Afonso Henriques¹⁹.

2. Paio Mendes da Maia, que sucedeu aos três primeiros bispos²⁰ residentes de Braga restaurada, foi conselheiro espiritual de D. Afonso Henriques e o estratega do processo de independência nacional e um diplomata de elevada categoria. Também dispunha de homens de armas, como era habitual, naquele tempo.

3. Gonçalo Mendes da Maia, o Lidor, (Maia, 1079 — Beja, 1155) cavaleiro português, que ocupou lugar de destaque nas frentes de batalha contra os Mouros, excelente comandante militar – o que lhe fez atribuir o cognome de «O Lidor». Este nobre guerreiro da Maia foi assumido pelas gentes da Maia como seu patrono – símbolo de lutador pelo progresso da sua terra e pelo bem comum nacional.

Na mocidade, por sua fidalguia e afinidade espiritual, tornou-se um dos maiores amigos do futuro primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques. A vontade férrea de D. Gonçalo e suas inúmeras e épicas conquistas no campo de batalha – em que o risco de vida, no fragor da batalha, exercia sobre ele um misterioso fascínio, que o desafiava constantemente – granjearam-lhe o cognome de "O Lidor".



Fig. 2 – Gonçalo Mendes da Maia, o Lidor

4. A sorte da linhagem da Maia

4.1. Antes dos irmãos Mendes da Maia

Os senhores da Maia tinham o seu castelo primitivo, no alto da Maia (Águas Santas), e administravam a sua terra, com paços nobres em outros locais da terra da Maia, como no castro de Monte Córdova, onde habitualmente devia residir a família. Basta lembrar que foi em Santo Tirso que se tornaram padroeiros do seu mosteiro, fundando-o e doando aos seus monges beneditinos o couto de Santo Tirso²¹. O castelo da Maia (Águas Santas) e o de Monte Córdova controlavam todos os movimentos comerciais e militares na via que conduzia do Porto a Guimarães. No Castro de

¹⁸ Mendo Soares da Maia, filho de Soeiro Mendes da Maia, o Bom, confirma a doação do couto de Santo Tirso que o seu pai fez ao mesmo mosteiro, a 23 de Março de 1098: Ego Menendus Suariz filius ipsius Suarii Menendiz robo+ro et confirmo.

¹⁹ D. Afonso Henriques nasceu nos paços régios de Viseu, em Agosto de 1109, provavelmente no dia 5, e foi educado sob a protecção de Egas Moniz, o Aio, nos paços deste senhor de Riba Douro. Mas a adolescência parece ter sido na corte dos senhores da Maia.

²⁰ Os três primeiros arcebispos de Braga: em 1070 Dom Pedro, bispo; em 1096 São Geraldo, arcebispo, que faleceu em Bornes, Trás-os-Montes, a 05 de Dezembro de 1109; e, em 1109, Maurício Burdino, futuro antipapa (Gregório VIII). Em 1118, Paio Mendes da Maia assume a sé de Braga, como arcebispo.

²¹ Ainda hoje se conhecem duas das suas paróquias por Santa Cristina do Couto e São Miguel do Couto.

Alvarelhos, com o Paço em Palmazão, controlavam a antiga via romana, que ligava Portucale (Porto) a Brácara Augusta (Braga) e toda a beira-mar. A colina do castelo da Maia (Avioso) tinha a sua tropa vigilante naquele ponto muito sensível. O monte de Castro de Boi, em Vairão, ajudava a vigiar a Via Veteris, de que falam as inquirições de 1258.

Desde a lenda de Gaia e de Abunazar Lovesendes até aos netos de Soeiro Mendes da Maia, o Bom, passámos por Trastemiro Abunazar, Gonçalo Trastemires e Mendo Gonçalves.

4.2. Depois dos Mendes da Maia

4.2.1 De Soeiro Mendes da Maia, o Bom, nasceram os filhos seguintes:

Godo Soares da Maia (? -1133) casou com Paio Peres "Romeu"; Godinha Soares; Paio Soares da Maia, (1100-?), casou com Châmoa Gomes de Pombeiro, filha de Gomes Nunes de Pombeiro²² (1070-?) e de Elvira Perez de Trava (1100 -?); Mendo Soares da Maia²³ que foi pai dos três Mendes da Maia, protagonistas da batalha de São Mamede (24 de Junho de 1228): Gonçalo, Soeiro e Paio.

4.2.2 Paio Soares da Maia²⁴, herdou a riqueza e o prestígio da família da Maia. Foi na corte do conde D. Henrique uma importante personagem: mordomo-mor, em 1097; alcaide de Montemor, em 1099; governador da Maia, em 1110-1128; alferes da condessa D. Teresa, em 1122; e confirmou diversos documentos oficiais régios até 1129²⁵.

4.2.3 De Paio Soares da Maia, nasceu o Alferes, Pêro Pais da Maia.

Pêro Pais da Maia, o Alferes (1147-1186), casou com Elvira Viegas (filha de Egas Moniz, o Aio). Possuía casas em Guimarães, bens em Leão e ocupou, sucessivamente, o cargo de alferes de D. Afonso Henriques (1147-1169) e de D. Fernando, rei de Leão (1171-1186). A primeira data refere-se ao período que vai das conquistas de Santarém e Lisboa até ao desastre de Badajoz; e a segunda, corresponde à sua transferência para o serviço de Castela.

4.2.4 João Pires da Maia, filho do Zapata, herdou os bens e o prestígio da família. Casou com Guiomar Mendes, que era filha do «Sousão». Só deixou descendência feminina legítima: Teresa Anes, que casou com Fernando Anes da Galiza ou de Lima; Elvira Anes, que casou com Rui Gomes de Briteiros; e Maria Anes, que casou com Gil Martins de Riba de Vizela.

Estes descendentes da linhagem da Maia constam das inquirições de 1258 como donos de vastas propriedades dispersas por vários julgados.

4.2.5 Não podemos esquecer o ramo masculino do filho segundo de Pêro Pais, chamado Martim Pires da Maia, o Jami, que casou com Teresa Martins de Riba de Vizela. E geraram um filho varão, João Martins da Maia, o Abana, pai de Aldonça Anes, da Maia, e avô de João Rodrigues, de Briteiros. E também geraram uma filha, Elvira Martins da Maia.

4.3. As alianças matrimoniais

As alianças matrimoniais funcionaram também como uma forma de manter ou alargar o poder.

Relativamente à família da Maia, distinguimos duas fases: uma mais dinâmica; e outra já de linhas colaterais e secundárias.

²² Dona Châmoa teve filhos de Dom Afonso Henriques (Fernando Afonso), de Dom Mem Rodrigues de Touges (Soeiro Mendes de Touges, o Facha) e do marido Dom Paio Soares da Maia, o portador da linhagem.

²³ Mendo Soares da Maia, na doação do couto de Santo Tirso, confirma o documento como filho do doador: Menendus Subjerius...

²⁴ O apelido de «Zapata» pertence ao seu filho Paio Pais.

²⁵ É verosímil que as duas primeiras datas não se refiram ao Zapata, mas ao seu segundo tio, com o mesmo nome, irmão do avô, Soeiro o Bom.

4.3.1. No período dinâmico.

Com base nos livros de linhagens, nas inquirições e em documentos régios, pode reconhecer-se o dinamismo da família da Maia, no seu cruzamento com outras famílias nobres da região e de fora do território de entre Douro e Minho.

Relativamente aos filhos primogénitos, abundam as fontes informativas. Custa bastante mais seguir as alianças com os filhos segundos. Sabemos que muitos destes se destinaram à vida religiosa, do clero religioso ou secular; e as mulheres enveredavam pela vida consagrada em mosteiros, como os de Vairão e de Arouca.

Os primogénitos mostram, com mais evidência, a política dos matrimónios, com entradas de damas de outras famílias. E também as outras famílias iam buscar mulheres da linhagem da Maia.

Pode desenhar-se um mapa de entradas e saídas, que ajuda a visualizar este processo e as suas preferências.

A lenda de Gaia remete-nos para uma origem dupla: por um lado, para a família régia asturiana; e, por outro, para uma nobre moura. O registo do nome de Aboazar, ou Abunazar, confirma o ramo original muçulmano. O patronímico Lovesendes, ou Ramires, orienta-nos para a origem goda. A partir daí, os dados começam a ser mais seguros, como vemos no quadro que se segue.

Família da Maia	Esposas
Abuazar Lovesendes	Unisco Godins, das Astúrias
Trastemiro	Dórdia Soares
Gonçalo	Unisco Sisnandes, de Coimbra
Mendo	Lelegúndia Soares, Tainha, dos de Baião
Soeiro o Bom	Gontrode Moniz, de Bierzo
Paio	Châmoa Gomes, de Pombeiro
Pêro	Elvira Viegas, de Riba Douro
João	Guiomar Mendes, de Sousa ²⁶

4.4.2. No período da extinção da linhagem.

Partamos da árvore genealógica final.

Os filhos de Pêro Pais da Maia e de Dona Elvira Viegas – João Pires da Maia, casado com Guiomar Mendes de Sousa, e Martim Pires da Maia, casado com Teresa Martins de Riba de Vizela – abrem dois ramos que terminam em Sancho Martins de Barbosa.

A tabela que apresentamos visualiza a rede familiar que reúne nas mãos de D. Sancho Martins de Barbosa, escudeiro de D. Afonso IV, a «honra» de Rebordosa, associada à de Astromil²⁷

Precisando o destino dos bens da família da Maia, a propósito da «honra» de Aboim, freguesia de Rebordosa, concelho de Paredes – no século XIII, julgado de Aguiar [de Sousa] – escrevemos o seguinte:

«Podemos seguir o percurso dos proprietários da «honra» de Aboim, a partir de Soeiro Mendes, da Maia, até depois de 1325, no reinado de D. Afonso IV. Depois do primeiro detentor reconhecido publicamente da «honra» – Soeiro Mendes da Maia, o Bom – sucedeu-lhe, em linha agnática, o filho Mendo Soares, que teve pouca relevância política,

²⁶ Guiomar era filha de Mendo de Sousa, o Sousão, e de Maria Rodrigues.

²⁷ Joaquim José Moreira dos Santos (2007). *Rebordosa Medieval e a Inquirição de 1258*. Maia: Edições Vilar do Senhor, p. 40. Esta tabela sofreu uma pequena adaptação, que foi também de correcção.

Pedro Pais			Cc	Elvira Viegas			
João Pires (Maia) cc Guiomar Mendes (Sousa)				Martim Pires O Jami (Maia) cc Teresa Martins (Vizela)			
Teresa Anes (Maia)	Elvira Anes (Maia)	Maria Anes (Maia)	João Martins Abana (Maia) cc Teresa Pires (Bragança)		Elvira Martins (Maia) cc Pedro Nunes (Barbosa)		
cc Fernão Anes (Galiza)	cc Rui Gomes (Briteiros)	cc Gil Martins (Vizela)	Martim Gil (Vizela)	Aldonça Anes (Maia) cc Gil Vasques (Soverosa)	Nuno Pires (Barbosa) cc Teresa Anes (Correia)	Martim Pires (Barbosa) cc Lourenço (Berredo)	Fernão Pires (Barbosa) cc Estevainha Fernandes (Barreto)
	João Rodrigues (Briteiros) cc Guiomar Gil (Soverosa)			Guiomar Gil (Soverosa) João Rodrigues (Briteiros)	Martim Nunes (Barbosa) cc Mor Rodrigues (Jolda)		
					Sancho Martins (Barbosa)		

possivelmente por ter morrido bastante jovem, deixando, contudo, três filhos: Soeiro, Paio e Gonçalo²⁸. Este segundo Soeiro foi pai de Paio Soares, avô Pedro Pais, o Alferes e bisavô de João Pires.

Este segundo Soeiro foi pai de Paio Soares, avô Pedro Pais, o Alferes e bisavô de João Pires. Nas partilhas do Alferes abrem-se dois ramos sucessórios: o ramo do filho João Pires e o do filho Martim Pires. Mas esta partilha não fragmentou a «honra» de Rebordosa: continuou como uma só propriedade e os dois novos donos possuíam e administravam a «honra» de Aboim em comum (*in solidum*). O representante legal seria o irmão mais velho, que recebia o título de «seu vigário». Por morte dos dois irmãos, as partilhas sucessórias conduzem a «honra» de Aboim às mãos de outros dois irmãos, Martim e Fernão Pires, de Barbosa, e à prima, D. Aldonça Anes, da Maia (casada com Rui Gomes, de Briteiros); e, falecida esta, o filho João Rodrigues, de Briteiros, faz companhia aos primos referidos da família dos Barbosas. A «honra» de Aboim e do seu termo chega, por fim, segundo os dados de que dispomos, à administração de um só herdeiro, Sancho Martins, escudeiro de D. Afonso IV.²⁹

5. D. Paio Mendes da Maia arcebispo de Braga

Três irmãos (os Mendes da Maia) marcaram os primeiros tempos da nossa independência política: Soeiro, o mais velho, herdeiro primogénito da linhagem; Gonçalo, o mais novo, mas o grande Lidor; e o sábio e sagaz arcebispo de Braga, Dom Paio

O pai do arcebispo Dom Paio chamava-se Mendo Soares da Maia³⁰, casado com Ledegúndia

²⁸ Estes três netos de Soeiro Mendes da Maia, o Bom, filhos de Mendo Mendes (sem atestação nos Nobiliários) foram decisivos na independência de Portugal: Soeiro foi o chefe da família; Paio, foi o arcebispo de Braga, mentor da estratégia do plano para a independência; e Gonçalo foi o famoso «Lidor», que, na guerra da Reconquista, teve uma acção decisiva no êxito de tão complexa empresa.

²⁹ Joaquim José Moreira dos Santos (2007). Rebordosa Medieval e a Inquirição de 1258. Maia: Edições Vilar do Senhor, p. 107.

³⁰ Foi muito divulgado que era filho de Mendo Gonçalves, 3º senhor da Maia, c. 1020, e de Ledegúndia Soares Tainha. c. 1030. Confusão entre avô e neto.

Soares, a “Tainha”, da casa dos Baiões. Trata-se, por isso, de um neto de Dom Soeiro Mendes da Maia, o Bom.

Dom Paio Mendes da Maia foi “uma das personalidades mais em evidência na história do nosso país, e que muito concorreu para a fundação e consolidação da sua independência”³¹.

Dom Paio foi a mentor político, o catalisador do processo da independência de Portugal. Como líder estratega das acções conducentes à autonomia do Condado Portucalense, lia e comprehendia, com muita lucidez, o contexto histórico, político e eclesiástico, extremamente favorável.

Dom Paio Mendes da Maia, irmão de Soeiro Mendes e Gonçalo Mendes, nobres da família da Maia, ordenou-se sacerdote e foi acolhido na Cabido da Sé de Braga, como cônego, antes de ser eleito e tomar posse como Arcebispo (1118-1137) da catedral da Sé de Braga. Foi feito cônego da catedral, sendo ainda bispo Dom Maurício Burdino, o Cismático³². A sua classe nobre e o prestígio de que gozava pelos dotes de sabedoria e de liderança determinaram a sua eleição para a bem conceituada e apetecida sé bracarense.

A eleição. O Papa Gelásio, face à situação de Dom Maurício, «antipapa e cismático», declarou vaga a cátedra de Braga e dirigiu uma breve a Dom Bernardo de Toledo, arcebispo legado papal das Hespanhas, para que tratasse de dar sucessor a Dom Maurício. O cabido, em 1118, elegeu, por unanimidade, o arcediago, Dom Paio Mendes da Maia, que ficava a governar a diocese, durante as frequentes ausências de Dom Burdino, como acontecia naquela ocasião.

Dom Paio, «pessoa, por geração e valor, de grande consideração», recebe de Dom Rodrigo da Cunha, na sua História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga, um elogioso retrato: Dom Paio Mendes é «irmão dos insignes capitães D. Soeiro Mendes da Maia, o Bom, e D. Gonçalo Mendes, o Lidor, filhos de D. Mendo Gonçalves da Maia e de o Ledegúndia Soares, como se colhe do Conde D. Pedro e de uma escritura que está no arquivo desta igreja, em que D. Paio doa à Sé de Braga certos casais que possuía e diz houve de seu irmão Soeiro Mendes, ao qual foram dados pela Rainha D. Teresa»³³.

5.1. A política interna.

5.1.1. A sagradação do arcebispo (1118).

Dom Paio Mendes da Maia, eleito arcebispo e sagrado bispo, quando Dom Maurício Burdino

³¹ Monsenhor Ferreira, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, Tomo I, p. 265. Conjugaram-se inúmeras circunstâncias que favoreceram a independência do Condado Portucalense (e a fundação do reino de Portugal): (1) as disputas de supremacia nos condados da Galiza, de Castela e de Aragão; (2) a vantagem de ter acesso directo à fronteira, lugar de guerra e de proveitos resultantes das pilhagens; (3) perigos derivados da invasão dos Almorávidas, vindos de Marrocos; (4) parentesco real: Soeiro estava casado com Dona Ximena, irmã de Dona Teresa, asturianas (Elvira e Soeiro eram tios de Dona Teresa); os cargos palatinos conferiam nobilitas e prosápia = ‘gente poderosa’; a terra da Maia servia de ‘zona de tampão’ contra as invasões dos mouros. Os jovens cavaleiros eram profissionais da guerra. A nobreza da Galiza do norte queria sobrepor-se à nobreza da Galiza do sul (do rio Minho).

³² Numa crise romana, veio a ser nomeado anti-Papa pelo Imperador Henrique V, vindo a residir em Avinhão. Triste divisão da Igreja! Na linha sucessória, Dom Paio Mendes da Maia foi precedido pelo bispo refundador da diocese, Dom Pedro (1070); pelo bispo santo, São Geraldo (a partir de 1099); e pelo bispo cismático, Dom Maurício Burdino, natural de Limoges. Dom Maurício, patrocinado pelo Legado da Sé Apostólica, Dom Bernardo, arcebispo de Toledo, sucedeu na Sé de Coimbra a Dom Crescónio. Daí transitou para Braga, eleito pelo cabido e o clero da arquidiocese, no ano de 1110.

³³ *História Eclesiástica...*, p. 45. O pai dos três maiatos era, na verdade, Dom Mendo Soares, filho do Bom. Portanto, eles são netos de Soeiro Mendes da Maia, o Bom. O Conde D. Pedro enganou o arcebispo historiador. Dom Rodrigo da Cunha não atribui grandes letras ao arcebispo maiato, porque as lides da guerra contra os mouros obrigavam os bispos a manejar melhor as armas.

se encontrava ausente em Roma, no contexto da eleição de um novo Papa. O arcebispo de Braga, ausente, tinha deixado o governo da diocese ao bispo sufragâneo de Coimbra, D. Gonçalo³⁴, embora, na prática, fosse o arcediago que geria os negócios do dia-a-dia da diocese. Dom Gonçalo, bispo de Coimbra, como administrador da arquidiocese metropolitana, participou na eleição do arcediago Paio Mendes da Maia, para arcebispo de Braga:

Cardinalis Bracarensis Ecclesie canonicus iuratus dixit quod vidit quando archiepiscopus Mauricius iturus romam commendavi vices suas Gunsalvo Columbriensi episcopo in Bracarense ecclesia et ipso modo qualicumque modo retento Pelagius bracarensis ecclesie archidiaconus electus fuit in archiepiscopum Bracarensem cui electioni interfuit predictus Gundisalvus, Columbriensis episcopus.

«O cónego cardinal [principal] da igreja de Braga, depois de ter feito o seu juramento, colocando a sua mão direita sobre os Evangelhos, declarou o que viu, quando o arcebispo Dom Maurício foi para Roma. Delegou as suas competências de bispo da Igreja de Braga nas mãos de Dom Gonçalo, bispo de Coimbra. Assim, na sua renúncia [de Dom Maurício], Dom Paio [Mendes da Maia], arcediago da sé bracarense Braga, foi eleito para arcebispo de Braga. O bispo de Coimbra, Dom Gonçalo, interveio na eleição»

Dom Rodrigo da Cunha narra desta forma o processo de sagração: «Tanto que foi eleito e confirmado pela Sé Apostólica, no ano de 1119, partiu para Segóvia, a se sagrar, por não haver então bispos na Galiza. Sagrou-o o arcebispo D. Bernardo, que, naquele tempo, tinha a autoridade de Legado Apostólico em toda a Hespanha. O papa Calixto II lhe concedeu o pálio, por uma breve dado no terceiro ano de seu pontificado e no e Cristo de 1122»³⁵.

O governo da arquidiocese foi sujeito a condições dificeis, para Dom Paio: (1) as ambições desmedidas do arcebispo de Compostela; (2) o peso dos condes galegos no governo do condado portucalense, na corte de Dona Teresa; (3) o movimento autonomista desejado pelos nobres senhores portucalenses; (4) a concorrência metropolitana de Toledo; (5) e o acesso directo dos nobres da Galiza do Norte à fronteira e aos benefícios da guerra. Entre outras, estas dificuldades foram geridas com coragem e com sabedoria.

Fig. 3 – D. Afonso Henriques

5.1.2. Educador do Infante.

É tradição literária que Egas Moniz de Ribadouro fora o verdadeiro e único educador de Dom Afonso Henriques. A ele os condes Dom Henrique e Dona Teresa confiaram a sal educação, até ao fim da sua adolescência. Seria ele o único «aio» do Infante. Mas a verdade fica pelo meio.

Os Condes Portucalenses, após o nascimento do filho em Viseu, em Agosto de 1109, confiaram-no ao Aio Egas Moniz, com paços nas imediações de Lamego. Mas o adolescente mudou de família,



³⁴ O arcebispo de Braga, como metropolita, intervinha nas suas dioceses sufragâneas – Coimbra, Viseu e Lamego – de várias formas: (1), sagrava prelados eleitos para elas, nas suas próprias dioceses sufragâneas; (2) sagrada os bispos eleitos, quando, depois de eleitos, vinha a Braga, para receber a sagrada episcopal; (3) ou, quando vinham só para lhe prestarem obediência como subalternos, sufragâneos; (4) e, na sua ausência mais prolongada, confiavam a um bispo sufragâneo o governo da diocese metropolitana.

³⁵ *História Eclesiástica..., p. 45.*

aproximando-se do centro das decisões políticas do Condado. Nada melhor que a família da Maia e o Arcebispo de Braga. Assim, se explica que o Infante se armasse cavaleiro em Zamora, durante o exílio do seu segundo «aio», Dom Paio Mendes da Maia. Tudo, depois, passou pela inteligência e capacidade política do arcebispo maiato.

5.1.3. *O couto de Braga.*

A primeira³⁶ doação do couto de Braga aconteceu em 29 de Outubro de 1110, segundo uma minuta, a que faltam os confirmantes e a assinatura do tabelião. Foi no governo de Dom Maurício Burdino.

A confirmação e legalização da doação do Couto de Braga e seu termo aconteceram, no tempo do governo do arcebispo Dom Paio Mendes da Maia, com largas ampliações. Esta escritura está datada de 27 de Maio de 1128. Assim, a diocese ficava com jurisdição e senhorio da cidade e do seu termo. Nesta escritura, Dom Afonso Henriques confirmou, aumentou e concedeu outras prerrogativas na pessoa de Dom Paio Mendes, já então Arcebispo de Braga, obtendo, como compensação, o auxílio da igreja bracarense, na pretensão que o futuro primeiro rei de Portugal tinha de combater a influência do Conde Fernando Peres de Trava, no Condado Portucalense, então governado por Dona Teresa, já viúva do pai de Dom Afonso Henriques.

A doação do Couto de Braga, confirmada por Dom Afonso Henriques, ainda Infante, ao Arcebispo Paio Mendes³⁷, considera-se a “Acta de Fundação de Portugal”.

Esta carta de 27 de Maio de 1128, em que o infante Dom Afonso Henriques solicitou ao arcebispo apoio militar para o confronto que se avizinhava com os partidários de D. Teresa, nomeadamente Fernão Peres de Trava. Esta doação exprime bem a confiança que o Infante tinha no prelado maiato e justifica os privilégios que o futuro Rei de Portugal lhe concederá, a começar pela ampliação dos limites do couto de Braga e a atribuição das funções de futuro chanceler, que não exerceu pessoalmente, sabendo-se, no entanto, que os cinco primeiros chanceleres da círia régia foram membros do cabido bracarense.

5.1.4. *A batalha de São Mamede.*

Na Batalha de São Mamede, em Guimarães, em 24 de Junho desse mesmo ano de 1128, confrontaram-se as tropas de Dom Afonso Henriques com as de Dona Teresa, sua mãe, sendo estas

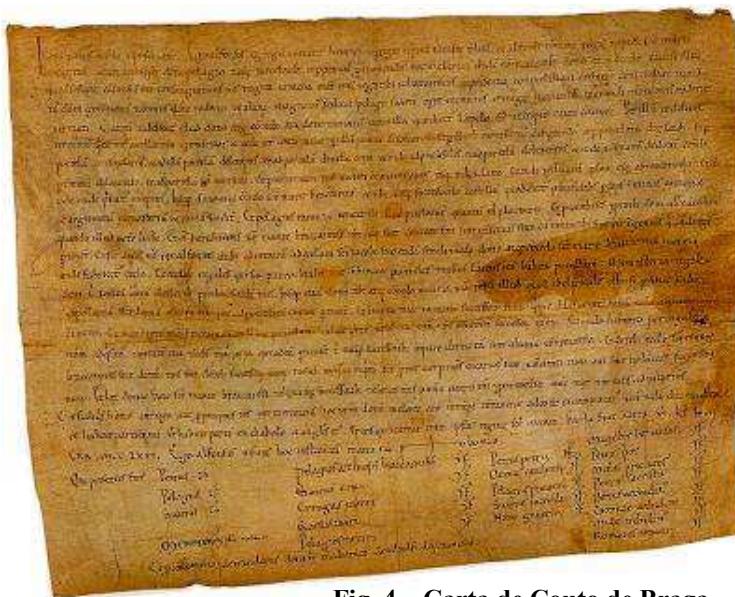


Fig. 4 – Carta de Couto de Braga

³⁶ Segundo Dom Rodrigo da Cunha (*História Eclesiástica do Arcebispos de Braga*. Vol. II, 1635, p. 33): «Foi esta jurisdição e domínio da cidade de Braga e seu termo concedida à Igreja dela por El-Rei D. Afonso o V de Leão, antes deste reino ser apartado da coroa de Castela; e dada, outra vez, pela Rainha dona Teresa, sua bisneta; e outrossim confirmada por El-Rei DOM Afonso Henriques ao Arcebispo D. Paio.»

³⁷ Na imagem feliz do historiador medievalista Luís Carlos Amaral, o Arcebispo Paio Mendes da Maia é «o Moisés da Independência de Portugal»: esteve na sua «madrugada», mas não entrou em «Jericó», a «terra prometida». Morreu à vista das muralhas de Jericó, na colina que estava na outra margem do Jordão.

derrotadas. Para este encontro contribuíram e muito favoravelmente os serviços e as hostes do Arcebispo Dom Paio, que deste modo foi uma preciosa ajuda para completar sonho do Conde Dom Henrique, que se havia já separado do Reino de Leão, que era o de tornar independente o Condado Portucalense, embrião do futuro Portugal, o que veio a concretizar-se e a ser reconhecido em 1179, no tempo de Dom Afonso Henriques, que havia sido já aclamado pelos portugueses, na Batalha de Ourique, como Rei, graças ao denotado esforço do Arcebispo Dom João Peculiar.

A batalha de São Mamede foi a antemanhã de todas as manhãs da independência de Portugal. E teve uma acta prévia, que foi a carta da doação de couto de Braga.

5.2. A política externa.

Na política externa, Dom Paio Mendes da Maia enfrentou diversos obstáculos, sempre com energia e também com muita sabedoria: o poderoso arcebispo de Compostela; as pretensões metropolitanas de Toledo; as manobras de agentes diplomáticos volúveis e interesseiros; um exílio em Zamora...

5.2.1. A oposição de Dom Gelmirez.

O Bispo de Santiago de Compostela, Dom Diego Gelmirez, pretendendo espoliar a Igreja de Braga, alegava que havia certos bens que tinham sido doados à sua igreja, por Dom Maurício e que Dom Paio retinha pela força. Dom Paio respondeu à igreja de Compostela que “cada um ficasse com o que estava a administrar”.

Entretanto, Compostela foi elevada a diocese metropolitana, ficando Braga subordinada.

Dom Rodrigo da Cunha conta que, no ano de 1123 ou 1124, «estando o papa Calixto no mosteiro de Cluni da ordem de São Bento, foi ter com ele o bispo do Porto D. Hugo, que fora primeiro cônego de Compostela, a lhe pedir, em nome daquela igreja, a quisesse levantar em metrópole, assim opor honrar a sepultura do sagrado apóstolo Santiago, como por satisfazer às muitas instâncias que nesta parte lhe fazia seu sobrinho El-rei D. Afonso VII, cujo pai o conde D. Ramon de Tolosa e irmão de sua Santidade».³⁸

D. Paio Mendes, da família dos conhecidos Mendes da Maia, estava à frente da arquidiocese de Braga e era um declarado opositor da influência exercida pelos Travas no governo de D. Teresa. Desde sempre apoiou o infante D. Afonso Henriques, de quem foi incondicional aliado, chegando mesmo a estar na prisão e a sofrer o exílio em Zamora.

O arcebispo de Compostela – grande senhor galego – batalhou em vários tabuleiros, para se impor na Galiza e no Condado Portucalense (que ia até ao Mondego): primeiro, usou o seu bem apetrechado exército, munido de cavaleiros profissionais; e usou a diplomacia superior junto da Santa

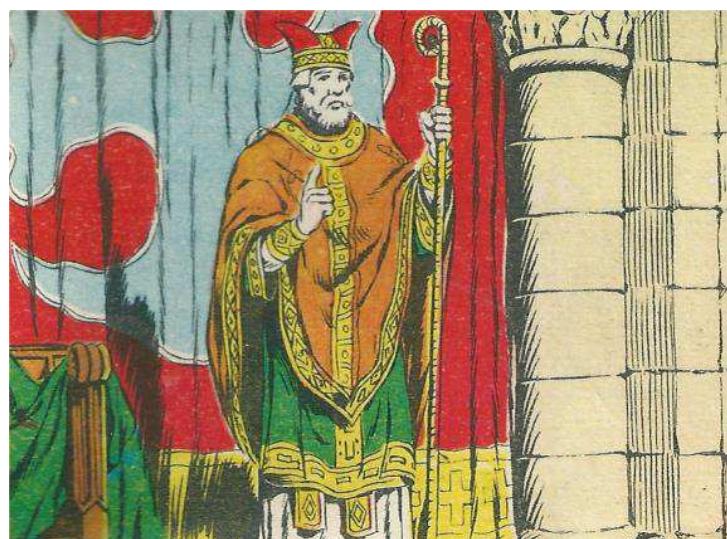


Fig. 5 – D. Paio Mendes da Maia, Arcebispo de Braga

³⁸ História Eclesiástica..., p. 47. Depois da desorganização gerada pela ocupação moura, Compostela quis tirar partido do momento alto por que passava, retirando a Braga a hegemonia, que vinha desde os Suevos.

Sé, para ampliar direitos que não possuía.

Um grande lutador eclesiástico, que tinha conseguido resistir ao agressivo D. Diego Gelmirez. Foi um dos grandes conselheiros do Infante.

Daí a importância da escolha do sucessor, não tenha sido fácil, sendo chamado à assembleia eleitoral para a sucessão D. João Peculiar, na altura bispo do Porto, funções que exercia há muito pouco tempo, pois tinha sido nomeado para aquele cargo em 1135.

Em 1120 foi nomeado legado papal para Compostela e Braga. No ano seguinte recusa-se a assistir ao sínodo convocado por Diego Gelmirez. O Papa reconhece o melindre da situação e retira Braga da legacia de Compostela: Dom Paio Mendes da Maia não é obrigado a comparecer nem participar no sínodo compostelano³⁹.

5.2.2. *O exílio em Zamora.*

Dom Rodrigo da Cunha refere-se aos conflitos do arcebispo com a Rainha Condessa Dona Teresa, com algumas reservas:

«Maiores foram ainda os desgostos que houve entre o arcebispo e a Rainha D. Teresa. O de onde nascessem, não achamos em memória: bem poderia ser lhe desse causa a desabrida condição de D. Paio. O certo é que a Rainha o mandou prender, sem embargo da sua dignidade. E esteve preso até o Sumo Pontífice Calixto II a obrigar, por censuras, em sua pessoa e no reino, a o pôr em liberdade. Foi executor dos mandatos apostólicos o arcebispo de Santiago, como consta dos breves que, neste cartório, se guardam.»⁴⁰

Dona Teresa, sob pressão do fidalgo Galego, seu companheiro efectivo e afectivo, Fernão Peres de Trava, decidiu retirar o perigoso arcebispo da diocese e enviá-lo exilado⁴¹ para Zamora, nas margens do Douro. Por certo, com ele seguiu o filho, o Infante Dom Afonso Henriques.

Este exílio foi uma óptima ocasião para o arcebispo incentivar Dom Afonso Henriques a armazear-se cavaleiro. Foi isso que aconteceu – um passo importante no sentido de favorecer a autonomia do futuro Portugal.

Este exílio, conhecido em Roma, desagradou à Santa Sé. E, em 1126, a Santa Sé expediu uma bula a Diego Gelmírez de Compostela, onde excomunga Dona Teresa por aprisionar o Arcebispo de Braga. Neste contexto, Dom Paio consegue do papa a autoridade metropolitana sobre Viseu, Lamego e Idanha, todas dioceses da província de Mérida.



Fig. 6 – Dª Teresa

³⁹ Dom Rodrigo da Cunha, na História Eclesiástica..., p. 47-49, narra acontecimentos de luta diplomática de Dom Paio contra Dom Diogo Gelmirez, arcebispo de Compostela, que pretendia obter para si a primazia e a agregação de dioceses que, antes da ocupação muçulmana eram sufragâneas de Braga. O papa Calixto II, embora tendesse a favorecer Compostela, defrontava-se com documentos escritos de Braga, que o obrigavam a adiar muitas destas questões de província eclesiástica, depois da restauração das antigas dioceses.

⁴⁰ Conta Dom Rodrigo da Cunha. «Certo dia, acudiram os juízes ao lugar decretado. Porém, D. Paio, que estava em Valença, da outra banda do Minho, não quis passar a Tuy, sendo por isso requerido. Antes respondeu que cada um se deixasse com o que tinha, porque ele assim o havia de fazer. Enfadado, D. Diogo Gelmirez, com a resolução do arcebispo D. Paio, entrou por Portugal e tornou a recuperar tudo o que lhe pertencia e lhe tinha ocupado a Igreja de Braga. Depois se lhe tornou a restituir, no tempo do papa Inocêncio III.» (p. 46-47)

⁴¹ As datas apontadas são 1122 e 1125.

5.2.3. A diplomacia com o Papado.

Os grandes problemas não se podem resolver isoladamente. Precisam de um contexto favorável e de acções adequados para uma solução favorável. Combinam-se as circunstâncias com a inteligência e a coragem de quem pode ter influência decisiva nos resultados de todas as operações pensadas e executas. Aqui coube a inteligência e a habilidade do arcebispo Dom Paio, junto da Santa Sé e de outras entidades eclesiásticas, como o arcebispo de Toledo. A Santa Sé, isto é, o Papado era a instância superior na política internacional, pela sua autoridade moral, num contexto de cristandade.

Por isso, Dom Paio Mendes da Maia vai usar, a favor da sua diocese e da autonomia de Portugal toda a sua inteligência e capacidade de negociação. A excomunhão da Santa Sé sobre Dona Teresa permite-lhe o regresso à sua cátedra arquiepiscopal e, depois, um apoio vantajoso para a independência do Condado Portucalense. O facto de pertencer à importante família dos da Maia, com ligações a todos os outros grandes nobres do Condado, prejudicados pela influência dos galegos na corte de Dona Teresa, foi decisiva na execução do plano traçado para retirar o poder a Dona Teresa e anular a acção de Fernão Peres de Trava. E assim aconteceu com a batalha de São Mamede (24 de Junho de 1128).

A acção diplomática do arcebispo maiato continuou, para assegurar o que se tinha ganhado em São Mamede.

5.2.4. A proximidade afectiva com Dom Afonso Henriques.

Confessa Dom Rodrigo da Cunha: «Ele privou também muito com D. [Afonso] Henriques, como se vê das grandes mercês que a sua pessoa fez em doações com que enriqueceu esta Igreja. Fora o arcebispo capelão-mor, chanceler da Rainha D. Teresa». Ele chancelou uma doação de D. Teresa ao mosteiro de Monte Ramo, que ela tinha fundado, no dia 23 de Agosto de 1124: «Pelagius, Brachar. Archiep. Capellanus et Cancelarius». D. Afonso Henriques confirmou estas duas dignidades, que usou até à sua morte.

D. Afonso Henriques também lhe confirmou a jurisdição e o couto da cidade de Braga, a ele e aos seus sucessores, no ano de 1128, doando-lhe ainda o castelo de Penafiel [de Bastuço], a igreja de Aretim, a Veiga de Penso, a igreja de Moure, o Couto de Regalados e outros lugares.

Dom Paio Mendes da Maia foi arcebispo de Braga durante 19 anos, até 1137, durante os pontificados de Gelázio II, Calixto II, Honório e Inocêncio XIII.

5.2.5. Um olhar de síntese.

Concluímos que foi importante e decisiva a acção de política interna e externa do arcebispo maiato.

Em 1128, ordenou a construção de um edifício de 5 capelas na cabeceira da Sé de Braga, que havia sido danificada num sismo.

D. Afonso Henriques nomeou-o Chanceler por diploma de 27 de Maio de 1128. Em 27 de Maio de 1128 o Arcebispo e o Infante lavram em Braga um importante documento. O Infante promete ao Arcebispo direitos sobre várias vilas e lugares, diversas isenções e alguns importantes privilégios, «logo que obtiver o governo de Portugal». Contrapartidas, afinal, que se deviam à ajuda que D. Afonso Henriques receberia do Arcebispo. Os acontecimentos precipitaram-se. E em 24 de Junho terão o seu momento decisivo. As forças leais a Dona Teresa encontram-se com as forças do Infante e do Arcebispo nos Campos de S. Mamede. As forças do Infante, comandadas por Gonçalo Mendes, saíram vencedoras da contenda.

Paio Mendes foi assim um elemento decisivo na subida ao trono de D. Afonso Henriques e, certamente, o seu grande estratega no que respeita à política externa.

De facto, tendemos a considerar o primeiro rei, D. Afonso Henriques, como o quase único artesão da independência. Mas não é verdade. Os irmãos Mendes da Maia, ao lado de outros nobres portucalenses, urdiram a teia da autonomia portuguesa, contra a predominância da nobreza galega, que se rodeou em torno da Condessa Dona Teresa.

O arcebispo de Braga, Dom Paio Mendes da Maia (1118-1137), esteve no eixo da planificação da autonomia do Condado Portucalense. Assim o demonstra este documento de confirmação do Couto de Braga.

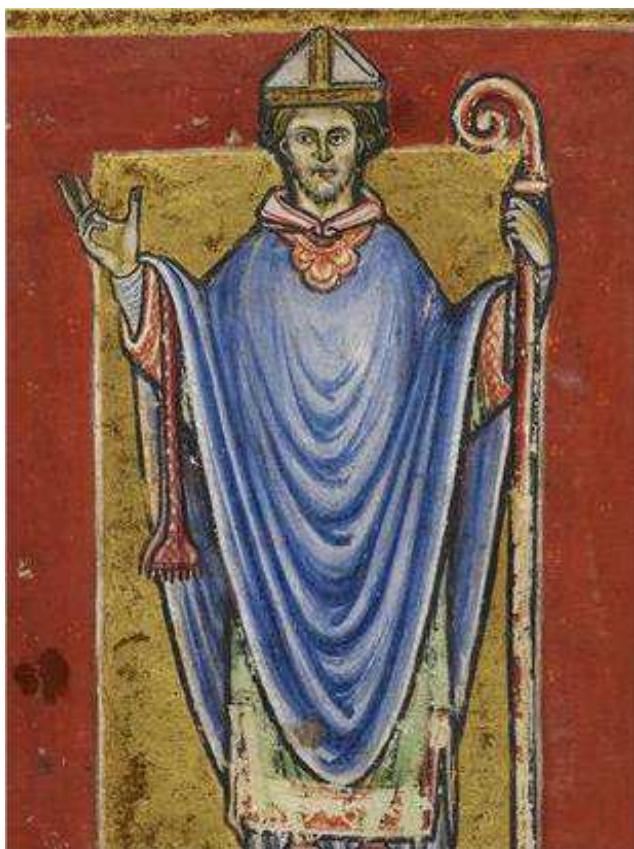


Fig. 7 – Bispo do século XII

políticos, mesmo porque os arcebispos também eram potentados militares. Ora, a verdade é que D. Paio Mendes se mostrou particularmente dinâmico na defesa de Braga contra as investidas de Compostela.

O segundo aspecto foi, como referido acima, a adesão do arcebispo ao movimento autonomista de Afonso Henriques — e talvez mesmo que, em lugar de «adesão», se deva dizer «inspiração». Note-se que, quando D. Teresa, que se travou de razões com Paio Mendes, o exilou, este foi para Zamora⁴² — e levou consigo o jovem infante portucalense. Pois bem: como é sabido, foi

Foi decisivo o apoio que o arcebispo deu a D. Afonso Henriques, na sua formação autonomista e política, agindo de acordo com um plano, que vinha na sequência do que fizera o Conde Dom Henrique, pai do pupilo da família da Maia. O Infante Dom Afonso Henriques, durante sua adolescência, viveu no círculo cultural e social dos irmãos Mendes da Maia⁴². O Infante cresceu, nos primeiros anos, junto do Aio Egas Moniz, rico senhor de Riba Douro.

De qualquer modo, o certo é que a acção deste homem se revelou decisiva em dois aspectos, sendo que o primeiro foi a sua luta constante contra Diego Gelmirez, arcebispo de Compostela. De facto, pode-se dizer que a luta pela emancipação da terra portucalense, foi (não só mas também) o verdadeiro duelo travado entre Compostela e Braga no campo da organização eclesiástica, da disputa pelas sés sufragâneas de cada arquidiocese. Dada a importância da Igreja, um tal conflito não podia deixar de ter reflexos

⁴² O Prof. Torcato Sousa Soares defendeu, com argumentos muito verosímeis, que o verdadeiro aio de Dom Afonso Henriques foi Paio Mendes da Maia, e não Egas Moniz. A tradição vai toda em sentido contrário. Mas parece que os primeiros tempos do Infante foram junto da família dos senhores nobres de Riba Douro, nas imediações de Lamego; e o adolescente viveu mais perto dos centros de decisão, com Braga na dianteira, onde o arcebispo da linhagem da Maia lutava contra a influência dos condes galegos e o guloso arcebispo de Compostela, Diego Gelmirez.

⁴³ Em 1121, corriam boatos de que D. Teresa iria prender o arcebispo de Braga, Dom Paio Mendes da Maia. Quando estava exilado em Zamora, o Papa, em 1122, emite uma bula que envia a Diego Gelmirez, arcebispo de Santiago de

justamente nessa ocasião, em Zamora, que Afonso Henriques se armou a si próprio cavaleiro, o que correspondia a dar um passo simbólico na direcção de uma coroa real, pois só os reis se armavam cavaleiros a si mesmos. E D. Paio Mendes estava presente; é difícil não pensar que aquele acto político se deve à sua influência, mais até do que à única iniciativa do então muito jovem infante.

Foi isto em 1122 ou 1125. E em 1128 travava-se a batalha de São Mamede, que deu o poder a Afonso Henriques. Ao lado do infante, estavam Egas Moniz, estavam os Sousas, estavam os da Maia — estava D. Paio Mendes, muito possivelmente, um dos grandes promotores da revolta contra D. Teresa e a «facção galega».

Sem dúvida que, na nossa Galeria dos Fundadores, temos de incluir este quase esquecido arcebispo de Braga.

5.2.6. Datas biográficas, relacionadas com Dom Paio Mendes da Maia, arcebispo de Braga.

- 1118. Início pastoral na Arquidiocese de Braga.
- 20.06.1121. O papa Calisto II, através da bula "*Bracarensim Metropolem*", concede o pálio a D. Paio Mendes e confirma-lhe a posse do senhorio da cidade e do couto de Braga.
- 24.09.1122. Pela bula "*Perventi ad nos*", o papa Calisto II exige a D. Teresa a libertação do bispo de Braga, D. Paio Mendes.
- 27.05.1128. D. Afonso Henriques garante o apoio de D. Paio Mendes, confirmando e ampliando ao arcebispo o couto de Braga, outorgando-lhe o da Lapela, o Castelo de Penafiel de Bastuço, as mercês de capelão-mor e chanceler-mor da Cúria Régia e o direito de cunhagem de moeda.
- 24.06.1128. As tropas do arcebispo combatem ao lado do exército do Infante contra o partido da mãe e dos fidalgos galegos.
- No Outono de 1138, o arcebispo morre.

Conclusão

A família da Maia ocupou um lugar de alto relevo no território entre o rio Douro e o rio Cávado. Prestigiou-se na defesa do território que administrava e nas lides de reconquista aos mouros.

Primeiro, Gonçalo Trastemires conquistou a castelo de Montemor-o-Velho aos mouros, em 1034. Depois, Soeiro Mendes da Maia, o Bom (1060-1108), foi o braço direito do Conde Dom Henrique, governando o Condado Portucalense, nas frequentes ausências do governante. O Senhor da Maia também apoiou a estratégia do Conde, no sentido de assegurar uma autonomia muita alargada do próprio condado⁴⁴. Os netos de Soeiro o Bom – os famosos Mendes da Maia – foram decisivos na autonomia de Portugal, como vimos.

Com o tratado de Zamora, a 5 de Outubro de 1139, nasceu, oficialmente, o Reino de Portugal, e a sua primeira dinastia é da Casa Real de Borgonha. D. Afonso Henriques, tornou-se rei, o rei Afonso I, de Portugal. Contudo, o estatuto de independência carecia de reconhecimento internacional. O Rei de Leão e Castela, Afonso VII, a 5 de Outubro de 1143, já tinha assinado o

Compostela, para que avisasse D. Teresa, no sentido de Dona Teresa libertar Dom Paio, sob ameaças de excomunhão da condessa portuguesa e de interdição do próprio Condado Portucalense.

⁴⁴ Este período da reconquista favorecia a tentação de formar novos reinos, embora esta energia dispersiva fosse muito contrariada pelos poderes instituídos, no sentido de unificar unidades políticas autónomas. Assim, o Reino das Astúrias se uniu ao de Leão; o de Leão se unificou com o de Castela; o de Castela e o de Aragão também se fundiram. Confrontavam-se forças convergentes e forças divergentes. A autonomia de Portugal incluía-se nas forças divergentes.

tratado de Zamora, que separava Portugal, entre os reinos. Depois, a instância internacional superior, o Papa Alexandre III consolida a independência nacional, com a bula *Manifestis probatum*, datada de 1179. Em contrapartida, Dom Afonso Henriques, fez importantes doações à Igreja e fundou conventos. Pagou tributo ao Papa (cinco onças em ouro), tornando-se suserano de Roma e protector e protegido da Igreja Católica.

A Terra da Maia ofereceu uma família que foi o farol de Portugal nascente. Desta família nasceu o arcebispo, Dom Paio, pedra charneira na construção da independência da nação mais antiga da Europa, com fronteiras estáveis. Com o apoio do arcebispo e da sua família da Maia ao Infante Dom Afonso Henriques, começou tudo. As outras famílias de nobres portugueses convergiram no mesmo propósito. Os alicerces da autonomia de Portugal estavam lançados.



Fig. 8 – Retrato de D. Paio Mendes da Maia, Sé de Braga

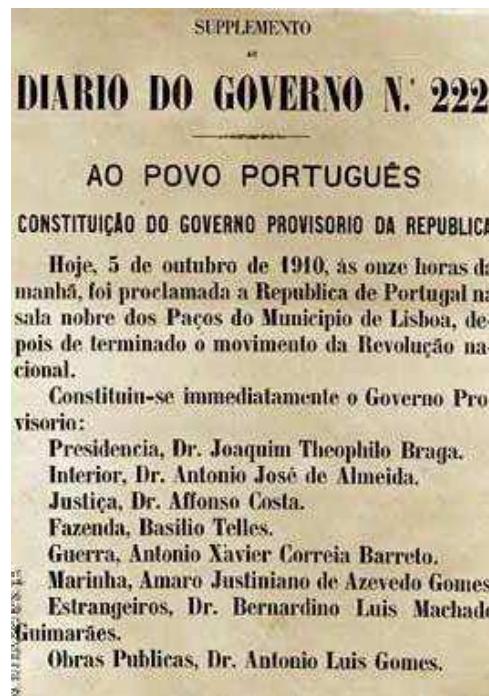
Uma visão do concelho da Maia, à luz do seu Arquivo Municipal. Cronologia de factos ocorridos nos anos de 1910 a 1912¹.

Rui Teles de Menezes*

Resumo: O autor procede à recolha e resenha de documentos históricos no Arquivo Municipal da Maia, procurando ilustrar, neste caso, o período de 1910-12.

Palavras-chave: 5 de Outubro de 1910, Monarquia, República, Presidente de Câmara, Regedor, Governador-Civil, Junta de Paróquia

O Em Portugal viviam-se tempos agitados, onde o conflito entre monárquicos, republicanos e revolucionários tornava-se mais latente. Entre vários acontecimentos, o regicídio de 1 de fevereiro de 1908 e o 5 de outubro de 1910 tornam-se o ponto máximo das tensões acumuladas desde o final do séc. XIX, essencialmente, a partir de 1890, devido ao Ultimato Inglês.



Figs. 1 e 2 -Monarquia vs. República e constituição do novo Governo Provisório

O ambiente crispado da sociedade portuguesa culminaria na mudança de regime político, com a proclamação da República a 5 de Outubro de 1910 em Lisboa, o exílio do rei D. Manuel II e restante família real. Um pouco por todo o país, o novo regime republicano só alguns dias mais tarde será efetivado, com a nomeação de novos governadores civis, presidentes de câmara, regedores e outros cargos do Estado. Após a revolução, um governo provisório chefiado por Teófilo Braga dirigiu os destinos do país até à aprovação da Constituição de 1911 que deu início à Primeira República. Com a implantação da República, surgem diversas alterações nos símbolos nacionais - no hino nacional, na bandeira e na moeda.

* Câmara Municipal da Maia. Fórum da Maia - CENTRARTE

¹ Agradece-se ao Arquivo Municipal da Maia.

Essencialmente rural mas também fornecedora de mão-de-obra da segunda maior cidade do país, o concelho da Maia também assistiu às transformações e episódios da mudança de regime. Rapidamente, nas zonas de maior concentração populacional e de passagem do comboio – Moreira no lugar de Pedras Rubras e Águas Santas, assiste-se à proliferação do ideário republicano, de influência anticlerical em confronto com a Maia mais tradicional e rural, ainda agarrada ao passado monárquico. Assim se registam diversas querelas entre monárquicos e republicanos, as perseguições e restrições ao acesso ao culto, a separação entre o Estado e a Igreja torna-se bem evidente.

Neste tempo, seria com toda a certeza, bem diferente viver em zonas mais afastadas como Folgosa ou S. Pedro Fins, pela inexistência de estradas ou caminhos municipais, com baixa densidade populacional, locais marcadamente rurais, em contraponto com locais mais citadinos, se assim se pode chamar, como algumas zonas de Águas Santas, Moreira, Barreiros e Câstelo da Maia. Estes revelavam uma maior concentração populacional ao longo das atuais estradas nacionais 13, 14 ou 105, pois eram servidos de estradas e caminhos, onde os primeiros serviços de transportes estariam a dar os primeiros passos.

Ao consultar documentação do Arquivo Municipal da Maia, deparei-me com os mais variados documentos que podem mostrar um pouco da vivência deste concelho neste período, voltamos mais de 100 anos atrás no tempo.

Neste período temporal, alguns nomes se destacam na vida maiata, quer pelos cargos que ocuparam assim como pelas posições aguerridas que tomaram. Figuras como o Dr. Félix Farinhote, o regedor Thomaz Leonardo Coutinho, o administrador António Cecioso Sá e Mello (um dos grandes defensores da transferência dos paços do concelho para Barreiros), o padre Luís da Silva Campos (monárquico e opositor da construção do novo edifício da Câmara Municipal no terreno encontrado pela Câmara, inaugurado a 11-7-1903), o abade José Tavares da Silva Borges, o governador civil Paulo José Falcão, o padre Arnaldo Thomé dos Santos Rebelo ou até o filósofo, professor e político português Leonardo Coimbra tornam-se marcantes na história da Maia.

Passemos então à descrição destes anos agitados pelas Terras da Maia, tendo como base a documentação do Arquivo Histórico da Câmara Municipal da Maia:

1910

22 de janeiro – A Associação de Socorros Mútuos Fúnebre de Ambos os Sexos da Areosa pede a captura de um seu funcionário, Valentim Pinto de Oliveira, suspeito de irregularidades nas cobranças no valor de 59260 Reis.

26 de janeiro – É nomeado como Administrador Interino do Concelho da Maia o médico Abílio Adriano de Campos Monteiro, sucedendo a António Cecioso Moreira de Sá e Mello.

11 de fevereiro - Enviados pelo Governador Civil do Porto, 49 alvarás de exoneração e nomeação de regedores de paróquia para o concelho da Maia.

21 de fevereiro – Assalto à Igreja paroquial de Águas Santas, com um valor de 140 000Reis.

8 de março – Manoel Joaquim Rebello, mesmo sem saber ler e escrever, é nomeado regedor efetivo de Gemunde.

12 de março – Entrega do orçamento ordinário da Irmandade da Confraria de Nossa Senhora do Rosário, da freguesia de Moreira para o ano de 1910.

14 de março – O vereador António José da Cruz Alvura pede a exoneração do cargo “por circunstâncias que se necessário fôr, justificarei”. O seu cargo será ocupado pelo vereador substituto.

7 de abril – José Ferreira, morador em Santa Maria de Avioso, tenta suicidar-se com um tiro de revolver no ouvido direito. Ficando ferido, foi encaminhado para um hospital no Porto.

29 de abril – Aprovação do orçamento ordinário da Real Confraria de Nossa Senhora da Saúde, da freguesia de Gueifães, para o ano de 1910.

14 de maio – Circular do Governo Civil, pedindo a divulgação de um folheto da Academia das Ciências de Portugal sobre o Cometa Halley, com passagem prevista para a manhã de 19 de maio.

28 de maio – O presidente da Junta de Paróquia de Barreiros, Arnaldo Thomé dos Santos Rebello, requisita ao Administrador do concelho, Abílio Adriano de Campos Monteiro, uma força de 25 praças para guarda de honra e 3 guardas da polícia judiciária para a festividade de Nossa Senhora do Bom Despacho.

10 de junho – O Juiz de Instrução Criminal de Lisboa informa o Administrador do Concelho da Maia para a existência de notas falsas de 20 000 Réis, devendo “proceder-se à descoberta e detenção dos passadores e fabricantes dessas notas”.

4 de julho – António Cecioso Moreira de Sá e Mello é nomeado Administrador interino do Concelho da Maia pelo Governador Civil do Porto.

6 de julho – O presidente da Junta de Paróquia de Barreiros solicita autorização de 6 a 11 de julho para “poder mandar dar descargas de morteiros e soltar fogo ao ar”. As festas eram da responsabilidade da Junta, revelando-se uma obrigação imposta no cumprimento de um legado.

7 de julho – Albino Alberto da Silva Guimarães é nomeado Administrador interino do Concelho da Maia pelo Governador Civil do Porto.

18 de agosto – A Comissão Distrital procede à nomeação dos presidentes e suplentes das Assembleias eleitorais do Concelho da Maia para a eleição dos Deputados, eleição essa realizada em 28 de agosto. Para a Assembleia eleitoral de Barreiros, são eleitos o Dr. Altino da Costa Maia como presidente e José António da Silva Faria como suplente; no Castêlo, como presidente o Abade José Tavares da Silva Borges e Alberto Campos da Costa Maia como suplente; para Milheirós como presidente, José Maria Augusto da Costa e o suplente Padre Manoel Joaquim de Souza e Silva.

22 de agosto – O pároco José Domingues da Cruz comunica o roubo de um cálice de prata por ocasião da saída do Sagrado Viático a uma enferma. Este cálice terá sido adquirido com a generosidade dos habitantes de Gueifães, que ainda não teriam recuperado de um outro furto, praticado um mês antes.

26 de setembro – Convocatória do Governador Civil José Diogo Arroyo, para as Assembleias eleitorais de Eleição da Câmara Municipal para o triénio de 1911-1913, previstas para o dia 6 de novembro, que acabaram por não se realizar.

6 de outubro – O Governador Civil envia um telegrama dizendo que ainda não tinha recebido nenhuma confirmação oficial “dos boatos alarmantes da situação de Lisboa”.

7 de outubro – O Administrador do Concelho da Maia recebe um telegrama do novo representante civil do Governo Provisório, Paulo José Falcão, informando que “em todos os edifícios públicos têm de ser arvorada a bandeira vermelha e verde” o mais rapidamente possível. E se a Câmara Municipal já teria feito a Proclamação da República.

8 de outubro – Um telegrama do Governador Civil do Porto, Dr. Paulo José Falcão, informa que o “já está nomeado o cidadão que nesse concelho vai exercer as funções de Autoridade Civil a quem dareis imediata posse logo que vos apresente o meu telegrama ou ofício de nomeação”.



Fig. 3 – Paulo José Falcão (1873-1950), à direita, juntamente com Afonso Costa. Foi um dos três deputados republicanos pelo Porto, eleito em 26 de novembro de 1899. Nomeado governador civil do Porto em 1910. Ministro da justiça de 15 de maio a 19 de Junho de 1915, no governo de João Chagas. Exerceu advocacia na cidade do Porto.

13 de outubro – Uma circular do Governo Civil alerta para a obrigação dos administradores dos concelhos “visitarem todos os estabelecimentos em que haja congreganistas e ao interrogatório destes”. Esta disposição surge devido a um novo decreto e instruções do Ministério da Justiça.

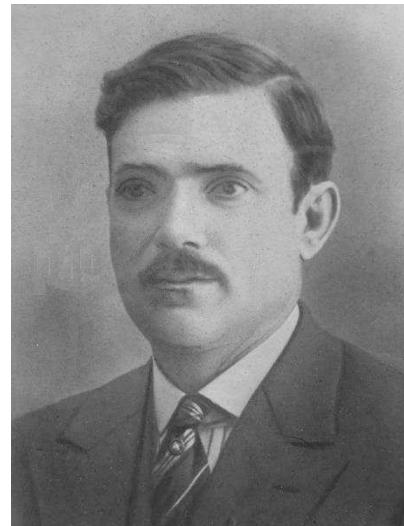
15 de outubro – Telegrama do Governador Civil informando que o Ministro da Justiça pedia “que o culto seja respeitado em todas as igrejas e demais lugares a ele destinados, proibindo qualquer manifestação contra o exercício desse culto seja ele de que religião for.” Mais refere “diz o Sr. Ministro se respeite a religião, qualquer cidadão como mero caso de consciência para o qual ninguém pode atentar e só procede contra o clericalismo e reacção por serem contrários à liberdade humana, a paz e a ordem social”.

18 de outubro – O Governador Civil do Porto pede ao Administrador do Concelho da Maia os nomes do presidente e de cinco vogais para as Juntas, o nome para o cargo de Regedor para cada freguesia.

20 de outubro – O governador civil Paulo Falcão nomeia a nova comissão municipal do concelho da Maia, designando como presidente o Dr. José Félix Farinhote, tendo como vereadores: Alberto Artur Ferreira da Silva, Joaquim Rodrigues dos Santos, Joaquim Mário Pinto d’Azevedo, Sertório Nunes da Palma, Manuel Pereira e Thomaz Leonardo Teixeira.

Fig. 4 - Dr. José Félix Farinhote. Natural de Foz Côa. Em 1910, conclui o curso de medicina na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, depois Faculdade de Medicina. Quando do 5 de outubro alinhou pelos ideais republicanos, sendo nomeado pelo Governador Civil do Porto, Paulo José Falcão, para a presidência da Comissão Municipal do Concelho da Maia.

Rapidamente se afasta dos cargos públicos, dedicando-se à sua profissão de médico, chegando a prestar serviço como Capitão-médico miliciano no Corpo Expedicionário Português na Flandres, em 1919. Na Maia exerceu diversos cargos como os de médico na Cooperativa Popular de Moreira da Maia, de médico municipal e de subdelegado de saúde. Viria a falecer no ano de 1931, encontrando-se sepultado no cemitério de Perafita.



21 de outubro - O presidente da Junta de Santa Maria de Avioso, Joaquim Moreira da Silva, informa o Administrador do Concelho da existência de uma escola pertencente á Congregação de S.

Francisco de Sales, “cujo ensino tem por fim fanatizar o povo”, tendo como prova um opúsculo da referida Congregação.

26 de outubro – Toma posse o novo regedor da freguesia de Águas Santas, Thomaz Leonardo Teixeira, acérrimo defensor do novo regime. Desempenhou o cargo de forma muito activa e apaixonada, fazendo nas suas participações descrições de factos muito pormenorizados. Foi regedor até 6-11-1913, sucedendo-lhe Manuel dos Santos Quelhas.

28 de outubro – O regedor Manuel de Sousa Leal, da freguesia de Folgosa, solicita o edifício escolar paroquial para uma conferência a realizar a 6 do novembro, com “carácter republicano para a educação do povo desta freguesia, contando já com alguns oradores em evidência”.

9 de novembro – Em cumprimento de ordens superiores, é mandado ao Administrador do Concelho o encerramento do curso particular de instrução primária ilegalmente regido por Maria Ferreira Moutinho, no lugar de Real, Freguesia de Águas Santas.

22 de novembro – Paulo Falcão, Governador Civil do Porto, nomeia as novas comissões paroquiais republicanas, contendo 5 vogais efectivos e 5 suplentes. Para o lugar de Presidentes foram indicados: para a freguesia de Águas Santas – Thomaz Leonardo Coutinho; Santa Maria Avioso – Agostinho dos Santos Quintella; S. Pedro Avioso – José d’Oliveira Maia; Barca – Agostinho Moreira da Silva; Barreiros – Manoel Martins dos Santos; Gemunde - Manuel Moreira de Sousa (Sobrinho); Gondim – José Ferreira da Cruz; Gueifães – Alfredo dos Santos Leite; Moreira – António Fernandes Pinto; Nogueira – Eduardo da Silva Teixeira; Silva Escura – Manoel da Silva Moreira; Vermoim – Manuel Monteiro da Silva; Vila Nova da Telha – Manoel Lopes da Silva Ramos.

28 de novembro – Após a tomada de posse da nova Junta de Paróquia republicana de Barreiros, decidiu-se fazer uma revisão do inventário, “que consistia no exame de bens de raiz, títulos de dívida pública, capitais móveis, alfaias, receitas e despesas até aí realizadas.”. Terá ficado combinado uma reunião conjunta para análise do processo com o antecessor, Padre Arnaldo Thomé, que não compareceu á hora combinada. Entretanto, passada uma hora, surge um servo da Igreja enviado pelo padre com as chaves dos caixotes das alfaias para a comissão conferir. Este facto mereceu este comentário: “O servo da Igreja amostrou alfaias e vasos sagrados!! Singular jurisprudência canónica a do sr. Padre Arnaldo!!” Passados uns momentos, surge o pároco recusando tomar assento no seu lugar diante da comissão, negando-se a cumprir o dever a que a lei impõe. Instala-se a confusão, com “vozeria desconcertada, não aceitando explicações de ninguém. Para evitar o escândalo, abruptamente encerrei a sessão.”

1911

22 de janeiro – Segundo o Presidente da nova Junta republicana de Barreiros, Manoel Martins dos Santos, o pároco e anterior presidente, Arnaldo Thomé dos Santos Rebello, proferiu algumas palavras mais duras dentro da Missa, direcionadas contra a nova Junta republicana. “A Junta de Paróquia desta freguesia, numa das suas últimas sessões, deliberou proibir-me e ao sacristão de pedir esmolas dentro desta igreja; mas isso é uma arbitrariedade, porque a Junta não tem de se intrometer nas coisas da Igreja, isso não lhe pertence, quem governa aqui sou eu!” terá dito o Padre Arnaldo. E mais disse “As esmolas são para missas pelas almas e para pagar a um capelão e não para ajardinar alamedas e abrir caminhos!”

23 de fevereiro – Tomada de posse do novo executivo da Câmara Municipal da Maia, sob a presidência do Dr. Arnaldo Augusto Barbosa Soares.

24 de fevereiro – Na madrugada de 23 para 24, ocorre um incêndio na Câmara Municipal da Maia, provavelmente fogo posto, que só não ganhou outras proporções devido á pronta ação de um cidadão, Avelino José de Sousa. Ao ver fumo a sair das janelas, subiu ao primeiro andar, e com a ajuda de mais pessoas minimizou os estragos, salvando o edifício e o seu recheio. Posteriormente a companhia de seguros gratificou-o com 6000Réis pelo acto heroico e a Câmara com 10 000Reis de recompensa.

26 de fevereiro – Paulo Falcão informa que aos párocos “é proibida a distribuição e leitura de missas conventuais pastoral colectivas do episcopado português ao clero e fiéis de Portugal, devendo ser levados ao poder judicial, como desobedientes”. Esta era a reação à pastoral coletiva de 24 de dezembro.

27 de fevereiro – O pároco João Martins do Espírito Santo, de Gueifães, responde com uma carta acerca da pastoral que incitava o povo a faltar ao respeito da República, na qual rebate as acusações como falsas e absurdas. Confirma a receção de uma pastoral coletiva dos prelados da Nação que ordenava a leitura ao povo, que “toda ela só exprime delicadeza e respeito para com os poderes constituídos – Obedecei a vossos superiores!”

28 de fevereiro – O regedor de Gondim, Manoel Ferreira da Silva, informa o Administrador do Concelho que até àquela data, o pároco de Gondim nunca teria incitado o povo a não respeitar as leis do governo provisório da República.

3 de março – Em conformidade com as instruções do Governo, resolveu-se negar o beneplácito à Pastoral coletiva dos Bispos, datada de 24 de dezembro de 1910 e espalhada pelo clero nos últimos tempos. Deveria proceder-se á imediata apreensão dos exemplares, assim como a leitura da pastoral ou referência a ela em todas as igrejas, capelas, lugares públicos assim como proibir a sua publicação nos jornais.

4 de março – Segundo o ministro da Justiça, “ficarão excluídos de qualquer benefício material quer derivado das leis atuais quer resultantes da futura Lei de Separação, Bispos e Padres que persistirem na atitude de acatarem ordens do Poder Civil, designadamente continuando com a leitura ou referência á pastoral” que incorria numa pena de crime de ofensa ou de prisão, segundo os artigos 137, 181 e 188.

20 de março – O governador civil Paulo Falcão emite uma circular sobre as disposições da nova lei do registo civil, no caso, sobre as manifestações do culto externo fora dos templos, cemitérios e lugares vedados. Nela refere que “a proibição dos actos do culto externo está subordinada ao princípio da liberdade de crenças, que deve, acima de tudo, fazer-se respeitar, e a necessidade governativa de evitar lutas passionais de religião, que perturbem a ordem pública. Até para assegurar o respeito de cada religião é preciso que ela cá fora não possa ser desacatada por quem não a professe; mas em toda a parte onde, pela força dos costumes arreigados no espírito da população, as manifestações do culto externo não corram esse perigo, fica ao vosso prudente arbítrio o permiti-las, concedendo para esse fim a devida licença por escrito.”

22 de março – O novo pároco de S. Pedro Avioso, Alberto Azevedo de Andrade, acusa o ex-encomendado e pároco de Barca, o reverendo Nicolau Moreira, de retirar da residência paroquial



Fig. 5 - Antiga Câmara Municipal da Maia

móveis, roupas, objetos pessoais, mandar cortar uma cerejeira, assim como “de não entregar o arquivo paroquial e mais pertences segundo as formalidades legaes, isto é, nesta freguesia e perante testemunhas.

29 de março – É proposta em reunião do executivo da Câmara Municipal, a aquisição de um busto da República, a incluir no 1º Orçamento suplementar.

5 de abril – De forma a que todos os estabelecimentos públicos pudessem arvorar a nova bandeira nacional nos feriados da República, o Ministério do Interior mandou fabricar na Cordoaria Nacional bandeiras, com o custo unitário de 11.000Réis.

8 de abril – O regedor António Ferreira Pinto informa o Administrador do Concelho, Dr. Félix Farinhote, baseando-se no último recenseamento escolar de 1909, que existia uma só escola mista em Gueifães, com 135 crianças do sexo feminino e 131 do sexo masculino. Já em Milheirós, o regedor Joaquim da Silva Torres refere que o número de analfabetos na freguesia é superior a 50%, mesmo tendo mais de 200 crianças a frequentar o ensino. Diz, também, que não existia nenhuma escola pública nem particular.

15 de abril – Manoel Lopes da Silva Ramos, regedor de Vila Nova da Telha refere que não se realizou a visita pascal do Compasso, por o pároco não ter recebido autorização para tal, assim como por incorrer na pena de ser prejudicado nos seus direitos paroquiais.

26 de abril – A comissão Administrativa da Câmara Municipal, sob proposta do presidente Dr. Arnaldo Soares, em face do casamento do Administrador do concelho, Dr. Félix Farinhote com Laura d’Oliveira Dias, propôs “como comemoração que se levantasse a sessão, sendo considerado, desde esta hora em deante, este dia como feriado para todos os empregados dependentes desta corporação.”

7 de maio – Inauguração do Centro Democrático de Vermoim, no lugar da Igreja, promovida por uma “comissão de dedicados amigos desta querida Pátria e da República.”

30 de maio – A Junta de Paróquia de Vila Nova da Telha apresenta a sua demissão pelos motivos da “desconsideração a esta freguesia na ocasião da visita pascal, sendo esta desconsiderada entre quase todas deste concelho.”

6 de junho – Segundo informações seguras recolhidas pelo regedor de Gemunde, Manoel Francisco Dias, o pároco desta paróquia deu ou vendeu um porco para consumo público, que teria morrido de doença perigosa. Tal facto foi comunicado ao Administrador do Concelho.

11 de junho – O regedor de Gemunde e o cidadão Manoel Moreira de Souza Sobrinho, presidente da Comissão Paroquial “terão sido desrespeitados pelo Abade desta freguesia no exercício das suas funções.”

18 de junho – O inspetor da 1ª circunscrição, António Souza, emite uma circular a pedir informações sobre todos os “indivíduos que, neste concelho, se tenham ausentado para Espanha, por se acharem envolvidos no movimento revolucionário contra a República, indicando nomes, profissões e residências.”

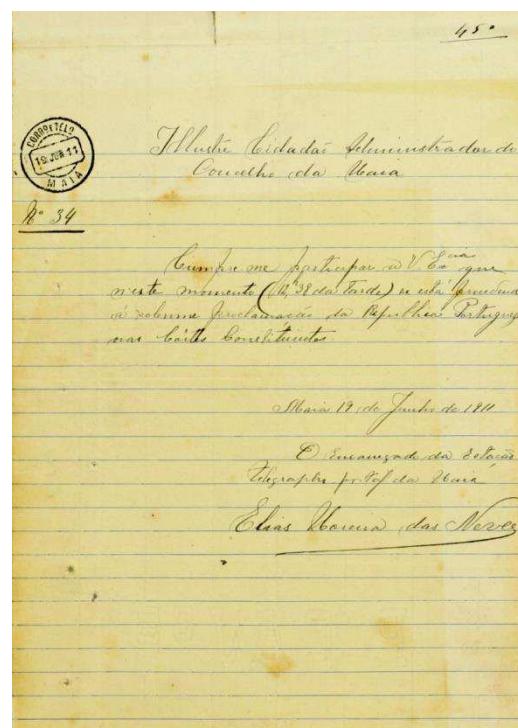


Fig. 6 - Documento nº450, de 19-6-1911.

19 de junho – Procede-se à solene proclamação da República nas Cortes Constituintes em Lisboa.

28 de junho – O regedor de Gueifães, Manoel da Silva Branco, informa o Administrador do Concelho que se iria realizar uma procissão no dia 2 de julho, na qual não assumiria qualquer responsabilidade. E diz, que “o padre faz uso dos seus hábitos, todos os dias de casa para a Igreja e da Igreja para casa”, esperando as ordens necessárias a tomar.

30 de junho – Thomaz Leonardo Teixeira, regedor de Águas Santas, apreende uma carta na estação postal dirigida a Fernando Lopes Tavares, cadete do exército e filho do capitão Tavares de infantaria. Depois de lida a carta, procedeu á captura do cadete e do seu irmão pois este terá proferido a frase - “Se não fosse por perder a carreira, teria-me ausentado para a fronteira.”

1 de julho – O mesmo regedor Thomaz Leonardo Teixeira, juntamente com o Administrador do concelho de Valongo, do cidadão Amadeu Villar e de muitos correligionários dedicados procederam a buscas em várias casas, visando a captura do Padre Quelhas, por ordem do Administrador do concelho da Maia. Horas mais tarde, o Padre Quelhas apresentou-se voluntariamente.

12 de julho – O Padre Arnaldo Thomé dos Santos Rebelo, em nome da comissão encarregada dos festejos a Nossa Senhora do Bom Despacho realizados a 8 e 9 de julho, dirige-se ao Administrador do concelho Dr. Félix Farinhote, para “mostrar o meu profundo reconhecimento pelos serviços prestados na manutenção da ordem pública, providenciando para que tudo corresse na melhor ordem, sem a mais leve ocorrência desagradável.”

16 de julho – É realizado um abaixo-assinado por 61 habitantes de Águas Santas, com muitos nomes importantes da freguesia e pelos vogais da Junta de paróquia, contra a demissão do regedor Thomaz Leonardo Coutinho. Esta demissão traria “prejuízos enormes para os verdadeiros patriotas, pois em toda a parte tem sido um dos mais acérrimos defensores e propagandistas, incansável do novo regime e tem sabido impor-se a todos como uma autoridade modelar”. Esta demissão estaria relacionada com a polémica da carta apreendida e invasão de propriedade da casa do capitão Tavares.

21 de julho – O Governador Civil do Porto, José Nunes da Ponte, no uso da faculdade do art.199 do Código Administrativo, suspende das funções de Administrador do concelho da Maia o cidadão José Félix Farinhote.



Fig. 7 - José Nunes da Ponte, nascido na Ribeira Grande, Concelhão, foi um médico, político, filantropo e poeta português. Bacharel em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, em 1879, domiciliou-se no Porto. Membro do Partido Republicano Português e depois do Partido Unionista, desempenhou papel de vulto na divulgação dos ideais republicanos na cidade do Porto até à Revolução de 1910. Ocupou diversos cargos durante a Primeira República Portuguesa, como o de primeiro governador civil republicano do Distrito do Porto (1910), Presidente da Câmara Municipal do Porto interino de 14 de dezembro de 1907 a 14 de Maio de 1908 e efetivo de 13 de Outubro de 1910 a 12 de Janeiro de 1911, Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto, deputado da Nação e presidente da Câmara dos Deputados e 67.º Ministro das Obras Públicas e Ministro do Fomento. Faleceu na Foz do Douro em 1924.

26 de julho – O presidente da Comissão Municipal Republicana da Maia, Alberto Ferreira da Silva, convida o novo administrador do concelho da Maia, Almíro José Pereira de Vasconcelos, para uma sessão

extraordinária daquela comissão a realizar na Quinta do Meilão, para “acompanhar os trabalhos e se orientar da vida política deste concelho.”

27 de julho – A Comissão Municipal Republicana da Maia resolveu pedir ao Ministro do Fomento, Dr. Brito Camacho, a elevação a 4^a classe da Estação Postal de Águas Santas, representando uma justíssima pretensão da população.

30 de julho – O pároco de Águas Santas, Francisco António Farinhote, entregou a Thomaz Leonardo Teixeira, um jornal que continha dois pequenos manifestos de Paiva Couceiro, defensor da causa monárquica.

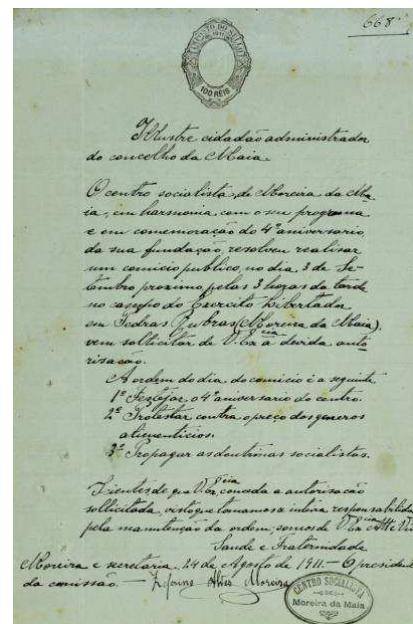
2 de agosto – Em carta dirigida ao novo Administrador do concelho, o cidadão Carlos de Souza revela uma conversa passada no dia 1 de Julho em que o secretário da Câmara, José António Pereira e Silva, discutindo sobre política, terá afirmado que “existiam no concelho muitos conspiradores e que nas suas residências haviam muitas espingardas de repetição e de quinze tiros e grande quantidade de cartuchame; que ele os capturaria a todos com facilidade se fosse da polícia ou pertencesse à Administração do concelho e que o administrador tinha conhecimento de tudo isto e conhecia os conspiradores, mas que estava de pernas cruzadas.” Estas palavras terão sido proferidas em voz alta e repetidas também ao amanuense José António da Silva Faria e a um soldado de Infantaria nº6. Segundo Carlos Souza, o anterior Administrador Farinhote terá procedido a duas buscas sem resultados. Estes boatos seriam voz corrente no concelho.

7 de agosto – O presidente da comissão paroquial de S. Pedro Fins, António José d’Almeida comunica ao Administrador que “estará sempre ao seu lado, desde que sejais, como está convencida que o sereis, um fiel servidor da República, para bem da Pátria e da mesma República”.

12 de agosto – O Centro Republicano da Maia “José Falcão”, tendo como presidente Francisco da Costa Moreira, congratula-se pela nomeação do novo Administrador, e “em sinal de protesto contra a atitude de alguns cidadãos que entenderam dever representar superiormente para a conservação do seu antecessor – o que só tarde soube, assegura-vos que tais cidadãos não significaram de forma alguma os desejos deste concelho, e que convosco cooperará para os interesses desta terra e para o bem da República.”

24 de agosto – O Centro Socialista de Moreira da Maia, sob a presidência de Zeferino Alves Moreira, em harmonia com o seu programa e em comemoração do 4º aniversário da sua fundação, comunica a realização de um comício público no dia 3 de setembro no Campo do Exército Libertador com os seguintes pontos: festejar o 4º aniversário; protestar contra o preço dos géneros alimentícios e fazer propagar as doutrinas socialistas. O Centro tomaria inteira responsabilidade pela manutenção da ordem pública.

Fig. 8 - Documento nº 668 de 24-8-1911.



25 de agosto – Em telegrama enviado a todas as Câmaras Municipais e Administrações, o Ministro do Interior António José de Almeida comunica a eleição do Presidente da República, “o grande cidadão Manuel d’Arriaga”.

12 de setembro – O Governador Civil envia um telegrama ao Administrador do Concelho a “mandar embandeirar no dia seguinte os edifícios públicos em sinal de regozijo e reconhecimento

à República.”

28 de setembro – O Governo Civil envia um telegrama para todos os Administradores do Distrito do Porto, para fazerem a aquisição de dicionário criptográfico a fim de se estabelecer a cifra com o governo civil. A chave da cifra seria enviada na seguinte semana, entrando rapidamente em funcionamento.

30 de setembro – O Governador Civil Rodrigues envia um telegrama ao Administrador da Maia referindo “ordem completa, sendo presos todos os conspiradores que vão para bordo dos navios de guerra que hoje entrarão na Barra do Porto. Precisando de força, requisito para proceder com todo o rigor.”

2 de outubro – O cidadão Leonardo Coimbra é nomeado Administrador interino do Concelho da Maia pelo Governador Civil do Porto.

3 de outubro – O Governador Civil Rodrigo José Rodrigues envia um telegrama ao Administrador da Maia com a informação de tornar público que não teria fundamento a entrada de conspiradores ou a existência de combates na fronteira, segundo as notícias oficiais que garantiam o sossego e ordem pública em todo o país. Noutro telegrama com mesma data, refere-se a participação de alguns padres na revolta abortada, que teriam abandonado as paróquias, tornando-se urgente o oficial do registo tomar conta dos arquivos paroquiais a título precário, evitando futuros transtornos públicos.

6 de outubro – Novo telegrama do Governador Civil do Porto a afirmar não haver o menor motivo para intranquilidade, pois o Governo teria tomado todas as medidas necessárias para inutilizar quaisquer aspirações dos conspiradores, dentro e fora do país.

12 de outubro – O cidadão Raimundo Martins é nomeado Administrador interino do Concelho da Maia pelo Governador Civil do Porto.

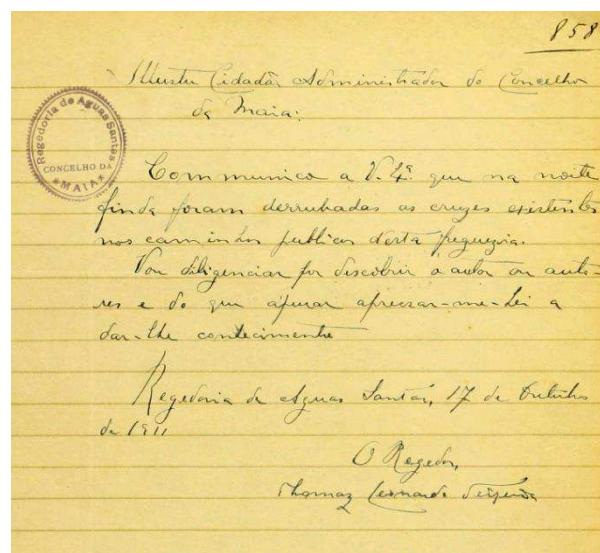
17 de outubro – O regedor Thomaz Leonardo Teixeira comunica ao Administrador o derrube das cruzes existentes nos caminhos públicos durante a noite em Águas Santas.

Fig. 9 - Documento nº 858, de 17-10-1911

21 de outubro – O Abade Américo da Costa Nilo de Moreira, pergunta ao Administrador do concelho o porquê da “proibição da piedosa procissão dos defuntos, que é de costume imemorial e com grande concorrência e geral aprazimento”. Segundo o Abade, esta procissão seria autorizada em todas as outras freguesias excetuando a de Moreira.

26 de outubro – O comissário geral Pereira Magalhães pergunta ao Administrador do concelho se os párocos Arnaldo Thomé dos Santos Rebelo e João Maria do Espírito Santo continuavam presos ou já teriam sido postos em liberdade, acusados de transgressão á Lei da Separação da Igreja.

27 de outubro – O Administrador Raimundo Martins manda publicar um edital em que consente que nas freguesias do concelho “se proceda a todos os actos de culto e com todas as cerimónias religiosas fora dos lugares a isso destinados, mas somente nos dias 1 e 2 de Novembro e excluindo os acompanhamentos para enterros.”



29 de outubro – A direção do Centro Republicano da Maia “José Falcão” comunica ao Administrador Raimundo Martins o seu regozijo pela recente nomeação, pois “viu a forma justa e altamente democrática por que iniciasteis a administração dos negócios da República deste concelho”. A comissão estaria á sua disposição para o auxiliar no recenseamento da população daquela parte do concelho. E agradecia a visita efetuada ao Centro, no âmbito da conferência do ilustre cidadão Leonardo Coimbra.

30 de outubro – Tendo em conta o período de agitação revolucionária e o caso das cruzes derrubadas em Águas Santas, Thomaz Leonardo Teixeira informa o Administrador da pretensão de demolir as restantes cruzes que ainda se conservavam num terreno da junta e remover uma imagem de Cristo, entregando-a ao pároco.

30 de outubro - O Governador Civil envia um telegrama em código para o Administrador do concelho sobre o conteúdo de jornais.

3 de novembro – O regedor Manoel de Souza Leal, da freguesia de Folgosa, comunica ao Administrador que a denúncia da existência de peças de artilharia e granadas guardadas em Monforte é falsa, pois “conhecia o lugar e os seus habitantes”.

9 de novembro – Thomaz Leonardo Coutinho pergunta ao Administrador “com a maior urgência se é permitido o acompanhamento de cruzes e padre paramentado nos cadáveres que são transportados para o cemitério. Isto é: dentro do cemitério podem ostentar-se os Símbolos?”

13 de novembro – O Governador Civil envia um telegrama em código para o Administrador do concelho, referindo a possibilidade de um golpe, para o qual já estariam tomadas todas as providências.

13 de novembro – Thomaz Leonardo Coutinho informa o Administrador que no dia 9 o pároco de Águas Santas acompanhara paramentado e com a ostentação de símbolos religiosos o cadáver de um menor, o que por edital publicado, seria proibido. Sobre o sucedido, o pároco alegou “que com a precipitação, pelo tempo invernoso, saíram pelo adro da Igreja, tomando o caminho público e que tendo-lhe sido entregue o boletim de registo civil, supusera ser a licença para a realização do culto externo.

14 de novembro - O Governador Civil envia um telegrama para o Administrador do concelho, dizendo que não teriam quaisquer fundamentos os boatos sobre a alteração da ordem pública, estando o todo o país a viver uma completa tranquilidade.

18 de novembro – É emitida uma circular pelo Governador Civil informando o facto “de se terem apresentado voluntariamente indivíduos considerados conspiradores contra as instituições vigentes e entregarem as armas que lhes tinham sido fornecidas para tal fim.”

21 de novembro – Thomaz Leonardo Coutinho indica as testemunhas que presenciaram a cerimónia de culto externo no dia 9: Domingos Ferreira Moutinho, Manuel Gonçalves Lage e Manuel da Silva Ferreira, todos do lugar de Parada.

1912

30 de janeiro – A comissão de defesa dos Interesses de S. Mamede, eleita em comício público em 13 de janeiro de 1912, pede ao Administrador, á Comissão Municipal Administrativa, a várias comissões paroquiais de freguesia, aos Centros Republicanos de Milheirós, Vermoim, Moreira e Centro Democrático de Moreira para com os seus esforços, “a conseguir da Companhia Carris de

Ferro do Porto o barateamento das passagens na linha de S. Mamede e o proporcional barateamento dos passes anuais”.

2 de fevereiro – O padre de Gueifães, João Martins do Espírito Santo, relata que dias antes, teria surpreendido “de manhã muito cedo, e ainda bastante escuro, sozinho!”, o presidente de Junta de paróquia Alfredo dos Santos Leite, que teria em seu poder as chaves das esmolas, as quais teria levado e gasto. Alegadamente, Alfredo dizia que seria o depositário dos bens da Igreja, após o arrolamento ao qual o padre retorquia dizendo “que ele não podia entrar na igreja fora dos actos de culto público, nem muito menos constituir-se usufrutuário das esmolas.”

21 de fevereiro – Os estatutos do Centro Comercial e Industrial da Maia estavam concluídos, sendo remetidos para a Administração do Concelho, devendo seguir um requerimento e cópia destes conforme o artigo 8º do decreto de 9 de maio de 1891.

16 de fevereiro – Thomaz Leonardo Teixeira relata que no barbearia de Manuel Bento Veiga, em Ardegães, um pedreiro chamado Miguel Moutinho, em acesa conversa, “atacou os homens da República e oferecendo-se, mediante remuneração, para enfileirar as hostes monárquicas desse inimigo da Pátria a quem chamam Couceiro.” Para este, pedia “um severo correctivo, afim de que o exemplo aproveite a outros militantes de igual jaez”.

27 de fevereiro – Segundo carta do pároco de Gemunde, o Abade António Gonçalves de Almeida, pela noite e estando próximo da Igreja, após conversa com Manuel Moreira de Souza Sobrinho sobre o pagamento de uma missa de sétimo dia, este o espancou com umas cordas grossas ou sogas de bois, provocando uma costela partida e várias contusões no pároco.

18 de março – O regedor de Barca, Augusto Ferreira da Costa Gens, informa a inexistência de pessoas na freguesia que se opusessem á realização da cerimónia da Procissão dos Passos, “antes pelo contrário esta cerimónia está no ânimo e desejo de todo o povo”.

2 de abril – Estando demissionária a comissão administrativa paroquial de Barreiros, o Governador Civil do Porto José Maria de Sá Fernandes constitui a nova comissão, tendo como efetivos: Joaquim Marques Alves Dias, Joaquim de Oliveira, José Pereira de Macedo, António José da Costa Lages e Albino José da Costa.

26 de maio – O Abade da freguesia de Gemunde, António Gonçalves de Almeida é novamente agredido por David Martins Pereira, um trolha e natural da freguesia, provocando-lhe um profundo ferimento no crânio.

6 de junho – O Governador Civil José Maria de Sá Fernandes, intima o pároco de Vila Nova da Telha, José Tavares da Silva Borges, para comparecer no Governo Civil a fim de ser inspecionado.

28 de julho – O regedor de S. Pedro Fins, António José de Almeida, pede um reforço de 6 praças da Guarda Nacional Republicana para a habitual romaria de S. Pedro Fins a realizar no dia 4 de agosto, ficando as gratificações a cargo da comissão organizadora.

3 de agosto – O presidente da Comissão paroquial de Vila Nova da Telha, Manoel Lopes da Silva Ramos, pede esclarecimentos ao Administrador, pois o Abade de Vila Nova da Telha perguntou qual o destino a dar ás alfaias da Igreja que estavam na sua residência, pois teria sido avisado para desocupar a referida no prazo de 3 dias, ficando esta “deserta”.

14 de agosto – Segundo o relato de Thomaz Leonardo Coutinho, neste dia terá ocorrido em Águas Santas, no lugar da Corga, mais precisamente em casa de António Luiz Alves da Cruz, um episódio envolvendo o Bispo de Portalegre, D. António Moutinho. Na referida casa encontrava-se o corpo de Maria Ferreira da Silva e no momento em que era conduzida para a Igreja, o Bispo intimou que recuassem com o caixão e o depositassem onde estaria. De seguida, paramentou-se e rezou uma

missa, ficando a comitiva silenciosa. Terminada a celebração, dirigiram-se até á Igreja onde lhes foi vedada a entrada pelo pároco Francisco António Farinhote, visto não terem cumprido um artigo do Código do Registo Civil. Este desrespeito à lei seria motivado pelos boatos que a igreja estaria interditada, formando-se um grupo de párocos do concelho que se negariam a prestar na Igreja os serviços religiosos que Francisco António Farinhote reclamara.

2 de setembro – Domingos Alves Moreira, pároco de Santa Cruz do Bispo, é encarregado pelo Bispado do Porto para assumir interinamente a paroquialidade da freguesia de Moreira, em virtude da ausência para parte incerta do pároco da freguesia. O novo pároco pede ainda ao Administrador para tomar as providências necessárias a fim de poder exercer livremente as suas funções, pois no dia 28 de julho teria sido “arbitrariamente impedido do exercício dessas funções por alguns cidadãos desconhecidos”.

10 de setembro – O regedor de Gueifães, Paulino da Silva, pede que sejam chamados à Administração a Comissão das Alfaias da paróquia de Gueifães para que sejam elucidados dos direitos e deveres que lhes competia, tendo como motivo um problema com a entrega de uns paramentos, alfaias e chaves da igreja. As portas da Igreja só se abriam com a ordem do pároco da freguesia, segundo as opiniões de dois membros da comissão paroquial. Na opinião do regedor, “esta comissão deveria ser imediatamente substituída porque não andemos sempre misturados com o caciquismo”, fazendo toda a confiança na decisão do administrador para “castigar os traidores da República”.

5 de outubro – O presidente da comissão paroquial de Gueifães, Alfredo dos Santos Leite, felicita na pessoa do Administrador do concelho, o 2º Aniversário da República Portuguesa e o glorioso dia 5 de outubro.

7 de outubro – Em carta dirigida ao Administrador, o regedor substituto José da Silva Pereira relata um caso envolvendo as comemorações do 5 de outubro. Pelas 11 horas da manhã a junta mandou deitar foguetes, tendo-se o pároco recusado a dar a chave da torre para tocar os sinos para festejar o 2º aniversário da República. Às 18 horas, o regedor substituto dirigiu-se ao pároco “com bons modos para tocar os sinos visto ainda ter algum fogo para deitar”, ao qual o pároco respondeu que só autorizava com ordem escrita do Administrador. Seguiu-se uma tentativa de forçar a porta com várias pessoas, procedendo-se á subida da torre por intermédio de um escadote. A multidão exacerbou-se contra o pároco, tendo o regedor José Pereira de gritar para que a melhor ordem fosse cumprida. Em nota posterior, o Administrador emana a ordem “Intimar o pároco e entregar chave á junta e enviar queixa por desobediência ao tribunal”.

12 de outubro – O Abade António Gonçalves de Almeida, de Gemunde, informa o Administrador que a partir de dia 15 de outubro se encontraria ausente da freguesia, encontrando-se no Porto, devendo o Administrador tomar as devidas providências.

13 de outubro – No 1º Campo do Exército Libertador, em Pedras Rubras, Moreira, teve lugar um comício de propaganda socialista, presidido por José Moreira da Silva, pedreiro do lugar da Guarda, tendo como oradores Inácio de Sousa, manipulador de tabacos da cidade do Porto; Demétrio de Vasconcelos da Póvoa de Varzim e outros. Na qualidade de delegado do Administrador esteve Delfim Vieira Pinto, que presenciou que “em linguagem despejada injuriaram os membros do Governo da República, afirmando que eram uns ladrões, que o que queriam era comer à sombra do orçamento, que apregoavam liberdade e nada cumpriam”. O amanuense Delfim Pinto terá dito ao presidente para retirar tais afirmações e ser mais moderado nas palavras sob pena de suspender o

comício, às quais não acatou. Mais uma vez Delfim Pinto intervém ordenando a suspensão do comício, ordem que não foi acatada.

27 de outubro – Segundo participação do regedor de Vermoim, Manoel Nogueira da Silva, o pároco da freguesia de Vermoim, Luiz da Silva Campos teria a meio da missa conventual transgredido o disposto no artigo 48º da Lei da Separação do Estados das Igrejas, relativo ao culto externo nos funerais, atacando a autoridade administrativa pelo motivo de um funeral realizado pelo encomendado padre Camilo de Oliveira. De seguida, terá procurado incitar o povo a manifestar-se.

30 de outubro – O presidente da comissão paroquial de Gemunde, Manuel Moreira de Sousa Sobrinho informa o Administrador que procedeu á revisão do inventário dos bens móveis e alfaias em virtude da retirada do Abade António Gonçalves de Almeida, verificando-se “estar tudo em conformidade, ficando doravante todo tombo inventariado e escruturado na última revisão sob a vossa guarda”.

5 de dezembro – Thomaz Leonardo Teixeira informa o Administrador do concelho que não vê inconvenientes em ser concedida uma licença ao pároco de Águas Santas, Francisco António Farinhote, desde que se faça substituir nos atos de culto por outro eclesiástico.

22 de dezembro – O vice-presidente da comissão paroquial de Folgosa, oficia o Administrador para “as represálias praticadas na organização do Rol de contribuição de viação municipal desta freguesia”, devendo-se proceder a um rigoroso inquérito “a fim de poderdes avaliar da consciência, equidade, justiça e imparcialidade e para que providenciareis a fim de que após a gloriosa aurora de 5 de outubro se não pratique impunemente semelhante monstruosidade”.

26 de dezembro – O Administrador do concelho de Valongo informa o seu homólogo da Maia, que tinha sido publicado no Diário do Governo nº 301 de 24 de dezembro, o decreto que proibia o presbítero Eduardo Alves Espinheira, pároco da freguesia de Ermesinde, de residir dentro dos limites do distrito do Porto pelo período de um ano.

Em jeito de conclusão, são por demais evidentes as fraturas e revelador o ambiente agitado também no Concelho da Maia, com uma rotatividade nos cargos até aí nunca vista, o afastamento e colocação de entraves das instituições do Estado à Igreja, as perseguições religiosas. Também neste período se terá perdido algum património religioso, ao nível das alfaias, paramentos e mobiliário, às mãos da ideologia anticlerical e de espíritos “mais desviantes”.

Torna-se visível a dificuldade de adaptação aos novos tempos republicanos da parte do clero, onde o órgão administrativo “junta de paróquia” dará lugar às novas juntas de freguesia. Surgem novas caras, substituem-se pessoas, embora ainda seja bem notória a ligação entre o poder administrativo e o religioso. Essas ligações não mostraram melhorias, como foi o caso do contencioso entre católicos e não católicos da freguesia de Águas Santas ocorrido em 1915.

Referências

Fontes: Arquivo Municipal da Maia

Bibliografia: Costa, Francisco Barbosa da - *História do Governo Civil do Distrito do Porto*. Porto: Edição do Governo Civil do Porto, 2004.

Cibergrafia:

<http://wmoreira.ecivitas.net/conteudos//templates/Estrutura.asp?articleid=295&zoneid=34>

José de Andrade Gramaxo: O médico portuense de origens maiatas

Daniela Alves^a
Hélder Barbosa^b
Jorge Ricardo Pinto^c

Resumo: «Não faças aos outros o que não desejas que te façam». Foi deste modo que o médico José de Andrade Gramaxo resumiu a forma como norteou toda a sua vida, dela despedindo-se no dia 02 de março de 1921. A conduta e o profissionalismo com que abraçava a sua profissão perpetuou na memória coletiva o percurso de um maiato verdadeiramente notável, reconhecido e descrito por muitos como um dos maiores vultos da classe médica do seu tempo. É precisamente esse o objetivo do presente artigo: evocar a memória do célebre Dr. Gramaxo. Recorreu-se, nesse sentido, à consulta e análise de estudos biográficos prévios e a uma série de fontes primárias disponíveis no Arquivo Histórico e no Arquivo Distrital do Porto. Foram ainda consultadas outras fontes existentes no espólio documental da família, cedido gentilmente para a elaboração deste trabalho por Fernando Gramaxo, trineto de José de Andrade Gramaxo, a quem agradecemos.

Palavras-chave: José de Andrade Gramaxo; Concelho da Maia; Cidade do Porto; Medicina

A vinda da família Gramaxo para o concelho da Maia

Entre as várias famílias que compõem o tecido social da Maia, a antiga freguesia de S. Miguel de Barreiros, ainda hoje há uma delas que se destaca como marca indelével deste território: os Gramaxo. Nas palavras do 1.º Visconde de Sanches Baena (1872, p. 82), a família Gramaxo “é antiga, e oriunda do Alentejo; existiu em Évora desde o tempo de D. Afonso III, e no de D. João I tinham título de vassalos e logravam terras coutadas pelos reis”. No decorrer dos séculos, os Gramaxo viriam a espraíar a sua área de influência a outros territórios nacionais e internacionais, estabelecendo-se em S. Miguel de Barreiros ainda em pleno século XVII. Na obra «Achegas de Monografia da Vila da Maia», de Manuel Joaquim da Costa Maia (1986, p.122), o autor sugere que foi a devoção a Nossa Senhora do Bom Despacho “que para



Armas da Família Gramaxo.
A.N.T.T. (1509-). Livro do Armeiro-Mor, fl. 130.

^a Licenciada em Turismo e Mestre em Turismo e Desenvolvimento de Negócios pelo Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo (ISCET). Investigadora no projeto de investigação CHIP (Culture, Heritage and Identity in Porto) sediado no CIIC (Centro de Investigação Interdisciplinar e de Intervenção Comunitária). Co-autora da obra “Histórias e Memórias das Quintas da Freguesia da Maia”, publicada em 2016 pela Fundação Gramaxo.

^b Licenciado em Turismo e Mestre em Turismo e Desenvolvimento de Negócios pelo Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo (ISCET). Investigador no projeto de investigação CHIP (Culture, Heritage and Identity in Porto) sediado no CIIC (Centro de Investigação Interdisciplinar e de Intervenção Comunitária). Co-autor da obra “Histórias e Memórias das Quintas da Freguesia da Maia”, publicada em 2016 pela Fundação Gramaxo.

^c Licenciado, Mestre e Doutor em geografia na FLUP. Professor coordenador no ISCET e docente na UTAD. Investigação centrada na morfologia e história urbana e na geografia social, tanto no CEGOT como no CIIC, onde é o investigador responsável pelo projeto de investigação CHIP. É autor de dois livros: “O Porto Oriental no final do século XIX”, “Bonfim - Território de Memórias e Destinos”, coordenador de “O 285 da rua de Cedofeita”, e, em coautoria na coordenação, “Turismo, Património e Inovação”. Subdiretor da revista científica portuguesa: “Percursos e Ideias”.

aqui os trouxe e os fixou até hoje". Porém, a vinda dos Gramaxo para Barreiros acontece tempos antes da introdução daquele culto

mariano na freguesia. Corria o ano de 1648 quando Simão Martins Ferreira e Ana André Gramaxo – casal que havia celebrado matrimónio, em 1633, em Leça da Palmeira – adquirem o «Casal da Granja» situado no lugar da Granja da freguesia de S. Miguel de Barreiros, (A.D.P. 1633-1673, Registos de Casamentos - Paróquia de Leça da Palmeira, fl. 141), propriedade que era foreira da Baliagem de Leça (A.D.P. 1741, 2º Tombo da Baliagem de Leça, fl. 233). É esta propriedade que está na origem daquela que viria a ser a Quinta dos Gramaxo ou da Boa Vista, designação pela qual ainda hoje a conhecemos.

Ao longo dos séculos, a numerosa descendência do casal Simão Martins Ferreira e Ana André Gramaxo viria a afirmar, paulatinamente, o estatuto socioeconómico da família em âmbitos territoriais completamente distintos, como a cidade do Porto e a freguesia de S. Miguel de Barreiros. Embora diferentes, os dois territórios assumiram uma função complementar na vida da família Gramaxo, numa dicotomia entre o quotidiano e o lazer. A leitura, a análise e o cruzamento de fontes históricas da época permitem-nos sustentar a hipótese de que a Quinta dos Gramaxo, de S. Miguel de Barreiros, tenha funcionado, pelo menos nos seus primórdios, enquanto residência secundária implantada num território predominante agrícola que se caracterizava pela sua ruralidade e pela sua periferia face à cidade do Porto. Estas e outras circunstâncias de ordem natural faziam de Barreiros um território particularmente aprazível, propenso à fixação de famílias abastadas na freguesia, sobretudo por meio de vastas quintas que aí se constituíram, em diferentes momentos da sua história, enquanto propriedades de veraneio.

Para esta freguesia, dotada de muitos melhoramentos e cortada por três estradas, vêm muitas famílias passar a estação calmosa, já porque a posição topográfica, as boas águas, os vastos arvoredos e a ausência de focos de infecção garantem a Barreiros a máxima salubridade; já porque esta povoação possui o que outras muitas não têm, como talho, padeiros, farmácia, posto-médico, correio, escolas, bons estabelecimentos de mercearia, casas regulares, bonitos passeios, trens de aluguer, etc. (Monteiro, 1884, p. 2).



A casa da Quinta da Boa Vista (Maia) em 1910.
Espólio da família Gramaxo.

Presumimos que o primeiro membro da família Gramaxo a estabelecer residência permanente na Quinta da Boa Vista tenha sido o Reverendo Vicente Gramaxo, muito embora fosse natural do Porto, onde nasceu a 05 de maio de 1699, na freguesia de S. Nicolau¹. Vicente Gramaxo foi presbítero do hábito de S. Pedro e cavaleiro professo na Ordem de Cristo, tendo desempenhado um importante papel na freguesia que o acolheu. Das suas variadas ações, destaca-se a cedência de uma parte da sua propriedade para “(...) se fazer e ampliar a dita Igreja [de Nossa Senhora do Bom Despacho] e se poder fazer a residência do reverendo pároco” (Maia, 1986, p. 123). Em virtude desta doação, foi-lhe concedida uma sepultura privada no interior do agora Santuário Mariano de Nossa Senhora do Bom Despacho, permanecendo, ainda hoje, os seus restos mortais por baixo da lápide identificada com a inscrição “He Dos Gramaxos 1738”. Como faleceu sem descendência, Vicente Gramaxo legou a Quinta da Boa Vista ao seu primo Diogo António de Andrade Gramaxo, Sargento-mor do Batalhão de Leça. Segundo memórias familiares, terá sido nesta geração que a antiga Quinta da Granja passou a designar-se de Quinta da Boa Vista, tendo a sua área sido aumentada por compra de outros terrenos anexos (Alves e Barbosa, 2016). Diogo António de Andrade Gramaxo faleceu com cerca de 90 anos, a 11 de abril de 1805, sendo então considerado “a criatura mais antiga da freguesia”².

Assume a posse da Quinta da Boa Vista a descendente direta de Diogo António de Andrade Gramaxo, Ana Josefa de Andrade Gramaxo. Embora não sendo natural de Barreiros, Ana Gramaxo aí fixou residência depois de ter enviado de Joaquim Anacleto Álvares de Lima. Foi aí também que acabou por falecer no dia 17 de janeiro de 1850³. Da numerosa descendência daquele casal, e para o objetivo do presente artigo, importa destacar as irmãs Josefa de Andrade Gramaxo e Gertrudes Ludovina de Andrade Gramaxo, as quais viriam a casar também com dois irmãos da família Rebelo: Joaquim José Rebelo⁴ e Cristóvão José Rebelo de Sousa Garrido⁵, respetivamente. A ligação da família Gramaxo à família Rebelo desencadearia dois ramos distintos da família Gramaxo, com raízes em comum, mas com influências territoriais distintas. Joaquim José Rebelo e Josefa de Andrade Gramaxo deram origem ao ramo da família que permaneceu na Maia, descendendo deste casal as gerações que, ao longo do tempo, se mantiveram na posse da Quinta da Boa Vista, hoje pertencente a Maria de Fátima Pereira de Azevedo Gramaxo. Por outro lado, de Gertrudes Ludovina de Andrade Gramaxo e de Cristóvão José Rebelo de Sousa Garrido descendem os membros da família Gramaxo que se fixaram na cidade do Porto e que posteriormente se espalharam para outras áreas do país. É deste casal, que se estabelece ainda na primeira metade do século XIX na cidade do Porto, que descende José de Andrade Gramaxo (ver árvore genealógica em anexo).

¹ A.D.P. (1692-1712), Registos de Baptismos - Paróquia de S. Nicolau, fl. 92.

² A.D.P. (1795-1817), Registos de Óbitos - Paróquia de Maia, fl. 171v-172.

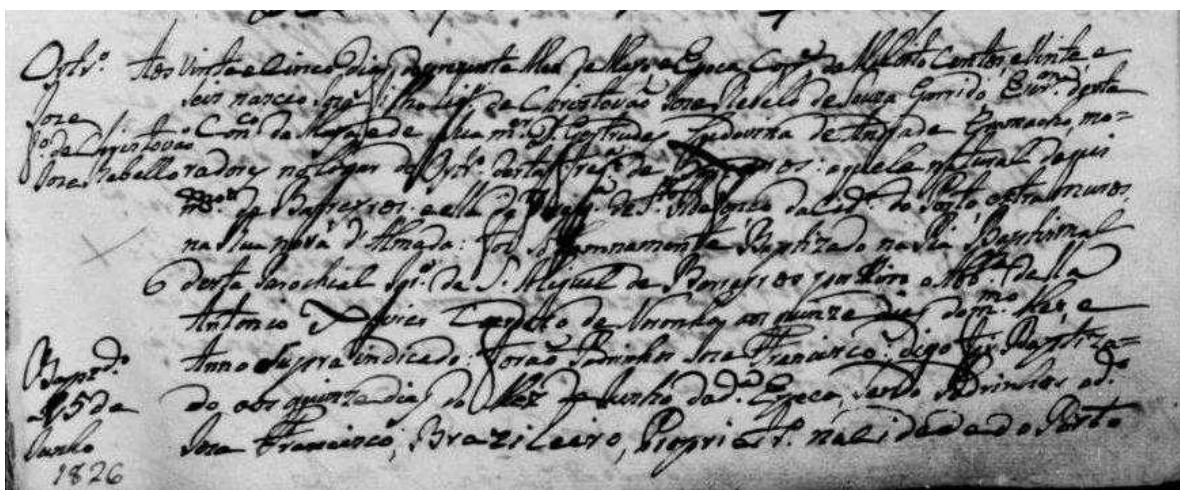
³ A.D.P. (1845-1859), Registos de Óbitos - Paróquia de Maia, fl. 14v.

⁴ Joaquim José Rebelo foi um reconhecido boticário, devendo-se a ele a fundação da primeira farmácia do concelho da Maia, no lugar do Picoto (lugar que corresponde ao atual centro da Maia). A este respeito diz-nos Álvaro Aurélio do Céu Oliveira (1981, p. 74-75): “Assim, poderei adiantar, sem receio de desmentido, que a primeira farmácia a ser instalada no concelho da Maia foi a do Gramaxo, perdendo-se na neblina do tempo a data da sua abertura. Maurey, um colaborador de «O Povo da Maia», afirmou no mesmo periódico, há mais de cinquenta anos, que por volta de 1880, «saídos do Castelo, o lugar mais importante que se encontrava era o Picoto, notável pela Farmácia do Gramaxo e pela mercearia do Vicente». E acrescentava: «A Farmácia era a esse tempo a única do concelho, e foi-o durante muitos anos, até que o médico Tavares Coutinho montou outra no Castelo»”.

⁵ A título de curiosidade, Cristóvão José Rebelo de Sousa Garrido nasceu na aldeia de Brandinhães, da freguesia de S. Miguel de Barreiros, a 28 de junho de 1786. Foram seus padrinhos Cristóvão José Nogueira, do lugar do Araújo, freguesia de Leça do Balio e Ana de Andrade Gramaxo, filha do sargento-mor Diogo António de Andrade Gramaxo (A.D.P. [1736-1802], Registos de Baptismos - Paróquia de Maia, fl. 186-186v). Para além de sua madrinha de batismo, Ana de Andrade Gramaxo passou a ser, desde o casamento de Cristóvão com Gertrudes Ludovina de Andrade Gramaxo, em 1813, sua sogra (A.D.P. [1799-1823], Registos de Casamentos - Paróquia de Maia, fl. 117).

As origens de um maiato que se tornaria num dos médicos mais célebres do seu tempo

Após o matrimónio, celebrado em 1813, Cristóvão José Rebelo de Sousa Garrido e Gertrudes Ludovina de Andrade Gramaxo estabeleceram-se, ainda que inicialmente, no lugar do Outeiro⁶. Foi precisamente neste lugar da antiga freguesia de S. Miguel de Barreiros onde nasceu, no dia 25 de maio de 1826⁷, aquele que viria a ser considerado um dos maiores vultos portugueses no campo da medicina: o Professor Doutor José de Andrade Gramaxo. Sendo certo que os seus antepassados haviam afirmado e consolidado a influência e estatuto social da família ao longo dos séculos, não significa, porém, que aquele ilustre maiato tenha trilhado o seu percurso pessoal e profissional com a facilidade que as suas origens familiares fariam supor. Na verdade, e conforme veremos ao longo deste artigo, foram diversas as contrariedades e vicissitudes pelas quais José de Andrade Gramaxo passou até atingir o auge da sua notoriedade.



Excerto do registo de batismo de José de Andrade Gramaxo (1826).

A.D.P. (1817-1845), Registos de Batismos - Paróquia de Maia, fl. 37.

Por enquanto, recuemos até à sua infância. Corria o ano de 1828 quando, no momento em que se agudizaram os conflitos entre liberais e absolutistas, Cristóvão José Rebelo de Sousa Garrido foi “arrancado ao conforto do seu lar” (Lemos, 1897, p. 6). O então Escrivão do concelho da Maia seria “um honrado liberal, de convicções arreigadas e intransigentes” (Lemos, 1897, p. 6), motivo que levou D. Miguel a ordenar o seu encarceramento, inicialmente no Castelo da Foz e, posteriormente, na antiga Cadeia da Relação do Porto. Os tempos difíceis pelos quais a sua família passou, a par dos valores transmitidos pelo seu pai, terão sido determinantes na construção da própria personalidade de José de Andrade Gramaxo, descrito como um exemplo de empenho e determinação, firme aos seus propósitos e alguém com uma inteligência invulgar. Evidência disso foi a rapidez e a espontaneidade com que ingressou no meio académico, quando tinha apenas 14 anos de idade. Os livros da Relação dos estudantes matriculados na Universidade de Coimbra dão-nos conta do percurso académico de José de Andrade Gramaxo naquela instituição, o qual se iniciou no ano letivo de 1840/1841 com a inscrição no primeiro ano de Matemática e Filosofia (Universidade de Coimbra, 1840), antecedendo inclusivamente a própria matrícula no curso de Medicina. Tal só viria a concretizar-se no ano letivo de 1842/1843, frequentando, em simultâneo, o curso de Filosofia (Universidade de Coimbra, 1842).

⁶ A.D.P. (1799-1823), Registos de Casamentos - Paróquia de Maia, fl. 117.

⁷ A.D.P. (1817-1845), Registos de Batismos - Paróquia de Maia, fl. 37-37v.

Em 1848, aos 22 anos de idade, José de Andrade Gramaxo havia já conseguido o Grau de Bacharel na Faculdade de Medicina pela Universidade de Coimbra. Após ter frequentado as Lições de Prática Médica e Cirúrgica e ter concluído a sua Formatura, foi aprovado por unanimidade, conforme documenta o diploma que lhe foi passado no dia 03 de julho de 1848 por Luís Manuel Soares, então Vice-Reitor da Universidade de Coimbra.

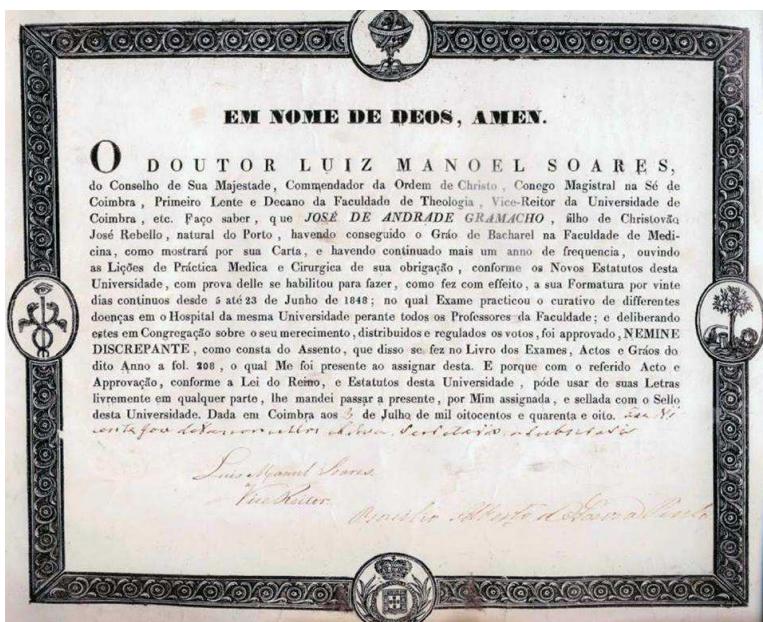
Ainda naquele ano de 1848, José de Andrade Gramaxo viria a estabelecer-se no Porto. A sua família, outrora vivendo ao ritmo da ruralidade do concelho da Maia, encontrava-se agora estabelecida na cidade do Porto, mais precisamente no Campo de Santo Ovídio (atual Praça da República) desde, pelo menos, 1833. A deslocação para a “Capital do Norte”, que acabou por originar o ramo familiar dos “Gramaxos do Porto”, terá sido motivada pelos privilégios que foram concedidos a Cristóvão José Rebelo na sequência do triunfo dos liberais aquando do Cerco do Porto. Na «Chonica Constitucional de Lisboa», de 03 de outubro de 1833, podemos ler o seguinte:

Atendendo ao merecimento e mais partes, que concorrem na pessoa de Cristóvão José Rebelo de Sousa Guerrido, à longa prisão que sofreu pela sustentação dos Direitos de Sua Legítima Soberana a Senhora D. Maria II, e ao zelo e inteligência com que tem servido temporariamente o Ofício de Escrivão do Acréscimo da Siza da Mesa Grande na Alfândega da Cidade do Porto: Hei por bem, em Nome da Rainha, Fazer-lhe Mercê da Serventia Vitalícia do referido Ofício (...)⁸.

De facto, e tal como consta na Carta de Mercê de D. Maria II, Cristóvão José Rebelo viria a ser empossado, em 1835, com o cargo vitalício de Escrivão da Mesa do Despacho da Alfândega do Porto⁹.

A vida pessoal e profissional de José de Andrade Gramaxo na cidade do Porto

Volvidos dois anos após o seu regresso ao Porto, precisamente em 1850, José de Andrade Gramaxo encontrava-se a residir na Rua dos Ingleses (atual Rua do Infante D. Henrique)¹⁰, onde exercia a sua profissão de médico¹¹. É também nesse ano que celebra matrimónio com Maria José de



Diploma de José de Andrade Gramaxo (1848).

Documento cedido por Fernando Gramaxo.

⁸ Gazeta de Lisboa (1833). *Chronica Constitucional de Lisboa*. Número 60. Lisboa: Imprensa Nacional.

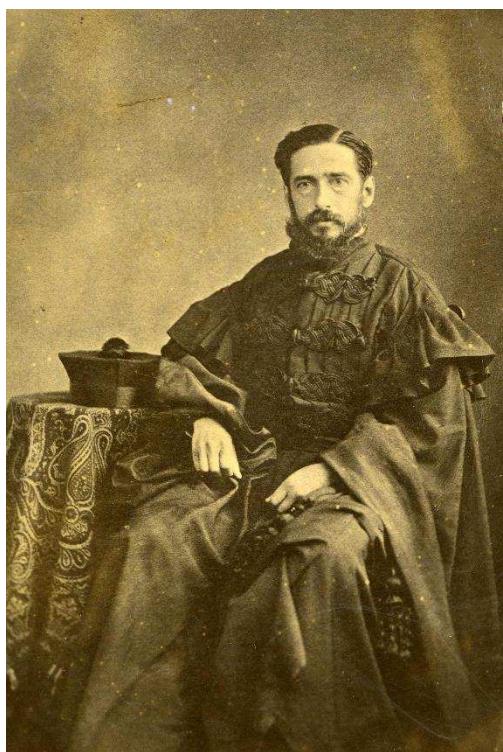
⁹ A.N.T.T. (1836), Registo Geral de Mercês do reinado de D. Maria II, Livro 6, fl. 58-58v.

¹⁰ O edifício onde José de Andrade Gramaxo habitou, na Rua dos Ingleses, havia sido adquirido em 1840 por Cristóvão José Rebelo, seu pai (A.H.M.P. [1840], Processo de sentença cível de arrematação de bens de raiz extraída dos autos de execução de formais de partilha. Cota: A-PRI/15AC2[31]).

¹¹ Almanak da Cidade do Porto e Villa Nova de Gaya para o anno de 1853. Porto: Typographia de Faria Guimarães.

Almeida e Vasconcelos, oriunda de S. Pedro do Sul, mas àquela data moradora na Rua Bela da Princesa (atual Rua de Santa Catarina)¹².

Segundo Maximiano Lemos (1897), o regresso do Dr. Gramaxo à cidade do Porto ficou marcado pelas sérias dificuldades com que se deparou para se estabelecer profissionalmente, ainda que não lhe faltassem meios de subsistência legados pelo seu pai, falecido havia pouco tempo. Corria o ano de 1852 quando o Dr. José de Andrade Gramaxo decidiu concorrer ao lugar de demonstrador da secção médica da Escola Médico Cirúrgica do Porto. Ao seu lado concorria também o Dr. António Ferreira de Macedo Pinto, “carregado de serviços e experiência” (Lemos, 1925, p. 145). Findas as provas realizadas no âmbito do dito concurso, e apesar das evidentes disparidades entre ambos os médicos no que diz respeito à experiência profissional, o júri acabou por classificar igualmente os dois candidatos (Lemos, 1925). Tal circunstância conduziu o Conselho da Escola Médico-Cirúrgica do Porto a proceder a uma votação de desempate, que deu grande maioria ao Dr. José de Andrade Gramaxo. Porém, e conforme releva o Anuário da Faculdade de Medicina do Porto (1928, p. 2), o Governo “não se conformou com esta resolução e preferiu ao médico novo e quase desconhecido quem já se apresentava com uma longa lista de títulos a recomendá-lo”. Embora vencido, numa primeira candidatura, pelo histórico de um profissional com mais anos de experiência, o Dr. Gramaxo não se retraiu de tentar concorrer, numa segunda ocasião, ao mesmo lugar. Tal viria a acontecer já em 1855, ano em que foi plenamente aprovado, tomando posse do cargo de demonstrador da secção médica da Escola Médico Cirúrgica do Porto no dia 18 de maio (Lemos, 1925), após Carta de Mercê que havia sido atribuída por D. Fernando II, em nome do Rei D. Pedro V, “atendendo ao comportamento moral, civil e religioso de José de Andrade Gramaxo, e às provas de aptidão para o Magistério por ele dadas no exame público a que se procedeu”¹³.



José de Andrade Gramaxo (s.d.)

Fotografia cedida por Fernando Gramaxo.

A nomeação para aquele cargo coincidira com o período em que rebentara na cidade do Porto a terrível epidemia de *cholera morbus* que, no passado, já havia ceifado a vida a milhares de pessoas. Os hospitais da cidade revelavam-se incapazes de dar uma resposta adequada e de comportar o crescente número de doentes, o que motivou, inclusivamente, o estabelecimento de um hospital provisório para coléricos no lugar das Águas Férreas e um hospital de convalescentes na Quinta Amarela, no Carvalhido, conforme consta num contrato de arrendamento estabelecido entre a Câmara Municipal do Porto e os seus proprietários¹⁴. Maximiano Lemos (1925, p. 146) recorda que “em tão apertada conjuntura não faltaram na classe médica exemplos notáveis de abnegação e sacrifício”. José de Andrade Gramaxo foi um desses exemplos, figurando na lista dos facultativos que mais se distinguiram pelos serviços prestados durante a epidemia de *cholera morbus* que grassou no Distrito do Porto em 1855, tal como consta no Relatório do Conselho de Saúde Pública do Reino (1858).

¹² A.D.P. (1842-1859), Registros de Casamentos - Paróquia do Bonfim, fl. 96v.

¹³ A.N.T.T. (1855), Registo Geral de Mercês de D. Pedro V, Livro 23, fl. 159v-160v.

¹⁴ A.H.M.P. (1855), Livro 85 de Próprias, fl. 422-422v.

Em boa verdade, os acontecimentos que remontam a 1855 permitiram ao Dr. Gramaxo granjejar a notoriedade e o reconhecimento que se iriam revelar fulcrais na progressão da sua carreira. No dia 17 de junho de 1857, José de Andrade Gramaxo viria a ser promovido a lente substituto das cadeiras de Medicina da Escola Médico Cirúrgica do Porto¹⁵, cargo que acumulou com o de Vereador da Câmara Municipal do Porto no biénio 1858/1859 após a vitória do partido progressista, do qual fazia parte¹⁶. Em 1862 foi promovido a lente proprietário da Escola Médico Cirúrgica do Porto¹⁷, ascendendo à cadeira de Fisiologia e Higiene, e, em 1867, transitou para a cadeira de Patologia Interna, onde inclusivamente se jubilou em 1876 (Lemos, 1925).

O notável currículo profissional que José de Andrade Gramaxo foi somando após o seu regresso ao Porto colocou-o, naturalmente, numa posição social de destaque que, de certa forma, é também espelhada pela sua mobilidade geográfica na cidade do Porto. Vimos, anteriormente, que a artéria portuense que acolheu o Dr. Gramaxo aquando do seu regresso à “Invicta” foi a Rua dos Ingleses, num edifício que havia pertencido ao seu pai, junto à Feitoria Inglesa, ao bulício da atividade mercantil do Porto ribeirinho e das grandes casas comerciais estrangeiras de exportação de vinho do Porto. Aí viveu e exerceu também a sua profissão, como consta nos almanaques portuenses da época. Entretanto, e já na década de 60 do século XIX, os mesmos almanaques e o registo de batismo¹⁸ de um dos filhos de José de Andrade Gramaxo revelam que a sua família se encontrava estabelecida na Rua de D. Pedro, que desapareceu no seguimento das obras para a construção da Avenida dos Aliados, já no início do século XX. Na altura em que era morador na referida rua e no mesmo ano em que passou a lecionar a cadeira de Patologia Interna na Escola Médico Cirúrgica do Porto, ou seja, em 1867, o Dr. Gramaxo apresentou um pedido de licença de obra à Câmara Municipal do Porto onde informava que “possui na Rua de Santa Catarina terreno em que pretende mandar edificar (...) uma casa”¹⁹, curiosamente na mesma artéria onde residia, antes do matrimónio, a sua esposa Maria José de Almeida e Vasconcelos. No extremo norte da Rua de Santa Catarina, próximo já da Praça do Marquês de Pombal, erguer-se-ia um imponente e erudito palacete ao gosto neoclássico, integrado numa vasta propriedade densamente ajardinada e arborizada tal como comprova a planta de Telles Ferreira de 1892²⁰. Entre 1869 e 1892, o Dr. Gramaxo viria a investir, paulatinamente, no melhoramento da sua propriedade através de várias intervenções, como facilmente se comprova na consulta das Plantas de Casa e Licenças de Obras do Arquivo Histórico Municipal do Porto. O cruzamento de várias fontes primárias permite-nos conjecturar que o palacete da Rua de Santa Catarina, embora digno de tal, nunca tenha funcionado como residência habitual da família do Dr. Gramaxo. O facto de o edifício ter permanecido, aparentemente, devoluto, aliado às várias obras de que foi sendo alvo no período anteriormente mencionado, deu aso à imaginação daqueles que foram contemporâneos do médico e à criação de uma lenda em torno da sua figura. Sobre isso, vale a pena ler o extrato da seguinte notícia:

Em volta do nome do Dr. Andrade Gramaxo criara-se uma lenda que as pessoas da geração atual já não conhecem certamente, mas que há trinta anos atrás gozou foros de autêntica. Mandara o ilustre Médico construir

¹⁵ A.N.T.T. (1857), Registo Geral de Mercês do reinado de D. Pedro V, Livro 10, fl. 160v-161v.

¹⁶ Correio Mercantil, 7 de abril de 1858.

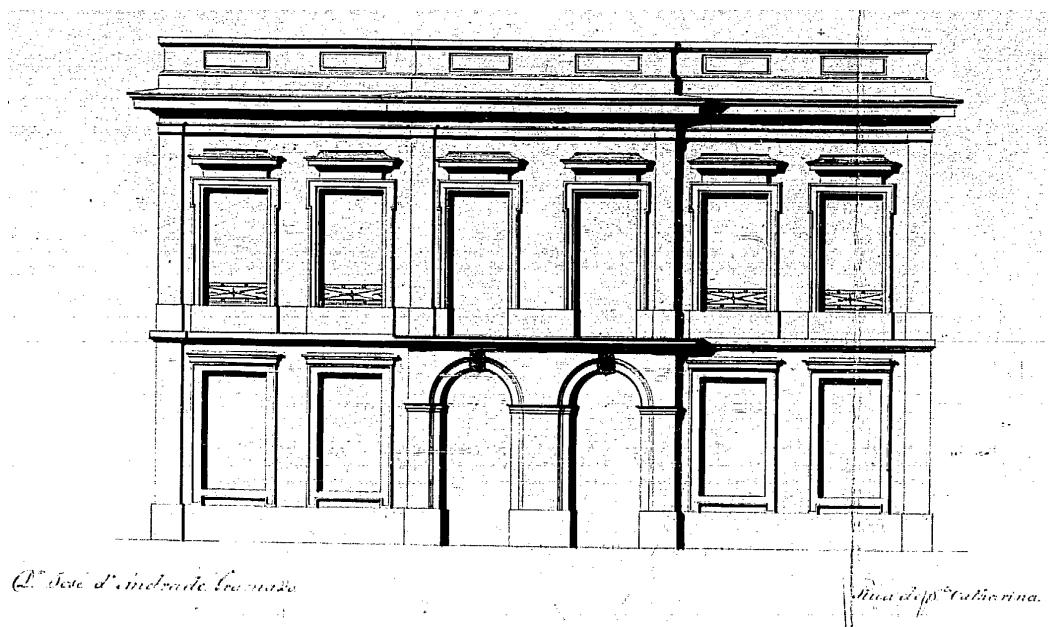
¹⁷ A.N.T.T. (1862), Registo Geral de Mercês do reinado de D. Luís I, Livro 1, fl. 224.

¹⁸ A.D.P. (1860), Registros de Baptismos - Paróquia de Santo Ildefonso, fl. 83.

¹⁹ A.H.M.P. (1867), Licença de obra n.º 78/1867, fl. 62-64. Cota: D-CMP/7(36).

²⁰ A.H.M.P. (1892), Planta da cidade do Porto, à escala 1:500, levantada por Augusto Gerardo Telles Ferreira, quadrícula 293 e 294.

no alto da rua de Santa Catarina, vai para 50 anos, o belo prédio rodeado de vasto jardim que hoje pertence à família Sousa Soares. A construção fez-se com relativa rapidez; rebocos e pintura foram concluídos; mas o prédio conservava-se fechado, só se abrindo de longe a longe para realizar quaisquer obras de reparação. De sorte que começou correndo, e teve voga, a lenda de que o Dr. Gramaxo tinha sido condenado à morte pela Maçonaria; mas que obtendo a concessão de o deixarem concluir o prédio, demorava o mais possível essa conclusão, com obras periódicas, para ir prolongando a sua vida!... Há cerca de quinze anos, se não estamos em erro, o palacete foi vendido ao finado Visconde de Souza Soares, e o Dr. Gramaxo continuou gozando de boa saúde, morrendo agora, com 95 anos, porque a vida de todo se lhe apagou serenamente.²¹



Alçado da fachada principal da casa mandada erguer pelo Dr. Gramaxo, na Rua de Santa Catarina, em 1867

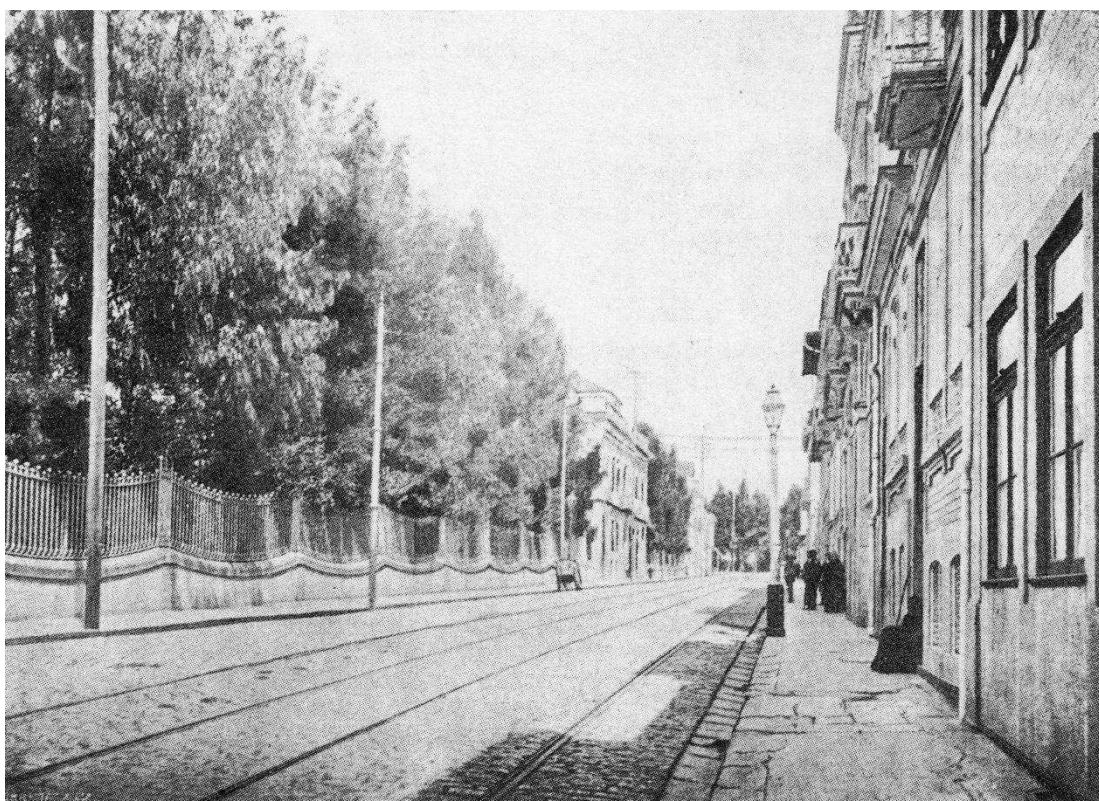
A.H.M.P. (1867), Licença de obra n.º 78/1867, fl. 62-64. Cota: D-CMP/7(36).

De facto, a lenda, que outrora se julgava autêntica, caiu por terra a partir do momento em que José de Andrade Gramaxo vendeu a sua propriedade, em 1901, a José Álvares de Souza-Soares (1846-1911), mais tarde condecorado com o título de 1.º Visconde de Souza-Soares²². Embora proprietário de um palacete digno da sua posição social, o Dr. Gramaxo e a sua família tinham como residência permanente um edifício situado na Rua dos Mártires da Liberdade. O movimento excêntrico da família Gramaxo responde a um processo muito comum em meados de Oitocentos no Porto. A burguesia portuense vai paulatinamente abandonando o centro mais antigo da cidade, nomeadamente os espaços junto ao Douro, em detrimento da parte alta da cidade, onde, desde 1816, se encontrava a Câmara Municipal do Porto. A elite abastada e intelectual procurava o recato e a privacidade da área de expansão da cidade, onde os lotes eram mais profundos, permitindo a criação de jardins românticos, e as casas de melhor qualidade, tanto nos materiais utilizados como na fachada, construída ao gosto da época. O Bairro de Cedofeita era um desses destinos residenciais preferidos

²¹ O Primeiro de Janeiro, 03 de março de 1921.

²² José Álvares de Souza-Soares (1846-1911) era natural de Vairão (Vila do Conde) e filho de um médico e de uma farmacêutica. Partiu para o Brasil com 16 anos, tendo-se interessado no estudo e investigação da área da homeopatia, descobrindo, em poucos anos, diversos produtos farmacêuticos. Souza-Soares foi uma personalidade arrojada, dinâmica e profundamente humanista, chegando inclusivamente a libertar os seus escravos, numa cerimónia pública, garantindo-lhes o seu futuro. Regressado a Portugal, adquire o palacete da Rua de Santa Catarina ao Dr. Gramaxo, onde fixa residência e cria um laboratório. Em Vila Meã (Amarante) constrói o que é considerado o primeiro bairro social do país, para pobres, velhos e inválidos. Tudo isto lhe valeu o título de Visconde e de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, em 1904 e 1908, respectivamente.

pela burguesia. Ali se inseria a Rua dos Mártires da Liberdade, artéria de comunicação primordial na estrutura viária da cidade. Era uma estrada de entrada e saída do burgo, de origens profundas no tempo, fazendo inclusive, na sua continuidade, a ligação à cidade de Braga. Deslocada do centro buliçoso portuense à cota baixa, desde pelo menos o século XVIII que a rua atraiu famílias que procuravam escapar às áreas excessivamente povoadas da área ribeirinha e fixar-se em áreas amplas, mas, todavia, próximas ao centro de negócios e comércio da cidade, assim como funcionou como núcleo de condensação da urbanização, aglomerando pequenas casas nas suas margens numa disposição em faixa (Amorim, Alves, Silva, Barbosa e Pinto, no prelo).



Rua de Santa Catarina, observando-se à esquerda o Palacete Souza-Soares que outrora havia pertencido ao Dr. José de Andrade Gramaxo (s.d.)
Souza-Soares (1972).

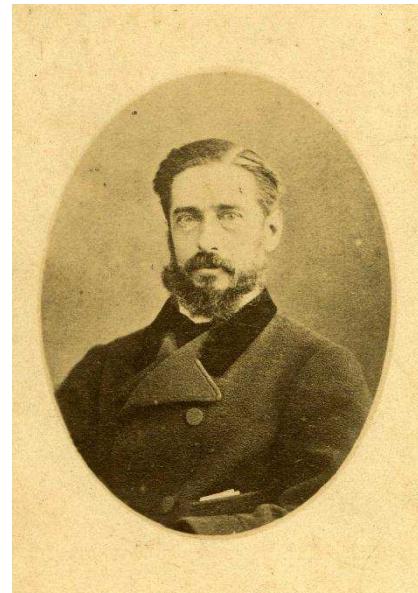
O afastamento da carreira de docente

A mestria com que José de Andrade Gramaxo exercia a sua profissão de médico era também transportada para a docência. Os “*valiosos serviços que ao ensino prestou*”, como adjetivara Maximiano Lemos (1897, p. 10), eram reconhecidos pelos discípulos que frequentavam as suas lições, as quais eram “*escutadas com respeito, recolhidas com religioso silêncio, porque nenhum dos alunos deixava de reconhecer a autoridade da palavra austera e persuasiva do grande mestre*” (Lemos, 1897, p. 10). De acordo com o mesmo autor, o objetivo do Dr. Gramaxo era claro: formar profissionais esclarecidos e cultos que dignificassem a classe médica e se abstraíssem do charlatanismo orientado para o lucro que, por vezes, era introduzido sob a forma de novidades terapêuticas sem qualquer utilidade prática. Seria, por isso, alguém extremamente exigente, pois a isso o obrigava o seu propósito.

Severo o achareis e era-o: para si e para os alunos; mas esta severidade não o levou nunca a regatear o prémio a quem o merecesse: apenas a tornar difícil a sua obtenção. Era o critério por que se regia rigoroso e apertado: mais aumentava a valia do diploma auferido por esta craveira (Lemos, 1897, p. 11).

Após a sua jubilação, em 1876, o Dr. Gramaxo viria a afastar-se da carreira de docente, numa decisão que entristeceu, deixando até perplexa, a comunidade académica que consigo privou e que, infrutiferamente, o tentou demover da sua resolução. Segundo Maximiano Lemos (1897, p. 11), não são claros os motivos que incitaram o médico a abandonar o professorado, “*mas o que deles se sabe assenta apenas no culto da severa justiça por que sempre regulou os seus atos*”. Acrescenta ainda o médico Ricardo Jorge (1924, p. 113), numa tentativa de explanar os motivos de tal resignação, que o Dr. Gramaxo “*achou que o estado era um Salomão ignaro, desprezador da sapiência que não sabia honrar nem com o orçamento avaro nem com as decisões baixadas do Terreiro do Paço*”. Face a estas circunstâncias, José de Andrade Gramaxo deu por terminada a sua carreira docente. A partir de então dedicou-se exclusivamente ao exercício da profissão de médico, no edifício que então servia não só de residência, mas também de consultório, na Rua dos Mártires da Liberdade. Terá ainda aceitado, em 1881, o cargo de Reitor do Liceu do Porto, porém, pouco tempo o exerceu (Lemos, 1925). Nesse mesmo ano encontrariamo o Dr. Gramaxo associado à Casa de Saúde do Médico Almeida, situada no número cinco da Rua do Rosário, enquanto Facultativo Conferente²³.

Foi precisamente naquele edifício que, a 01 de setembro de 1865, se inaugurou, no Porto, o Grande Hotel de Paris (primeira denominação do Hotel do Louvre), motivado pelas potencialidades que seriam geradas pela proximidade ao Palácio de Cristal, inaugurado no mesmo mês e ano. Foi este o hotel escolhido, em 1872, pelos Imperadores do Brasil, D. Pedro II e a Imperatriz Teresa Cristina Maria, para a sua estadia aquando da visita que fizeram à cidade do Porto. Durante o período em que estiveram hospedados no Louvre, os Imperadores visitaram e privaram com inúmeros ilustres da sociedade portuense da época (Alves, Barbosa e Pinto, 2016). Camilo Castelo Branco foi um desses exemplos. Os problemas de saúde, nomeadamente visuais, de que o escritor padeceu, levaram-no a recorrer, por diversas vezes, aos cuidados médicos de José de Andrade Gramaxo, que o próprio romancista descrevia como um “*médico claro*” (Martha, 1918, p. 64), de quem podia obter “*a verdade sem rodeios*” (Martha, 1918, p. 64). Além dos serviços prestados a Camilo Castelo Branco, o Dr. Gramaxo assistiu também ao seu enteado. Manuel Plácido, filho do primeiro marido de Ana Plácido, com quem o escritor foi casado, viria a falecer aos dezanove anos de idade, vitimado por febre cerebral. Anos mais tarde, e após leitura de uma obra inglesa, de autor desconhecido, que retratava precisamente um episódio idêntico ao que o escritor havia passado, Camilo Castelo Branco decidiu traduzir essa obra e dedicá-la ao seu amigo, o Dr. Gramaxo. Na obra «Scenas da Hora Final», traduzida e prefaciada em 1878 pelo romancista, Camilo esclarece que não dedica “*o livro ao médico: é ao pai que já viu morrer-lhe um filho estremecido*” (Branco, 1878, p. v). Perfaziam então dez anos



José de Andrade Gramaxo (s.d.)
Fotografia cedida por Fernando
Gramaxo.

²³ Jornal do Recife, 17 de fevereiro de 1881.

do falecimento da pequena Maria²⁴ e um ano da morte de José de Almeida Azevedo Vasconcelos Gramaxo²⁵, filhos de José de Andrade Gramaxo.

Corria o ano de 1889 quando, no seguimento da implantação da República no Brasil, D. Pedro II e a Imperatriz Teresa Cristina Maria regressam à cidade do Porto, exilando-se, desta feita, no Grande Hotel do Porto, situado na Rua de Santa Catarina. A ex-Imperatriz chegara à cidade já debilitada, sucedendo-se um agravamento do seu estado de saúde que viria a ser examinado por José de Andrade Gramaxo. Segundo nos relata uma notícia impressa no Brasil, “*O Dr. Gramaxo examinou detidamente a ex-imperatriz, e depois de larga conferência (...) disse que em vista do estado de fraqueza em que a augusta enferma se achava, devia-se recear que a primeira sícope a matasse*”²⁶. As previsões de José de Andrade Gramaxo revelar-se-iam verdadeiras. Efetivamente, nesse mesmo dia, 28 de dezembro de 1889, a Imperatriz Teresa Cristina acabou por sucumbir, vitimada por uma sícope²⁷. Nas palavras de um correspondente no Porto do Jornal «O Paiz», os ofícios fúnebres foram imponentes. Neles marcaram presença várias figuras da alta sociedade de então, numa cerimónia que se estendeu até Lisboa, onde D. Teresa Cristina Maria acabaria por ser sepultada. No Porto, o cadáver da ex-Imperatriz foi conduzido até à Igreja da Lapa. De acordo com o mesmo correspondente, uma das personalidades que conduziu o caixão da porta da igreja para a tarima foi o maiato José da Silva Figueira (1838-1892), mais conhecido como Visconde de Barreiros²⁸.

As ligações entre José da Silva Figueira e José de Andrade Gramaxo iam muito além de um encontro fortuito motivado pela morte de D. Teresa Cristina. O estudo genealógico permitiu-nos identificar uma relação de parentesco entre ambos, a qual radica no facto daqueles ilustres maiatos terem como bisavós em comum Manuel Francisco Rebelo e Bernarda Maria de Jesus Rebelo. Além de primos em segundo grau, ambos mantinham uma boa relação de amizade, de que é a prova a fotografia do Visconde de Barreiros que o próprio ofereceu a José de Andrade Gramaxo.



UNIÃO – Photographia da Casa Real – PORTO



Visconde de Barreiros (à esquerda), Louis Pasteur (ao centro) e Carlos Relvas (à direita).
Fotografias oferecidas pelos próprios ao Dr. José de Andrade Gramaxo.
Fotografias cedidas por Fernando Gramaxo.

²⁴ A.D.P. (1868), Registros de Óbitos - Paróquia de Santo Ildefonso, fl. 51.

²⁵ A.D.P. (1877), Registros de Óbitos - Paróquia de Cedofeita, fl. 28.

²⁶ Gazeta de Notícias, 18 de janeiro de 1890.

²⁷ A.D.P. (1889), Registros de Óbitos - Paróquia de Santo Ildefonso, fl. 132.

²⁸ O Paiz, 23 de janeiro de 1890.

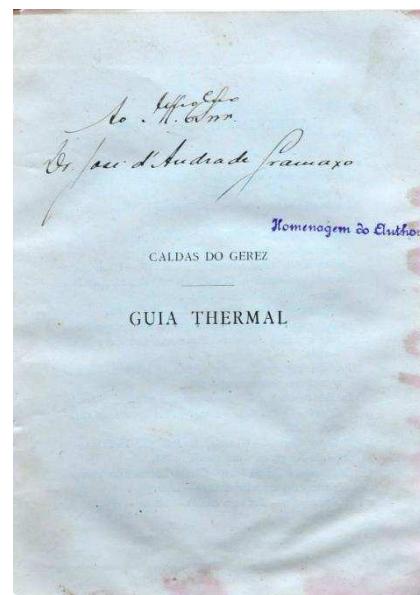
A fotografia que o Visconde de Barreiros ofereceu ao seu primo Gramaxo enquadra-se numa prática que esteve em voga, na segunda metade do século XIX: a troca de fotografias entre familiares e amigos, por vezes através de correspondência, como demonstração de saudade e admiração pessoal. No acervo documental que Fernando Gramaxo preserva do seu trisavô é possível encontrar uma fotografia do cientista francês Louis Pasteur (1822-1895)²⁹, que o próprio ofereceu a José de Andrade Gramaxo, seu amigo. Do referido espólio consta ainda uma fotografia enviada pelo fotógrafo Carlos Relvas (1838-1894)³⁰, com dedicatória: “*Ao Ilustríssimo Dr. José de Andrade Gramaxo como testemunho de elevada consideração e simpatia. Julho de 1880. Carlos Relvas*”.

Após ter abandonado a carreira de docente, o Dr. Gramaxo chegou ainda a ser Vice-Presidente da Sociedade União Médica, constituída em 1882, e Presidente honorário da Sociedade de Medicina e Cirurgia, fundada em 1897 (Faculdade de Medicina do Porto, 1928).

O renascimento das Caldas do Gerês

Nas palavras de Maximiano Lemos (1897: 14), “*as Caldas do Gerês jaziam em absoluto esquecimento desde a época em que D. João V as dotara de melhoramentos importantes*”. Muito embora várias iniciativas tenham sido tomadas visando a sua revitalização, entre as quais se destaca o trabalho do médico José Pinto Rebelo de Carvalho (1792-1870), publicado em 1848, a verdade é que nenhuma havia logrado êxito. Na obra «Caldas do Gerez: Guia Thermal», de Ricardo Jorge (1891), o autor esclarece que o território inóspito e inacessível associado às Caldas do Gerês, caracterizado pela sua feição selvagem e ainda praticamente intocado pelo Homem, assumia-se como o maior entrave ao seu desenvolvimento. Rareavam as mais básicas infraestruturas de apoio e os bons acessos, indispensáveis para uma maior atratividade da região.

Em 1875, numa altura em que José de Andrade Gramaxo estava prestes a jubilar-se na cadeira de Patologia Interna, Maximiano Lemos (1897, p. 14) conta-nos que o médico se achava “*acometido por padecimentos gastro-hepáticos*”, num estado que o médico Ricardo Jorge (1891, p. 13) define como “*um doente semi-morto*”. Foi nesta fase menos boa da sua vida que o Dr. Gramaxo decidiu procurar nas águas termais das Caldas do Gerês o remédio para os seus males. Aí o encontrou. Após algumas estações, regressará o médico portuense rejuvenescido e curado, tornando-se, a partir de então, num verdadeiro embaixador das Caldas do Gerês. Nas palavras de Ricardo Jorge (1891, p. 14), “*o consultório do sábio professor foi o foco do renascimento do Gerês*”. A reputação das Caldas do Gerês espalhou-se de boca em boca, conquistando “*a capital e o sul do*



A obra de Ricardo Jorge (1891)
oferecida pelo próprio ao Dr. Gramaxo.
Documento cedido por Fernando Gramaxo.

²⁹ Louis Pasteur (1822-1895) foi um cientista, químico e bacteriologista francês que revolucionou os métodos de combate às infecções. Das várias investigações e descobertas por si realizadas, destaca-se o estudo da fermentação do vinho e da cerveja, o processo de pasteurização do leite e a criação da vacina contra a hidrofobia ou raiva.

³⁰ Carlos Relvas (1838-1894), natural da vila da Golegã, foi um homem eclético, fruto da sua curiosidade insaciável e necessidade de inventar e descobrir. Além de fotógrafo, foi político, lavrador, criador de cavalos, cavaleiro, inventor e músico.

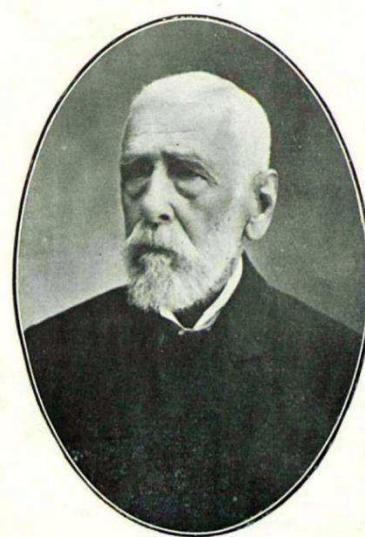
país, as colónias africanas e o Brasil” (Jorge, 1891, p. 14). O Gerês entrava assim na sua época de ouro, conquistando, de ano para ano, cada vez mais enfermos. No ponto de vista de Maximiano Lemos (1925), ao Dr. Gramaxo se deve não apenas o renascimento das Caldas do Gerês, mas também a criação da Estância Hidro-Medicinal do Gerês.

A homenagem ao Dr. José de Andrade Gramaxo

O Dr. Gramaxo, figura de respeito e clínico exemplar, serviu de modelo e inspiração à classe médica do seu tempo. Tendo como intuito consagrá-lo, a Associação Médica Lusitana, em conjunto com a Faculdade de Medicina de Lisboa e de Coimbra, teve a iniciativa de promover uma pequena e modesta cerimónia de homenagem, na altura em que o médico perfazia os seus noventa anos de idade. Esta cerimónia teve lugar na casa de José de Andrade Gramaxo, numa das suas salas de jantar³¹, local onde marcaram presença vários amigos e colegas de profissão, entre os quais o Dr. Maximiano de Lemos e o Dr. Cândido de Pinho, diretor da Faculdade de Medicina e vice-reitor da Universidade do Porto. Depois de endereçados os cumprimentos e algumas palavras de apreço, o Dr. Gramaxo agradeceu as provas de estima, consideração e carinho dadas pelos seus antigos discípulos e colegas, tendo recordado “*o seu passado de clínico e de professor, o seu zelo profissional e o seu devotamento pelos colegas, afirmando a lealdade para com todos*” (Lemos, 1925, p. 151). Foi, neste momento, que confidenciou o princípio que norteou toda a sua vida, tanto em termos pessoais como profissionais: “*Não faças aos outros o que não desejas que te façam*” (Lemos, 1925, p. 151).

“Morre o decano dos médicos portugueses”

Foi com aquele título que o jornal «O Primeiro de Janeiro» noticiou, no dia 03 de março de 1921, a morte do Dr. José de Andrade Gramaxo. Depois de ter vivido cerca de meio século na sua casa da Rua dos Mártires da Liberdade o médico decidiu, cerca de um ano antes de ter falecido, recolher-se como pensionista no Hospital da Irmandade da Lapa. Aí viveu durante algum tempo e aí suspirou pela última vez, despedindo-se da vida no dia 02 de março de 1921, por volta das 14h30, vitimado por uma síncope³². No último adeus, o diretor da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Dr. Maximiano Lemos, referiu-se ao Dr. José de Andrade Gramaxo como uma glória do professorado portuense e da medicina nacional, sublinhando ainda que “*não assistimos apenas aos funerais de um homem; parece-me que assistimos ao desaparecimento da antiga Escola Médico-Cirúrgica, e por pouco não celebramos o seu Centenário honrando uma das suas figuras mais representativas*”³³. José de Andrade Gramaxo foi sepultado no Cemitério de Agramonte, na cidade do Porto.



José de Andrade Gramaxo

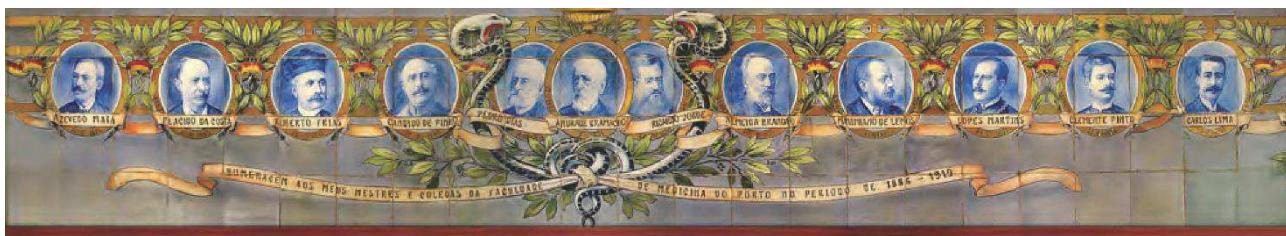
José de Andrade Gramaxo (s.d.)
Anuário da Faculdade de Medicina do
Porto, XIV volume, 1928.

³¹ Na época, José de Andrade Gramaxo residia na Rua dos Mártires da Liberdade, nº 122.

³² O Primeiro de Janeiro, 03 de março de 1921.

³³ O Comércio do Porto, 04 de março de 1921.

Na sequência de uma homenagem que o Professor Alberto de Aguiar prestou à Faculdade de Medicina, inaugurando no dia 23 de junho de 1921 um friso de azulejos intitulado “*Homenagem aos meus mestres e colegas da Faculdade de Medicina do Porto, período de 1886 a 1919*”, a memória de José de Andrade Gramaxo viria a ser novamente evocada, figurando na parte central da segunda secção do referido friso, ladeado pelos Drs. Pedro Dias e Ricardo Jorge (Faculdade de Medicina do Porto, 1928).



O Dr. José de Andrade Gramaxo na parte central do painel de azulejos da autoria de Pedro de Figueiredo.

Fotografia de Ângelo Sande – Laboratório Médico Prof. Alberto Aguiar (Gonçalves-Maia, 2015).

Referências bibliográficas

- Alves, D., Barbosa, H. (2016). *Histórias e Memórias das Quintas da Freguesia da Maia*. Maia: Fundação Gramaxo.
- Alves, D., Barbosa, H. e Pinto, J. R. (2016). Gaspar Joaquim Borges de Castro e o gaveto da rua do Rosário. In: Gonçalo de Vasconcelos e Sousa (coord.), *II Congresso O Porto Romântico*. Porto: CITAR, pp.382-396.
- Amorim, A. S. S., Alves, D. F. D., Silva, F. R. F., Barbosa, H. F. S., Pinto, J. R. (no prelo). As Casas do Porto dos Seabra de Mogofores, no século XIX. In: *IV Congresso Internacional “Casa Nobre: um Património para o Futuro”*, Arcos de Valdevez, 27 de novembro de 2014.
- Baena, V. S. (1872). *Archivo heraldico-genealogico contendo noticias historicoheraldicas*. Lisboa: Typographia Universal.
- Branco, C. C. (1878). *Scenas da Hora Final*. Porto: Livraria Portuense-Editora.
- Carvalho, J. P. R. (1848). *Noticia topographica, e physica do Gerez e das suas agoas thermais*. Porto: Typographia Commercial.
- Conselho de Saúde Pública do Reino (1858). *Relatorio da epidemia de cholera-morbus em Portugal: nos annos 1855 e 1856*. Volume 1, Lisboa: Imprensa Nacional.
- Faculdade de Medicina do Porto (1928). *Anuário da Faculdade de Medicina do Porto - anos lectivos de 1919-1920 a 1926-1927*. XIV Volume. Porto: Emp. Indust. Gráfica do Porto, Lda.
- Gonçalves-Maia, R. (2015). O Laboratório Médico Prof. Alberto de Aguiar. *Boletim da Sociedade Portuguesa de Química*, vol. 39, n.º 137, 61-67.
- Jorge, R. (1891). *Caldas do Gerez: Guia Thermal por Ricardo Jorge*. Porto: Typ. da Casa Editora Alcino Aranha & C.ª.
- Jorge, R. (1924). *Canhengo dum vagamundo – Impressões de viagem*. 2.ª edição. Lisboa: Emp. Literária Fluminense.

- Lemos, M. (1897). *O professor José d'Andrade Gramaxo: esboço biográfico, lido em sessão da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Porto de 26 de abril de 1897*. Porto: Typ. Arthur José de Sousa & Irmão.
- Lemos, M. (1925). *História do Ensino Médico no Porto*. Porto: Tip. a vapor da Enciclopédia Portuguesa.
- Maia, M. J. C. (1986). *Achegas de Monografia da Vila da Maia*. Maia: Câmara Municipal da Maia.
- Martha, M. C. (1918). *Cartas de Camilo Castelo Branco*. Lisboa: H. Antunes, Editor.
- Oliveira, A. A. C. O. (1981). *Temas Maiatos: Terreiro de Antiguidades*. Maia: Câmara Municipal da Maia.
- Universidade de Coimbra (1840). *Relação e índice alfabético dos estudantes matriculados na Universidade de Coimbra no anno lectivo de 1840 para 1841 suas naturalidades, filiações e moradas*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Universidade de Coimbra (1842). *Relação e índice alfabético dos estudantes matriculados na Universidade de Coimbra no anno lectivo de 1842 para 1843 suas naturalidades, filiações e moradas*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Fontes manuscritas

- A.D.P. (1633-1673). Registros de Casamentos - Paróquia de Leça da Palmeira, fl. 141.
- A.D.P. (1692-1712). Registros de Baptismos - Paróquia de S. Nicolau, fl. 92.
- A.D.P. (1736-1802). Registros de Baptismos - Paróquia de Maia, fl. 186-186v.
- A.D.P. (1741). 2º Tombo da Baliagem de Leça, fl. 233.
- A.D.P. (1795-1817). Registros de Óbitos - Paróquia de Maia, fl. 171v-172.
- A.D.P. (1799-1823). Registros de Casamentos - Paróquia de Maia, fl. 117.
- A.D.P. (1817-1845). Registros de Batismos - Paróquia de Maia, fl. 37-37v.
- A.D.P. (1842-1859). Registros de Casamentos - Paróquia do Bonfim, fl. 96v.
- A.D.P. (1845-1859). Registros de Óbitos - Paróquia de Maia, fl. 14v.
- A.D.P. (1860). Registros de Baptismos - Paróquia de Santo Ildefonso, fl. 83.
- A.D.P. (1868). Registros de Óbitos - Paróquia de Santo Ildefonso, fl. 51.
- A.D.P. (1877). Registros de Óbitos - Paróquia de Cedofeita, fl. 28.
- A.D.P. (1889). Registros de Óbitos - Paróquia de Santo Ildefonso, fl. 132.
- A.H.M.P. (1840). Processo de sentença cível de arrematação de bens de raiz extraída dos autos de execução de formais de partilha. Cota: A-PRI/15AC2(31).
- A.H.M.P. (1855). Livro 85 de Próprias, fl. 422-422v.
- A.H.M.P. (1867). Licença de obra n.º 78/1867, fl. 62-64. Cota: D-CMP/7(36).
- A.H.M.P. (1892). Planta da cidade do Porto, à escala 1:500, levantada por Augusto Gerardo Teles Ferreira, quadrícula 293 e 294.
- A.N.T.T. (1509-). Livro do Armeiro-Mor, fl. 130.
- A.N.T.T. (1836). Registo Geral de Mercês do reinado de D. Maria II, Livro 6, fl. 58-58v.
- A.N.T.T. (1855). Registo Geral de Mercês de D. Pedro V, Livro 23, fl. 159v-160v.

A.N.T.T. (1857). Registo Geral de Mercês do reinado de D. Pedro V, Livro 10, fl. 160v.

A.N.T.T. (1862). Registo Geral de Mercês do reinado de D. Luís I, Livro 1, fl. 224.

Periódicos

Almanak da Cidade do Porto e Villa Nova de Gaya para o anno de 1853. Porto: Typographia de Faria Guimarães.

Correio Mercantil, 7 de abril de 1858.

Gazeta de Lisboa (1833). *Chronica Constitucional de Lisboa*. Número 60. Lisboa: Imprensa Nacional.

Gazeta de Notícias, 18 de janeiro de 1890.

Jornal do Recife, 17 de fevereiro de 1881.

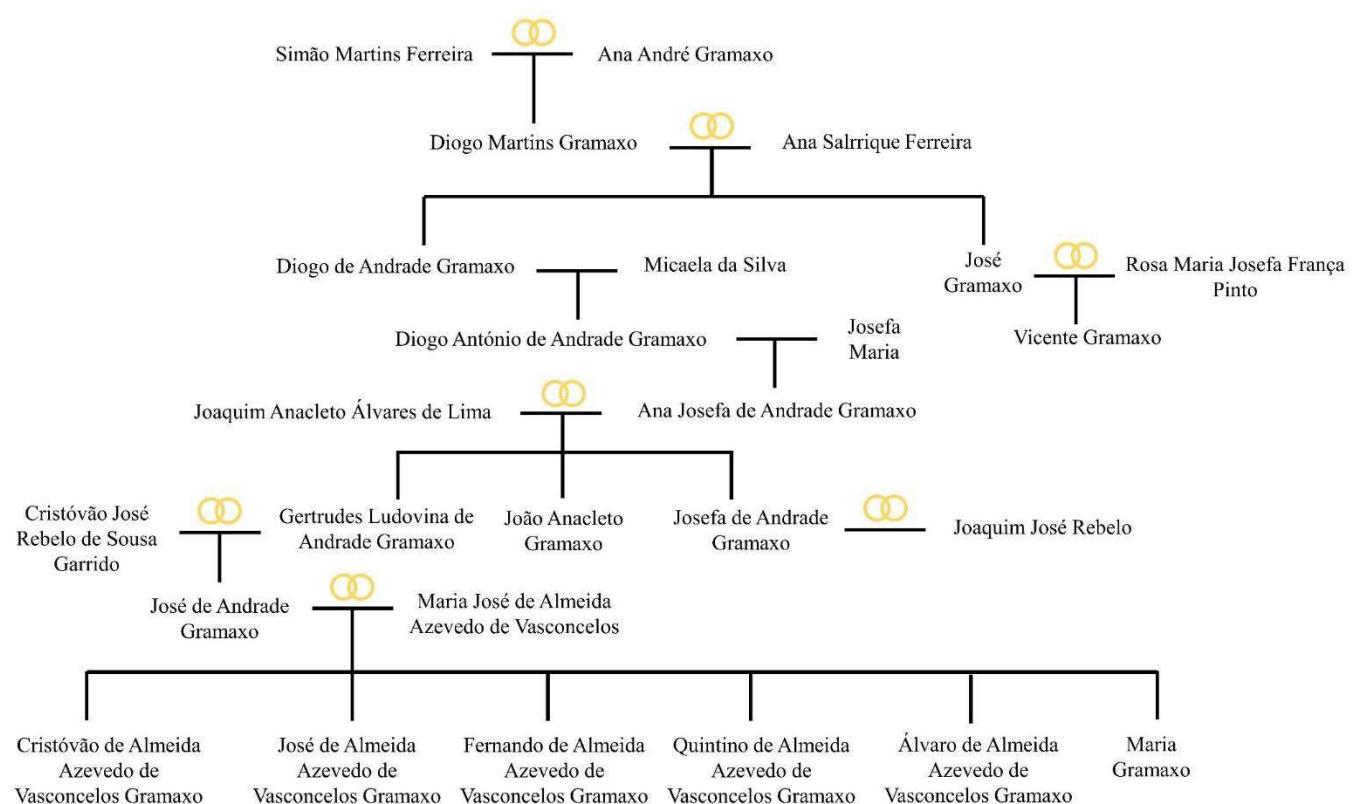
Monteiro, A. A. M. (1884). Romaria. *Revista da Maia*, n.º 11, pp. 1-2.

O Comércio do Porto, 04 de março de 1921.

O Primeiro de Janeiro, 03 de março de 1921.

Souza-Soares, J. D. B. (1972). José Álvares de Sousa-Soares (Visconde de Sousa Soares) - A sua Vida e a sua Obra. *O Tripeiro, Série VI, Ano 12, n.º 7*, pág. 211.

Anexo – Ascendentes e descendentes de José de Andrade Gramaxo



A Maia, António Ferro e a Política do Espírito¹.

José Augusto Maia Marques*

Resumo: Neste trabalho evoca-se a figura de António Ferro, fundamental para perceber o andamento cultural do País nos anos 40 e inícios dos 50, recorda-se quais os fundamentos daquilo a que se chamou “Política do Espírito”, e mostra-se ao público em geral que algumas dessas ideias tiveram reflexos na Maia.

Palavras-chave: António Ferro, Política do Espírito, Bom Gosto, Maia

Ferro e o SPN

No «editorial» do número inaugural da Revista Panorama escreve-se: «Não faltam, hoje, entre nós, publicações onde se exalte e arquivem os feitos e os documentos do nosso passado glorioso. [...]. Julgamos, no entanto, indispensável a existência doutras, destinadas a projectar no futuro o significado da nossa presença. É essa a finalidade da Panorama: ser um lugar onde possa evocar-se o que há de mais vivo e característico no País, e lhe imprime, por isso, fisionomia própria, expressão diferenciada».

O «editorial» não está assinado, mas conteúdo e forma parecem não deixar dúvidas - saiu da pena de António Ferro.

Mas quem é este António Ferro, eminência parda da política cultural do Estado Novo durante mais de 15 anos?

Nasceu em Lisboa a 17 de agosto de 1895 numa família pequeno-burguesa. O pai, o comerciante alentejano António Joaquim Ferro, e a mãe, a doméstica algarvia Maria Helena Tavares Afonso, tiveram mais dois filhos – Umbelina e Pedro.

Em 1912, com 17 anos, publica (em colaboração com Augusto Cunha, futuro cunhado) *Missal de Trovas*, livro de quadras ao gosto popular.

Ingressa na Faculdade de Direito, mas desiste do curso para se dedicar ao jornalismo e às artes, sendo um adepto do modernismo. Com apenas 19 anos foi editor da revista *Orpheu*, fundada por Fernando Pessoa, Mário de Sá-Carneiro (seu amigo, e de quem partiu a escolha), Almada Negreiros, Luís de Montalvor, etc.; esta revista constitui o marco inicial do modernismo em Portugal e dela são publicados apenas dois números.

Foi jornalista nos diários *O Jornal* (1915), *O Século* e *Diário de Notícias*. Como jornalista extravasa as fronteiras nacionais e entrevista figuras de gabarito internacional como D'Annunzio, Pio XI, Garibaldi, Mussolini, Ataturk, Clémenceau, Maurras, Afonso XIII, Primo de Rivera, Poincaré, Unamuno, Ortega y Gasset, Valle-Inclán, etc.

Dirigiu a revista *Ilustração Portugueza* e fundou a *Panorama*. Foi também director da *Atlântico: Revista Luso-Brasileira*. Em 1920 publica *Teoria da Indiferença e Árvore de Natal*, e em 1921 o manifesto modernista *Nós*.

* Técnico Superior da Câmara Municipal da Maia. Investigador do CEDTUR/ISMAI

¹ Este artigo pretende apenas evocar alguns reflexos que a Política do Espírito de António Ferro teve na Maia e não fazer um estudo exaustivo do tema em geral ou de cada um dos exemplos em particular.

De entre as suas obras, destaque para *A Idade do Jazz-Band* (1923/24), compilação de uma série de conferências sobre modernismo dadas no Brasil, para cujo paradigma Ferro encontrou no jazz, que então surgia na Europa e no Mundo, o ícone de uma nova sociedade, e também para *Salazar, o Homem e a sua Obra* (1933), em que reúne cinco entrevistas ao Chefe do Governo.

A contribuição de Ferro para o ideário cultural do regime dá-se com maior expressão a partir da criação do Secretariado da Propaganda Nacional, em setembro de 1933. O SPN foi um dos primeiros organismos do Estado Novo, a estar na dependência direta do Presidente do Conselho. Salazar escolheu António Ferro para o dirigir, e este manteve-se no cargo até 1949.

A finalidade principal do SPN era criar a imagem do regime, quer no interior quer no exterior do país, contribuindo assim para a sua legitimação.

Mas não se pense que residia apenas no SPN a política cultural do Estado Novo. Nada disso.

Como bem lembra Carlos Fontes²,

«A política cultural do Estado Novo nos anos trinta e quarenta, estava longe de reduzir-se ao SPN/SNI. Era partilhada e prosseguida por diversos organismos do Estado, sob a orientação de Salazar, o seu verdadeiro mentor. Em todas as áreas contava com a colaboração de muitos dos melhores criadores e intelectuais do tempo».

E de facto assim era. O Ministério da Educação Nacional, quer com Carneiro Pacheco (1936-

1940) quer com Mário de Figueiredo (1940-1944), teve uma evidente função doutrinária. O Ministério do Interior, tinha a seu cargo a censura não apenas à imprensa, mas também aos espetáculos. Também lhe cabia o licenciamento dos espetáculos e dos recintos bem como o registo dos artistas e das empresas. Mesmo quando a censura passou para o SPN, continuou a ter uma missão de policiamento. A FNAT- Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, ocupava-se dos tempos livres dos trabalhadores e da sua doutrinação cultural. O Comissariado Nacional do Emprego, chefiado de início por Duarte Pacheco, teve alguma importância na promoção cultural, com o financiamento da contratação de desempregados.

O que não há dúvida é que em termos de ideário, o epicentro estava no Secretariado da Propaganda Nacional de António Ferro. Aí residia a «Política do Espírito».

Mas apesar desta importância, e da influência do titular do cargo, Salazar apenas lhe atribuiu a categoria de chefe de repartição. Foi preciso esperar pela década seguinte, e pela reorganização do SPN em Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, em 1944, para que o cargo de António Ferro passasse a ser equiparado à categoria de diretor-geral.

Salazar e Ferro formaram uma dupla que se complementava. Um, idealista, adepto das artes, incluindo das que em Portugal ainda quase despontavam, como o cinema, o outro mais terra-a-terra,



Fig. 1 –Ferro (à direita) aplaudindo um discurso de Salazar; entre ambos Duarte Pacheco

² Veja-se <http://acultura.no.sapo.pt/page8Matriz.html>, consultado em 18/10/2009.



Fig. 2 –Ferro despedindo-se de Salazar após uma entrevista

Portugal fora precursor de Rossini e o próprio Picasso deixara-se influenciar por alguns momentos da obra de Columbano”⁴.

E, mais adiante, o mesmo autor materializa os objetivos principais desta «cruzada»: “Era este o segundo movimento: depois de ter aberto os mundos do exterior ao mundo europeu, era novamente a Portugal que cabia mostrar o caminho, mas agora em direção ao interior: a autarquia ruralista, o ensimesmamento religioso, não eram formas ideológicas concorrentes da grande celebração historicista dos Descobrimentos; ambas as dimensões funcionavam de forma complementar. O regresso à terra e a Deus eram os descobrimentos do século XX”⁵.

Ferro e o Espírito

É este o espírito que encontramos nas principais atividades levadas a cabo ou patrocinadas pelo Secretariado da Propaganda Nacional – mudar, mas levar aos outros notícia dessas mudanças – para que se cumprisse o desígnio do Estado Novo de restaurar a "alma da pátria portuguesa" que os governos democrático-liberais do fim da monarquia e da primeira república tentaram denodadamente destruir.

E esta foi a primeira vitória de Ferro sobre o imobilismo. E foi, como afirmou ainda Luís Trindade, a vitória de uma Ação política.

É que ao contrário do que até aí acontecia, o poder político da cultura já não estava só na escrita. Novos meios, e novas artes, tinham sido concitadas a afirmá-lo. Aquele poder “assentava agora nas formas que a política do espírito mais intensamente explorará: o cinema, o cartaz, a rádio

preocupando-se com as coisas básicas antes das espirituais, e com a recuperação do que havia, antes da criação.

Ficaram célebres as entrevistas que Ferro fez a Salazar, depois reunidas em volume autónomo³, indispensável para compreendermos não só o pensamento do Presidente do Conselho, como a sua ação e o rumo do País. Pensamento e espírito não devem parar. Mas a questão era traçar o caminho por onde pensamento e espírito deviam fluir. E mostrar, a nacionais e estrangeiros, como ambos fluíam no Portugal que se queria diferente depois do 28 de maio de 1926.

Como refere Luís Trindade, “O país tinha de ter uma expressão artística do seu protagonismo e Afonso Lopes Vieira encarregou-se com zelo do reconhecimento da centralidade da arte e dos artistas portugueses [...] Desta perspetiva, Nuno Gonçalves e os primitivos portugueses tinham antecedido a marca espanhola de Velásquez, Gil Vicente antecipara Molière, Marcos

³ FERRO, António – *Salazar*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1933, pp. 86-90

⁴ TRINDADE, Luís – *O Estranho caso do Nacionalismo Português*. Lisboa: ICS, 2008, pp. 262-263.

⁵ Idem, ibidem, p. 264.

e as exposições”⁶.

A “Política do Espírito” de António Ferro, foi, mais que um movimento, uma filosofia cultural – uma maneira de entender e de pensar a cultura. Em 1934, na primeira festa de distribuição dos Prémios Literários do SPN, define a sua «política do espírito» como não só a defesa material da inteligência, da literatura e da arte e o apoio aos artistas e aos pensadores, mas também uma política que se oponha fundamental e estruturalmente à política da matéria, proclamando a independência do espírito.

E no contexto da I Exposição de Arte Moderna, que organiza em 1935, anuncia, na Sociedade Nacional de Belas Artes, a sua intenção de apoiar sobretudo os artistas de vanguarda. Responde-lhe Almada Negreiros em nome dos premiados, afirmando: Mais do que com júbilo, é com grande respeito que vejo pela primeira vez na minha terra os poderes públicos ao lado da arte mais nova de Portugal.

Jorge Ramos do Ó desenvolveu um profundo estudo⁷, sobre este tema, em que demonstra que António Ferro concebeu uma macroestrutura que lhe permitiu desenvolver a sua estratégia cultural entre 1932 e 1949, período em que ocupou o lugar de Secretário da Propaganda Nacional. Este trabalho mostra igualmente a face visível da política de Ferro: no apoio a escritores, associações culturais, na promoção de Bolsas de Estudo, no desenvolvimento de obras e de projetos, etc...

A Revista Panorama, fundada em 1941, com direção literária do poeta Carlos Queiroz e artística do pintor Bernardo Marques, foi um dos órgãos privilegiados de difusão destas ideias e destas atividades, sobretudo no grande mundo do turismo. Outro, muito mais generalista, foi a Emissora Nacional de que Ferro também foi diretor. Outro ainda, de grande impacto para quem as podia visitar, eram as exposições, de que Ferro foi organizador e comissário.

No número 1 da Panorama, no editorial a que já aludimos, escreve-se: “É essa a finalidade de Panorama: ser um lugar onde possa evocar-se o que há de mais vivo e característico no País, e lhe imprime, por isso, fisionomia própria, expressão diferenciada. Daí o interesse que nos merecem, a par do pitoresco da nossa paisagem (rural e urbana, continental e ultramarina); a par das produções de arte (culto e popular), onde perdura ou se renova o génio nacional, todas as manifestações do espírito realizador, da capacidade construtiva, dos recursos vitais da nossa terra – e que são, em síntese, as obras públicas e os produtos industriais”.

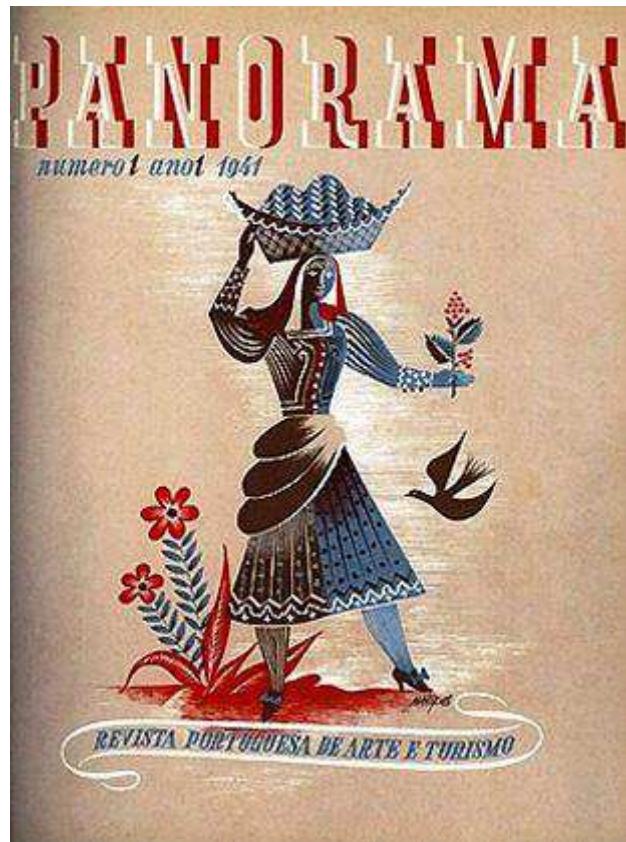


Fig. 3 – Primeiro número da *Panorama*, com capa de Bernardo Marques

⁶ Idem, *ibidem*, p. 298.

⁷ RAMOS DO Ó, Jorge – *Os anos de Ferro: o dispositivo cultural durante a “Política do Espírito” (1939-1949)*. Lisboa: Estampa, 1999.

Ferro tinha a consciência de que a cultura poderia tornar-se no maior instrumento de poder ao serviço do Estado, sobretudo se se construísse um discurso cultural que aplaínasse e minimizasse conflitos sociais, políticos e regionais em face dos que fossem definidos como os grandes desígnios nacionais. Por isso, e como afirma Fernando Rosas, “era necessária a propaganda. Não deixada ao livre arbítrio de cada um, mas como propaganda do Estado. Como «política do espírito»⁸”. E adianta este autor numa excelente síntese:

“A propaganda especificamente nacional funcionava, assim, como um complemento orientador ou culminante desta. Era a definição das grandes linhas do regime para a cultura e as artes («a fachada da nacionalidade», a cargo do SPN) ou para a «educação nacional» (tarefa do respectivo ministério, assim crismado e remodelado nesse sentido da regeneração nacionalista dos espíritos, pelo ministro Carneiro Pacheco, em 1936. [...]

Era o grande espectáculo político-cultural (os «salões de pintura», os prémios literários, as exposições coloniais, os pavilhões nas exposições internacionais, a Grande Exposição do Mundo Português, os «congressos científicos» que as acompanhavam – obra do SPN). Era o «pão e circo» populares (as «marchas populares» e os desfiles históricos de Leitão de Barros, as comédias filmográficas despreocupadas e despreocupantes ou o «teatro para o povo» do SPN). [...]

Era a evocação da grandeza reencontrada do «império» e dos seus heróis, a reconstrução da História do País, cujo verdadeiro fio condutor o nacionalismo do Estado Novo permitiría restaurar, após o «século das trevas» do liberalismo (e essa reivindicação da História enquanto instrumento legitimador do regime atravessa praticamente todas as suas manifestações artístico-culturais). [...]”⁹.

Aqui temos a «Política do Espírito» nos seus três vetores essenciais. Por um lado, o uso da cultura como meio de propaganda. As produções, os movimentos e os meios eram orientados para a glorificação do regime, das suas ideias-base e do seu chefe. Por outro, a conciliação das velhas tradições e dos velhos valores com aquilo que era então considerado como modernidade. E por último, o estabelecimento de uma cultura popular e nacional baseada quer nas raízes quer nos ideais do regime.

No dizer de Carlos Fontes, “*A história de Portugal, como a concebe Salazar e a encena António Ferro, termina afinal na quietude contemplativa da sua própria trajectória, nos seus hábitos e costumes, tudo o que em suma, faz que sejamos o que já somos.*”¹⁰

Mas antes de avançarmos para exemplos concretos da ação de Ferro e da sua Política, é necessário meditar sobre um aspeto que, a meu ver, tem sido colocado sistematicamente de forma errada – os intuições de «divertir e distrair» o povo com as principais atividades.

É vulgar lermos afirmações sobre este tema dando a entender estarmos perante um programa que visava controlar descontentamentos e aplaínar diferenças entre a população, facilitando o caminho do autoritarismo. Veja-se por exemplo: “*a cultura deste tempo pretendia ser simples, de modo a distrair o povo e não o fazer pensar naquilo que, segundo os membros do governo do Estado Novo, não era da sua competência.*”¹¹. Ou ainda esta, de Cadafaz de Matos que dizia que o fim

⁸ ROSAS, Fernando – “O Estado Novo nos anos 30 – Propaganda Nacional e “Política do Espírito””. In *História de Portugal* (dir. de José MATTOSO), vol. VII “O Estado Novo” (coord. de F. ROSAS). Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 292.

⁹ Idem, *ibidem*, p. 293.

¹⁰ Veja-se <http://acultura.no.sapo.pt/page8Matriz.html>, consultado em 18/10/2009.

¹¹ Referido em http://www.citi.pt/cultura/politica/25_de_abril/cultura.html, consultado em 18/10/2009.

principal do SPN seria “*a criação de ranchos folclóricos [...] a fim de que o nosso povo se divertisse à grande e à francesa e se alheasse dessas coisas fastidiosas da política que deveriam ser só para os políticos*”¹². Inqualificável.

Um pouco mais tarde, pelos finais dos anos 50, criou-se até o mito dos 3 F (Fado, Futebol e Fátima), como se marcar um jogo de futebol do campeonato da 1ª divisão, ou organizar uma peregrinação a Fátima, fosse possível do pé para a mão, como num passe de mágica. Ou como se passada a tarde da peregrinação ou volvidos os 90 minutos do jogo as coisas não voltassem à tona...

Felizmente hoje quem estuda cientificamente estes temas confere-lhes outra seriedade. É o caso de Vera Marques Alves¹³ e de um importante artigo sobre iniciativas folcloristas do Estado Novo, em que a autora corrige estas perspetivas distorcidas: “*Mas, mais importante, convém esclarecer que, quando olhamos para o conjunto das práticas etnográficas em causa – e, em especial, quando damos atenção aos seus públicos –, apercebemo-nos (e isto apesar de alguma retórica populista que acompanha estas iniciativas), que o seu objetivo principal não era distrair o povo ou mesmo inculcar os valores do regime entre as camadas populares. O que observamos, com efeito, é que as iniciativas do SNI em torno da arte popular não se desenvolveram de forma nenhuma nos limites dos meios rural e proletário, dirigindo-se amiúde às classes médias e camadas mais altas da sociedade portuguesa, e escolhendo, para se mostrar, em vez das áreas periféricas, os ambientes urbanos e mesmo cosmopolitas*”.

Colocado este pressuposto, que é importante para percebermos algumas iniciativas, passemos então a concretizar alguns dos aspetos da «Política do Espírito» na designação de Ferro

A campanha do «bom gosto»

Começo por aqui já que por um lado sob o chapeu da «Campanha do Bom Gosto» cabe grande parte da acção de Ferro. Mas também por outra razão mais complexa. Quanto mais vou conhecendo de Ferro, mais creio, concordando com algumas opiniões que já ouvi, que ele era um homem de gostos sólidos, muito bem informado, perfeitamente senhor do que faziam as vanguardas de então, muito próximo delas, seu cultor mesmo, procurando por em prática aquilo que transformou num rumo programático do Estado Novo nas áreas das artes e do turismo.

Ferro servia, portanto, neste aspetto um regime, mas, por outro lado, servia-se também do regime para por em prática as suas ideias, nem sempre coincidentes com as de Salazar. E o mistério reside aqui. Como é que ele e Ferro, e sobretudo as suas ideias muitas vezes até antagónicas, coexistiram, coabitaram, colaboraram. Na blogosfera, frequente e injustamente desprezada nos areópagos científicos, há, felizmente com cada vez mais



Fig. 4 – Panorama, nº10, 1942

¹² MATOS, Manuel Cadafaz - “A fomentação por parte do Estado no desenvolvimento da ciência etnomusicológica”, *Colóquio sobre Música Popular Portuguesa. Comunicações e Conclusões*. Lisboa: Inatel, 1984, pp. 119-143.

¹³ “«A poesia dos simples»: arte popular e nação no Estado Novo”, in *etnográfica*, maio de 2007, nº11(1), pp. 63-89.

frequência, trabalhos sérios e meritórios. Com a vantagem de não ficarem apenas «com quem os diz» ou com quem os lê, o que frequentemente acontece com as ditas produções científicas. No blog Do Médio-Oriente e afins¹⁴ encontrei um post biobibliográfico muito bem elaborado sobre António Ferro, a propósito dos 114 anos do seu nascimento. A certa altura escreve-se que Ferro aproveita os instrumentos que possui para “*impor convicções próprias, nem sempre consonantes com a Figura Tutelar, mas que esta intelligentemente aceita até entender que não é possível prosseguir a coexistência de orientações que na ordem estética e no plano prático, por exemplo a Censura, ameaçam uma fissura no edifício do Estado Novo*”.

O autor deste *post* tem outra afirmação que, complementando esta, define, em traços largos, a importância de Ferro na (in)formação cultural do Portugal de então: “*Ao longo de três décadas, António Ferro é, de facto, uma figura intrinsecamente polémica, que desencadeia ódios e paixões, privilégio, aliás, daqueles que, sabendo o que querem, são os únicos capazes de despertar interesse na paisagem monótona e cinzenta das unanimidades castradoras. Navegando entre as tendências modernistas da sua juventude, em que acompanha Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro, o entusiasmo pelos regimes fortes, que o leva a admirar Mussolini, e o desejo de realizar em Portugal um renascimento cultural, que tenta com o apoio inequívoco de artistas e escritores e o apoio condicional de Salazar, primeiro, e com uma já translúcida oposição de parte da intelligentsia nacional e uma cautelosa reserva de Salazar, depois, António Ferro prossegue a (sua) política do espírito, discutível, sem dúvida, mas merecedora do reconhecimento nacional. Ele foi, avant la lettre e “avant Malraux”, o nosso primeiro ministro da Cultura.”*

Pois um dos instrumentos desta «Campanha do Bom Gosto», que Ferro criou e orientou, foi a Revista Panorama. Com pequenos apontamentos homónimos, desde o primeiro número que aquela publicação iniciou a «cruzada». Chamando a atenção do público para questões emergentes – concursos, arquitetura oficial, arquitetura particular, artes gráficas, publicidade, decoração de interiores, vitrinismo, design, entre muitas outras – sempre se procurava definir o «padrão de bom gosto».

Logo no número 1, escrevia-se “*Estas páginas do Panorama ficam reservadas, todos os meses, para a divulgação, espontânea e desinteressada, das manifestações de bom gosto ornamental que encontramos no nosso País e que estejam ao alcance da nossa objectiva*”. E, mais adiante, definia-se o conceito: “*Por bom gosto entende-se, portanto, aqui, determinado estilo, determinada graça, determinado toque de originalidade que faz com que a fachada ou a simples janela de uma casa, a montra duma loja, um cartaz, o recanto duma sala de espera, a mesa de um restaurante, etc., nos atraiam discretamente os sentidos e, carinhosamente, os afaguem.*” E terminava o texto “*...o bom gosto é o contrário do artificial, do pretencioso, do feito em série e...do pires*”.

Sobre a Campanha do Bom Gosto e seus reflexos na Maia falaremos na última parte deste artigo.

Concursos

Para divulgar este «bom gosto» e as suas aplicações práticas, o SPN, e depois o SNI, lançaram um conjunto de concursos e festivais que atingiram notoriedade.

¹⁴ <http://domedioorienteeafins.blogspot.com/2009/08/antonio-ferro.html>, consultado em 18/10/2009.

Um dos mais curiosos foi o das «Estações Floridas». Outro foi o «Concurso de Montras» que tinha lugar em Lisboa. A inscrição era gratuita e um júri escalonava os concorrentes. O grupo A, dos estabelecimentos oficiais tinha um único prémio de 2.000\$00 para o artista que a concebia. O grupo B tinha três prémios, de 2.500, 1.500 e 1.000\$00, e revertia para os donos das lojas.

Outro ainda foi o «Concurso de Monografias Regionais». Com o país dividido em 3 zonas, Norte, Centro e Sul, os trabalhos deveriam versar um local ou uma região dentro dessa zona e o concurso estava dotado com três prémios de 3.000, 2.000 e 1.000 escudos cada.



Fig. 5 – Cartaz do concurso

O troféu simbólico que consagrava a «Aldeia mais portuguesa de Portugal» era um galo de prata da autoria de Abel Pereira da Silva. Uma réplica desse troféu encima ainda hoje a Torre do Relógio e a aldeia continua no presente a utilizar a designação.

Vera Marques Alves¹⁷, na linha de outros autores, mantém uma visão extremamente crítica deste concurso, chamando a atenção para as encenações montadas para o júri. Seja. Mas continuo hoje a assistir a encenações, muitas vezes muito menos

Mas um dos mais conhecidos, apesar de só ter tido uma edição, foi o da «Aldeia mais portuguesa de Portugal».

Este concurso, lançado a nível nacional em 1938, passava primeiramente por um crivo regional. Eram escolhidas as aldeias mais portuguesas de cada província que disputaram a final, onde se defrontaram 12 aldeias, com o resultado já conhecido – vitória de Monsanto, do concelho de Idanha-a-Nova. Este concurso possuía um júri eclético¹⁵: era presidido por António Ferro, e constituído por Fernanda de Castro, escritora, Gustavo Matos Sequeira, jornalista, Armando Leça, musicólogo e folclorista, Augusto Pinto, escritor e Luís Chaves e Cardoso Marta, etnógrafos. Acompanhavam o júri jornalistas nacionais e estrangeiros, entre os quais André Villeboeuf, autor de um livro intitulado «Le Coq d'Argent»¹⁶, em que relata a sua experiência neste concurso.



Fig. 5– Entrega do troféu às gentes de Monsanto

¹⁵ ALVES, Vera Marques. «Camponeses estetas» no Estado Novo: Arte Popular e Nação na Política Folclorista do Secretariado da Propaganda Nacional. Lisboa: ISCTE, 2007 (dissert. Policop.), p. 39.

¹⁶ VILLEBOEUF, André. *Le coq d'argent: voyage au Portugal*. Paris: Les Éditions de France, 1939.

¹⁷ ALVES, Vera Marques. «Camponeses estetas»..., cit., pp. 38-40.

«genuínas» e muito menos «populares», do que as que se verificaram há 60 anos. E é inegável que ele fez com que as populações destas aldeias, pelo menos, tomassem consciência do que hoje chamamos autoestima. E não apenas da vencedora Monsanto. Azinhaga, no concelho da Golegã, por exemplo, ainda lembra a circunstância de ter sido a «Aldeia mais portuguesa do Ribatejo»¹⁸.

Cinema. Artes Cénicas.

Ferro era confesso cinéfilo. Em termos práticos vai fazendo o que pode. Arranca com o Cinema Ambulante, desenvolve a produção de documentários e longas-metragens sobretudo depois

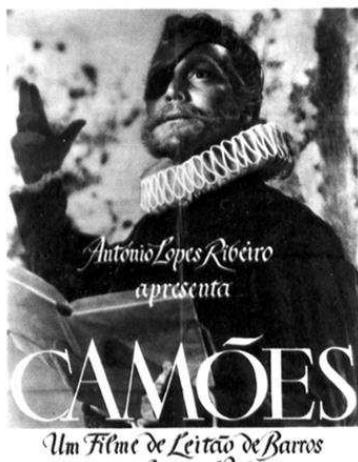


Fig. 6 – Cartaz de "Camões"

da inauguração da Tóbis Portuguesa em 1932, e defende a criação de um Fundo do Cinema que só verá materializada em 1948 com a promulgação da Lei de Proteção ao Cinema Nacional, que cria, no âmbito do S.N.I., o tão desejado Fundo do Cinema e a fundamental Cinemateca Nacional. A direção desta é entregue a Félix Ribeiro.

Crítico em relação às «comédias» fáceis características da época que diz serem um cancro do cinema nacional, admirador de Leitão de Barros a quem chama¹⁹ "o primeiro realizador português com olhos do nosso tempo", Ferro sempre elogiou os seus «Bocage», «Camões» e «Inês de Castro», de cariz histórico, e também o «Ala-Arriba», documentário altamente ficcionado sobre uma comunidade piscatória da Póvoa do Varzim.

Foi também um homem de teatro. Inclusivamente como autor. Já Fernando Pessoa²⁰ fala dessa veia criadora no seu diário.

Em 1925, anos antes de vir a ser o diretor do S.P.N., fundou com José Pacheco, numa das salas do cinema Tivoli em Lisboa, o primeiro Teatro-Estúdio que houve em Portugal. Chamava-se «Teatro Novo» e pretendia por em cena um vasto repertório de autores nacionais e estrangeiros, mas por dificuldades financeiras, acabou por encenar apenas um trabalho de Pirandello e outro de Jules Romains.

Numa outra faceta, em 1933 organiza em Lisboa o primeiro Congresso da Crítica Dramática e Musical, com a presença de Pirandello, Vuillermoz, Robert Kemp, em 1936 inaugura o Teatro do Povo, sob a direção de Francisco Lage e de Ribeirinho e em 1949 cria os Prémios de Arte Dramática para as Sociedades de Recreio.

No que toca à dança, outro dos sectores que Ferro teve forte intervenção, em 1940 estreia-se no Teatro da Trindade o «Grupo de Bailado Verde Gaio», que ele imaginara segundo os Ballets Russes de Diaghilev.

Ao longo de toda a década de 40, as produções da companhia recriaram as danças populares e os trajes tradicionais, procurando fixar plasticamente algumas tradições nacionais. Com o «Verde

¹⁸ Veja-se http://azinhaga.net/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=59&Itemid=9, consultado em 18/10/2009.

¹⁹ Veja-se em http://www.amorelperdicao.pt/especiais_solo.asp?artigoid=202 *O Cinema no Estado Novo - A Visão de Ferro*. Consultado em 18/10/2009.

²⁰ *Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação*. Lisboa: Edições Ática, 1966, pág. 55.

Gaio» colaboraram nomes grandes da cena artística e cultural, como Mily Possoz, Paulo Ferreira, Maria Keil, José Barbosa, e Thomaz de Melo (Tom). Do corpo de bailado, o par principal era constituído por Francis Graça, grande bailarino e coreógrafo, e pela alemã Ruth Walden.

Como refere Maria João Castro²¹, “No espírito de António Ferro, o Verde Gaio apareceu como a síntese de todo um conjunto de referências (estéticas, ideológicas, culturais e artísticas) que se desejava efectivar e não é de estranhar que o grupo tenha recorrido ao elemento do folclore como modelo coreográfico: o Verde Gaio, foi criado e adaptado ao condicionalismo nacional que preconizava uma estética que fosse entendida por todos, baseando-se assim em temas populares ou de índole histórica”. E, mais adiante: “O Verde Gaio ao elevar a dança a uma arte maior constituiu em si um gesto moderno, mas raras vezes ultrapassou a sua temática histórico-folclórica; como objecto de propaganda, a companhia educou o espírito (segundo os valores instituídos) e serviu de veículo de prestígio no estrangeiro, projectando a imagem da nação que pretendia valorizar”.

Exposições

Escreve António Ferro num artigo de 1929²²: “As nações reúnem-se, de quando em quando, em assembleia geral, para demonstrarem umas às outras o seu adiantamento, o seu carácter, a força do seu povo, o seu progresso. Estas assembleias são as exposições internacionais. As pátrias vivas dão contas à civilização do que têm feito, do que se preparam para fazer. Pretextos, ocasiões únicas para reabilitar uma nação caluniada, um povo que se fixou na memória dos outros como um povo atrasado”.

Estas palavras, já com oitenta anos, mantêm-se atuais. Após a II guerra, aparecem novos motivos. Se, por exemplo, na Exposição de Paris de 1937, o tema era “Artes e Técnicas na Vida Moderna”, e na de Nova Iorque de 1939 era “Qual será o Mundo de Amanhã”, em 1958 em Bruxelas, a primeira Expo depois da II guerra, a temática centra-se à volta do slogan “Por um Mundo mais Humano”, sendo o seu ícone o *Atomium*, pretendendo simbolizar a esperança num uso pacífico dessa nova forma de energia. Em 1970, num Japão muito marcado ainda pela derrota e pela humilhação de 1945, a Expo tem como tema “Progresso na Harmonia”²³. Sevilha 92 tinha como mote “A Era das Descobertas” e a Expo 98 de Lisboa, lembrava os Oceanos, autoestrada que os portugueses abriram e o património da água como bem escasso.

Esta importância das grandes exposições levou a que Portugal participasse em várias delas nos anos 30 e 40: Genebra – Sociedade das Nações (1935), Exposição Internacional de Paris (1937), Feira Mundial de Nova Iorque (1939), Madrid (1943), e Sevilha e Valência (1934).



Fig. 7 – Capa de publicação dos Bailados Portugueses Verde Gaio

²¹ CASTRO, Maria João. “A influência dos Ballets Russes na criação do Verde Gaio”. *Revista da Dança*, edição online. Cf. <http://www.revistadadanca.com/node/248>, consultada em 18/19/2009

²² Diário de Notícias, 4 de junho de 1929.

²³ VERÍSSIMO, Maria de Lurdes – “As Exposições Universais - Reflexo de Esperanças e Contradições dos Últimos 150 anos” in *Latitudes*, nº 3 - juillet 98, pp. 31-32.

Mas a importância de organizar uma grande exposição em Portugal era certamente pelo menos tão grande como a de participar numa delas no estrangeiro. E assim, no contexto das grandes comemorações do duplo centenário de 1140/1640, surge a Exposição de 1940, oficialmente designada Exposição do Mundo Português.

No dizer de Fernando Rosas, “*A Exposição de 1940 simbolizou várias coisas muito importantes para o regime. Sete anos depois da sua institucionalização, com a Europa em guerra, Portugal mostrava-se ao mundo – que, na ocasião, não passava realmente de um “mundo português”, ou seja, dos portugueses, mas que precisamente nesse sentido era erguido do estatuto de totalidade – e mostrado um país reencontrado consigo mesmo. Recuperara a existência autêntica à sombra da sua vida rural, da sua espiritualidade caótica. Dessa forma, tal como quinhentos anos antes, mostrava os caminhos do futuro a uma Europa de regresso à barbárie*”²⁴.

A Exposição do Mundo Português durou de 23 de junho a 2 de dezembro de 1940. Tinha como corpo responsável Augusto de Castro (Comissário-Geral), Sá e Melo (Comissário-Geral-Adjunto), José Leitão de Barros (Secretário-Geral) e Cottinelli Telmo (Arquiteto-Chefe). Mas por trás de tudo isto estava o pensamento, e vontade, de um homem - António Ferro. Visitaram a exposição três milhões de visitantes. Foi o mais importante facto cultural do regime e acontecimento marcante a nível doméstico, influindo de sobremaneira no desenrolar político nacional. Mas não é o local nem a ocasião, nem é também nosso desejo, escalarpelizar, ainda que a propósito, este evento.

E muito mais...

Muito mais haverá a dizer sobre o percurso de António Ferro e as suas diversas influências.

Haveria que falar no Museu de Arte Popular, na verdadeira Turistização do País, na sua preocupação com o Folclore e com a imagem que ele transmitia, e até em algumas célebres “invenções” e “transformações”, como é o caso das Marchas Populares em Lisboa, e do Galo de Barcelos.

Ferro viu nele uma extraordinária riqueza plástica, com uma paleta cromática fortíssima. O galo está presente na mitologia e na simbologia de vários países e regiões, sendo por



Fig. 8 – Postal de recordação da Exposição do Mundo Português



Fig. 9 – O Galo de Barcelos “pré-Ferro” numa capa da revista Panorama

²⁴ ROSAS, Fernando – “O Estado Novo nos anos 30 – Propaganda Nacional e “Política do Espírito””. In *História de Portugal* (dir. de José MATTOSO), vol. VII “O Estado Novo” (coord. de F. ROSAS). Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, pp. 301-302.

isso facilmente apreensível até por estrangeiros. Pegou assim no boneco barcelense, fê-lo passar por uma cura de emagrecimento, estilizou-o na forma, nas cores e nos elementos decorativos e aí está ele a simbolizar uma nação inteira.

E na Maia...

Concurso das Estações Floridas

Este concurso, como vimos, destinava-se a estimular a ornamentação das estações de caminho de ferro com placas e canteiros ajardinados, vasos, trepadeiras, etc.

Aos chefes das estações eram atribuídos três prémios, o 1º de 2.500\$00, o segundo de 1.500\$00 e o terceiro de 1.000\$00.

Não sei se o prémio era mesmo só para o Chefe ou se era distribuível por outros funcionários. O que sei, isso sim, é que a maiata estação do Castelo da Maia venceu o primeiro prémio por duas vezes, nos anos de 1941 e de 1942.

A prova-lo, estes “troféus” em cerâmica que a Metro do Porto em boa hora colocou no muro nascente da Estação.



Fig. 9 – Os dois troféus em cerâmica assinalando os dois primeiros prémios da estação do Castelo

Missões Estéticas de Férias

As Missões Estéticas de Férias, embora afetas ao recém-criado Ministério da Educação Nacional, convergiam em objetivos e práticas com esta política. Desde 1936 que a Academia Nacional de Belas Artes era responsável pela sua estruturação, com o objetivo de proceder à educação estética dos alunos através da paisagem, dos costumes portugueses e monumentos nacionais. Assim, e segundo o Decreto-lei 26957, de 28 de agosto de 1936, que as instituía, eram “destinadas a facilitarem aos artistas e estudantes portugueses de artes plásticas o conhecimento dos valores de carácter paisagístico, étnico, arqueológico e arquitectónico de Portugal, bem como a contribuirem para o seu cadastro, inventário e classificação”.

Em duas destas missões participou o artista maiato Altino Maia.

Nascido em Cidadelha, Santa Maria de Avioso, em 1911, ainda muito jovem trabalhou como carpinteiro, o que lhe forneceu experiência no trabalho de uma matéria-prima fundamental - a

madeira, e domínio no manejo das ferramentas.

Depois, como muitos rapazes da sua família, passou pelas oficinas de santeiro de parentes, onde se iniciou no ofício de escultor.

No final da década de 30 ingressa nas oficinas gráficas do jornal O Primeiro de Janeiro. Pouco depois inicia os seus estudos na Escola Superior de Belas Artes do Porto, onde concluirá o Curso Superior de Escultura. Será, no entanto, apenas vinte anos depois que apresentará a sua tese, que o júri distinguiu com a classificação de 20 valores.

E é em 1943 e 1947 que participa, sob a orientação do Profs. Joaquim Lopes em Bragança (43), e do Prof. Luís Varela Aldemira, em Sintra (47), nas 7^a e 11^a Missões Estéticas de Férias.

A qualidade do seu trabalho permitiu-lhe depois ser bolseiro do Instituto de Alta Cultura e da Fundação Calouste Gulbenkian. Com a primeira bolsa estudou em Espanha. Com a segunda, viajou pela Europa, contactando com outras realidades.

Pertenceu ao Grupo dos Independentes, que incluía escultores, pintores e arquitetos, dinamizado por Fernando Lanhas, participando nas suas primeiras exposições.

Exerceu a docência e ocupou cargos diretivos em diversas escolas, não só no Continente Português como em Angola. Participou em muitas exposições, individuais e coletivas.

Tem a sua obra espalhada por vários Museus, coleções particulares e instituições, tais como a Câmara Municipal da Maia, o Mosteiro de Singeverga e o Colégio de Lamego. É também seu o conjunto escultórico da Via Sacra do Santuário dos Cerejais, em Alfândega da Fé.

Campanha do Bom Gosto

Um dos resultados mais visíveis e conhecidos da Campanha do Bom Gosto foram as Pousadas. Segundo a lei que as criou em 1941 por iniciativa de António Ferro, destinavam-se a "alojar os visitantes e fornecer-lhes a alimentação no respeito do estilo de cada região". E o espírito do seu serviço está perfeitamente plasmado nesta citação do próprio Ferro: "Quando um hóspede deixar de ser tratado pelo nome para ser conhecido pelo número de quarto que ocupa, estaremos completamente desviados do espírito das Pousadas."

Os edifícios, e as suas decorações, obedeciam ao «bom gosto» oficial. Era suposto que fossem, para além de locais de alojamento e alimentação para os turistas, elementos Integradores e homogeneizadores dos lugares pitorescos, bem como reguladores da própria atividade hoteleira.

Na Maia não temos pousadas, é verdade. Mas temos duas Estalagens que foram nítidas herdeiras desta tendência.

Nas "Estatísticas do Turismo de 2010", publicadas pelo INE, define-se Estalagem como "Estabelecimento hoteleiro instalado em um ou mais edifícios e situado normalmente fora de um centro urbano, com zona verde ou logradouro natural envolvente que, pelas suas características arquitetónicas, estilo do mobiliário e serviço prestado, se integra na arquitetura regional e fornece aos seus hóspedes serviços de alojamento e refeições".

Aquelas que podemos identificar como «antepassado recente» das estalagens do século XX são as estalagens do século XIX.



Fig. 10 – Altino Maia

Estas stalagens, algumas bem arranjadas, outras, verdadeiros tugúrios, estão muito presentes na literatura oitocentista. Camilo celebrizou-as, no mais das vezes pelas piores razões. A Estalagem do Casal do Pedro na Junqueira (Vila do Conde) foi batizada pelo escritor de «Estalagem das Pulgas». E o nome ficou. A Estalagem da Ponte da Pedra, onde se reuniam, depois dos espetáculos, as divas do Bel canto que atuavam no Porto, acompanhadas dos seus seguidores, e onde, muitas vezes, havia pancadaria «de criar bicho», merece bastas referências na obra camiliana.

Várias destas stalagens ficaram famosas pela sua cozinha, outras pelo seu vinho, uma por outra pela stalajadeira ou por alguma das moças que a auxiliava.

Também elas se situavam na maioria das vezes ao longo dos caminhos.

Neste mapa do início do séc. XIX que nos mostra uma «fatia» do Concelho da Maia de então, vemos que ao longo das principais estradas que o atravessam há stalagens. À esquerda, na estrada para Vila do Conde, a stalagem da Venda da Velha. Ao centro, na estrada para Barcelos, as stalagens do Padrão de Moreira e da Lameira. À direita, na estrada que vai para Famalicão e Braga, as stalagens da Pinta, do Castelo e da Carriça.

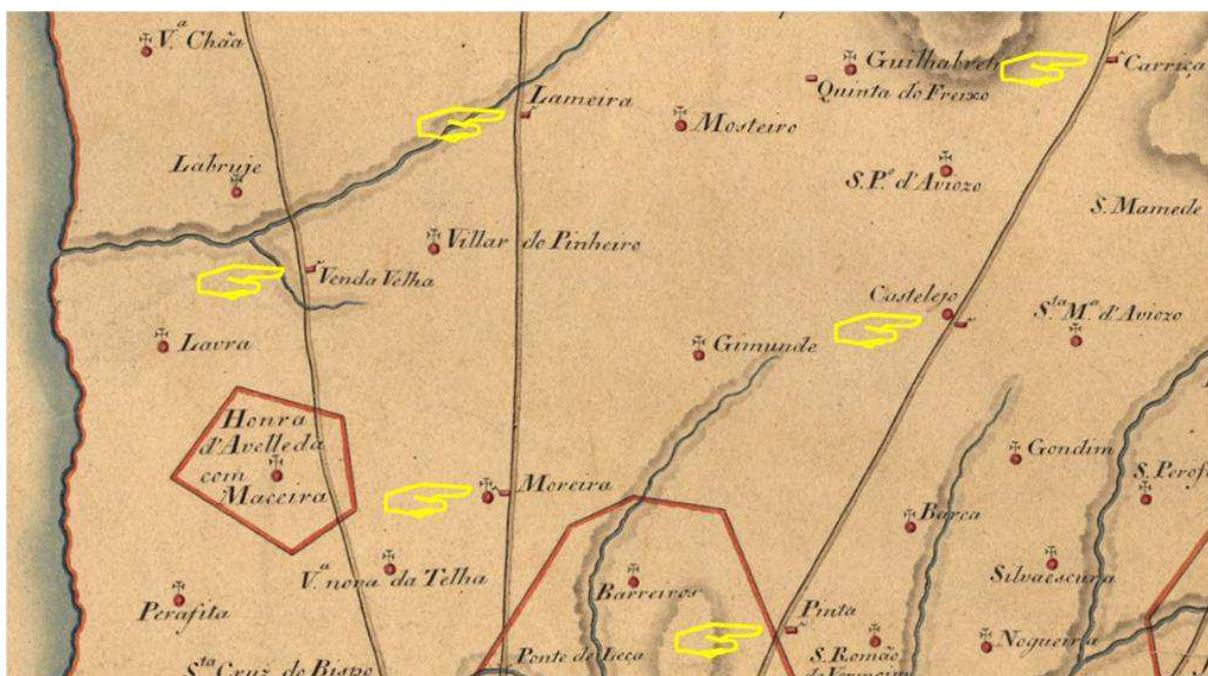


Fig. 11 – Mapa parcial do concelho da Maia mostrando vias e stalagens. Fonte: elaboração própria sobre mapa de Custódio Vilas Boas

António Ferro (1949: 48) definia-as: “Exceptuando os grandes centros, do que precisamos, do que a nossa paisagem precisa, é de simples pousadas, ou stalagens, muito claras, muito limpas, confortáveis, mas sem luxo, construídas e arranjadas ao gosto de cada região [...]. Boas camas, boa comida, boas instalações higiénicas, bom serviço, bom-gosto, eis as condições indispensáveis dessas pousadas ou stalagens”.

Para além do «modelo» que aqui é definido, e que se repercutiu com certa frequência pelo País, quer em pousadas, quer em stalagens, quer mesmo em hotéis de pequena e média dimensão, percebemos, por este excerto que, no fundo, o que diferia pousadas de stalagens, era, à parte a monumentalidade de algumas das primeiras, o facto de que pousadas eram de iniciativa pública (da SPN ou do SNI) enquanto stalagens eram de iniciativa privada.

Uma das mais conhecidas na nossa zona era a **Estalagem do Galo**. Em termos arquitetónicos enquadrava-se perfeitamente no espírito do “Bom Gosto” de Ferro.



Desenhada por Moreira da Silva em 1953, procura captar um certo ar “rural”, onde se mistura uma visão “acastelada” com a “Casa Portuguesa” de Raúl Lino. É um misto cenográfico tão ao gosto da época.

Pontificava na Estrada nacional nº 14 e além de local de dormida era conhecida também pela boa mesa.

A decoração interior era condizente com o exterior, como podemos admirar nestes dois postais.

O “ar rural” era conseguido graças à utilização de madeiras e ao aspetto “rústico” que, mais do que constituir um estilo, era, à época, sobretudo uma “imagem mitificada”, uma “representação” de um “estado de alma”.

Fig. 12 – Dois postais de inícios dos anos 50 com duas vistas (exterior e interior) da Estalagem do Galo

Outro estabelecimento hoteleiro bem conhecido na nossa zona era a **Estalagem do Lidor**. Também ela do início dos anos 50, pautava-se por uma sobriedade de linhas, sobretudo em relação à anterior.

Estava dotada no piso térreo com receção, instalações sanitárias, duas salas de jantar, sala de estar, e as várias instalações para a confeção de refeições.

Num corpo que se prolongava para norte, um amplo salão de festas com palco, que também servia de sala de banquetes e, ao fim de semana, de sala de refeições.

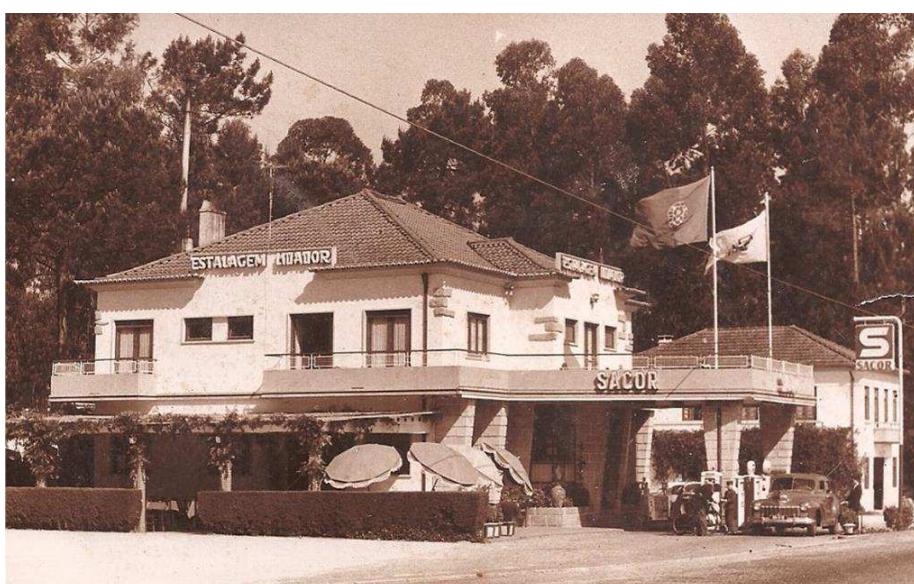


Fig. 13 – Foto da Estalagem do Lidor, no lugar da Guardeiras, Moreira da Maia. Col. autor

No piso superior, 10 quartos com todos os códigos. Na cave, um bar inspirado pelo trabalho e armazenagem do vinho.



Fig. 14– Instalações da Estalagem do Lidor. Col. autor

Com uma decoração escorreita, baseada nos padrões que António Ferro definira alguns anos antes, mas depurados de exagerados «regionalismos», os espaços eram agradáveis, acolhedores, luminosos, à dimensão humana.

Contava já com várias inovações como casa de banho e telefone nos quartos, sendo que todos estes tinham acesso a um terraço.

E, claro, como era hábito, uma instalação de venda de gasolina e óleos, ainda hoje muito movimentada.

Ali estiveram e pernoitaram vários membros do governo, governadores civis, presidentes de câmaras, deputados da nação, etc. O próprio Presidente do Conselho, Dr. Salazar ali esteve.

O seu serviço de restauração era famoso pela sua qualidade, atraindo, mormente ao fim de semana, muitos visitantes. Os seus lanches de sábado e domingo eram famosos.



A sua proximidade da cidade do Porto, do Aeroporto (campo de aviação, como se chamava nos anos 50) e do porto de Leixões, bem como os (então) abundantes espaços verdes que a rodeavam, fizeram da Estalagem um ponto muito requisitado para estadias de descanso e para estágios desportivos.

Para além de várias equipas e seleções de diversas modalidades, masculinas e femininas, destaque para a Seleção Nacional de Hóquei em Patins que conquistou, no Pavilhão dos Desportos do Porto, o Campeonato Mundial de 1958.

Fig. 15 – No salão de festas da Estalagem, a Seleção Nacional de Hóquei em Patins de 1958, futura campeã do mundo, recebendo o apoio de um grupo de estudantes universitários. Foto de Francisco Velasco.

Concluindo

A “Política do Espírito” de António Ferro, foi, mais que um movimento, uma filosofia cultural – uma maneira de entender e de pensar a cultura. Em 1934, na primeira festa de distribuição dos Prémios Literários do SPN, define a sua «política do espírito» como não só a defesa material da inteligência, da literatura e da arte e o apoio aos artistas e aos pensadores, mas também uma política que se oponha fundamental e estruturalmente à política da matéria, proclamando a independência do espírito. E no contexto da I Exposição de Arte Moderna, que organiza em 1935, anuncia, na Sociedade Nacional de Belas Artes, a sua intenção de apoiar sobretudo os artistas de vanguarda. Responde-lhe Almada Negreiros em nome dos premiados, afirmando: Mais do que com júbilo, é com grande respeito que vejo pela primeira vez na minha terra os poderes públicos ao lado da arte mais nova de Portugal.

E a partir deste momento e durante uma quinzena de anos, a figura de Ferro pontificou no panorama cultural português (e não só).

Adepto do modernismo, conhecedor dos novos ventos que sopravam na Europa cultural, e sobretudo dos seus métodos, procurou fazer “importações” criteriosas e, sobretudo, desenvolver e apoiar o que era nosso.

Nesta área ninguém é consensual (nem é bom que seja) mas Ferro foi o que mais se aproximou.

Até na Maia, que nos anos 40/50 era uma terra longínqua “ali para os lados do Porto”, o seu pensamento se transformou em ação, e aí temos alguns dos vestígios desse (então) novo modo de estar.

Referências Bibliográficas

- ACCIAIUOLI, Margarida (2013), *António Ferro, a vertigem da palavra. Retórica, política e propaganda no Estado Novo*. Lisboa: Editorial Bizâncio.
- ALVES, Vera Marques (2007a), ““A poesia dos simples”: arte popular e nação no Estado Novo” em *etnográfica*, maio de 2007, 11 (1), pp. 63-89
- ALVES, Vera Marques (2007b), «*Camponeses estetas*» no Estado Novo: *Arte Popular e Nação na Política Folclorista do Secretariado da Propaganda Nacional*. Lisboa: ISCTE, 2007 (dissertação de doutoramento)
- ALVES, Vera Marques (2003), “O SNI e os Ranchos Folclóricos” in *Vozes do Povo: A Folclorização em Portugal*. Oeiras: Celta Editora, pp. 191-205.
- BRANCO, Jorge F. e CASTELO-BRANCO, Salwa, orgs. (2003), *Vozes do Povo: A Folclorização em Portugal*. Oeiras: Celta Editora
- BRITO, Joaquim Pais de (1982), “O Estado Novo e a aldeia mais portuguesa de Portugal”, in *O Fascismo em Portugal*. (Actas do Colóquio, 1980). Lisboa: Regra do Jogo, pp. 511-532.
- FÉLIX, Pedro (2003), “O concurso ‘A Aldeia Mais Portuguesa de Portugal’ (1938)”, em J. F. Branco, e S. Castelo-Branco (orgs.), *Vozes do Povo: a Folclorização em Portugal*. Oeiras: Celta Editora, pp. 207-232.
- FERRO, António (1927), *Viagem à Volta das Ditaduras*. Lisboa: Empresa «Diário de Notícias».

- FERRO, António (1933), 1933, *Salazar: o Homem e a sua Obra*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1933
- FERRO, António (1940), *Vida e Arte do Povo Português*. Lisboa: SPN.
- FERRO, António (1943), *Dez Anos de Política do Espírito, 1933-1943*. Lisboa: Edições SPN.
- FERRO, António (1947), *Monsanto*. Lisboa: Edições SNI.
- FERRO, António (1948a), *Apontamentos para uma Exposição*. Lisboa: Edições SNI.
- FERRO, António (1948b), *Museu de Arte Popular*. Lisboa: Edições SNI.
- FERRO, António (1949), *Turismo. Fonte de Riqueza e de Poesia*. Lisboa: edições SNI.
- GUEDES, Fernando (1997), *António Ferro e a sua Política do Espírito*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- HENRIQUES, Raquel Pereira (1990), *António Ferro. Estudo e Antologia*. Lisboa: Publicações Alfa.
- LEAL, Ernesto Castro (1994), *António Ferro. Espaço Político e Imaginário Social (1918-32)*. Lisboa: Edições Cosmos.
- MELO, Daniel (2001), *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Ó, Jorge Ramos do (1999), *Os anos Ferro: o dispositivo cultural durante a “Política do Espírito” 1933-1949*, Lisboa: Editorial Estampa.
- PAULO, Heloísa (1995), *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil – O SPN/SNI e o DIP*. Coimbra: Edições Minerva.
- PIRES, Ema, (2003a), “Aquarelas da Nação: Turismo, mobilidades em lazer e nacionalismo: as pousadas do SPN/SNI (1942-1948)”. In J. Freitas Branco e A. Afonso (Orgs.) *Retóricas sem Fronteiras: I / Mobilidades*. Oeiras: Celta Editora, pp. 15-25.
- PIRES, Ema, (2003b), *O Baile do Turismo. Turismo e propaganda no Estado Novo*. Lisboa: Caleidoscópio.
- QUADROS, António (1963), *António Ferro*. Lisboa: Edições Panorama.
- QUADROS, António – org. (1986), *Obras de António Ferro – Intervenção Modernista – Teoria do Gosto*. Lisboa: Editorial Verbo.
- RAMOS, Rui (2000), “Intelectuais e Estado Novo”, in *Suplemento ao Dicionário de História de Portugal*, Vol. 8, F/O – Euro. Coord. de António Barreto e Maria Filomena Mónica. Porto: Figueirinhas.
- SÁ, Sérgio O. (2015), *Altino Maia: o pensar e o fazer do escultor*. Maia: Ed. Autor
- SANTOS, Graça dos (2008), “‘Política do espírito’: O bom gosto obrigatório para embelezar a realidade” em *Media & Jornalismo*, (12), pp. 59-72
- SILVA, Augusto Santos (1997), “O Povo nos seus lugares: o clima moral da primeira etnografia portuguesa”. In V.O. Jorge e R. Iturra (Coords.) *Recuperar o espanto: o olhar da Antropologia*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 141-163.
- TORGAL, Luís Reis, coord. (2001), *O cinema sob o olhar de Salazar*. Lisboa: Temas e Debates.

A Cascata do “Quim do Pedro”. Três gerações e uma obra ímpar.

Liliana Aguiar*

Resumo: As festividades de São João ocorrem um pouco por todo o mundo. Conhecidas como festas Sanjoaninas, Sanjuninas ou “do meio do verão”, têm a sua génese nos cultos pagãos do solstício de verão, no hemisfério norte, antes da era cristã, e sua posterior sacralização.

Esta coexistência, do sagrado e do pagão, é visível nos seus símbolos, nomeadamente nas designadas Cascatas de São João. Estas marcam a tradição das festividades e encerram em si, de forma evidente, esta dualidade, contando histórias do quotidiano local.

A Cascata movimentada do Quim do Pedro é disso o maior exemplo. Iniciada no século XIX, representa o quotidiano das gentes da Maia, permitindo ao visitante ficar a conhecer, a partir dos seus 150 componentes e cerca de 300 figuras, profissões e ocupações de antigamente; atividades agrícolas sazonais; edifícios públicos, antigos e da atualidade, e espaços públicos.

Palavras-chave: S. João; Festas Sanjoaninas; Festividades Sanjuninas; Cascatas de S. João; Cascata do Quim do Pedro.

Introdução

O mês de junho é o mês em que se assiste ao solstício de verão no hemisfério norte. Mesmo antes da Era Cristã este era o mês, entre os dias 19 e 25, que vários povos praticavam rituais de invocação da fertilidade para estimular o crescimento das plantas, promover a fartura nas colheitas e trazer chuva.

No século IV, em 380 d. C., quando o Cristianismo se tornou religião oficial do Império Romano, o culto cristão e o culto pagão começaram a disputar espaço e influência entre os praticantes, passando a dominar toda a Europa Ocidental a partir do século VII.

Apesar desta conquista, os rituais pagãos mantiveram-se enraizados entre os habitantes do campo e nos estratos mais baixos da sociedade. Perante esta resistência, a Igreja foi sacralizando rituais e espaços pagãos associando-lhes elementos cristãos. Assim, em junho associou as celebrações pagãs a São João que, segundo o Evangelho de Lucas, teria nascido seis meses antes de Jesus Cristo.

O São João apresenta-se, deste modo, como uma festa de simbologia cristã com arreigadas tradições pagãs que se materializam nos respetivos símbolos. Fogueiras; balões; bandeirinhas; manjericos; alhos-porros; martelinhos; gastronomia típica e cascatas são manifestas representações desta dualidade simbólica.

De todos os símbolos, são as cascatas¹ que marcam a tradição das festividades, contando histórias do quotidiano da comunidade que representam, como o caso da “Cascata do Quim do Pedro”. Neste artigo pretende-se dar a conhecer esta magnífica obra, inserindo-a nas Festividades Sanjoaninas.

Inicia-se com a contextualização das festividades, em Portugal e no mundo. Começando pela explicação etimológica da designação das festividades - Sanjoaninas em Portugal, Sanjuninas no Brasil ou *midsummer* (do meio do verão) no Norte da Europa – expõe-se, de seguida a origem das

* Câmara Municipal da Maia. MHETM

¹ Designação inspirada nas quedas de água.

mesmas, estabelecendo uma ligação entre o pagão e o religioso subjacente, ainda atualmente, nos diferentes símbolos das celebrações, nomeadamente na cascata, expoente máximo nas festas de São João.

Termina apresentado um caso local, a “Cascata do Quim do Pedro”, descrevendo algumas notas para a sua história.

Para o efeito recorreu-se, para a primeira parte, a webgrafia sobre as festividades e outros assuntos correlacionados e a artigos em sítios da internet. Para o caso local recorreu-se à análise da informação recolhida em entrevista a Augusto Ferreira, o atual impulsionador da cascata.

1 – As Festas Sanjoaninas, Sanjuninas ou “do meio do verão”

1.1 – Contextualização histórica das festividades: a sacralização dos cultos pagãos

As festividades de São João existem um pouco por todo o mundo. No entanto, estas celebrações têm especial importância no Norte da Europa – Dinamarca, Estónia, Finlândia, Letónia, Lituânia, Noruega e Suécia -, mas ocorrem também na Irlanda; em partes do Reino Unido; na França; em Itália, Malta, Espanha, Ucrânia, Canadá, Estados Unidos, Porto Rico, Brasil, para onde foi levado pelos portugueses, e Austrália. Em Portugal destacam-se as festividades do São João no Porto e do São João de Braga.

Comecemos pela etimologia da designação das festividades. Etimologicamente, o termo pelo qual se conhecem as festas de São João – Sanjoaninas em Portugal, Sanjuninas no Brasil ou *midsummer* (do meio do verão) no Norte da Europa - têm proveniência cristã e pagã. Cristã quando ligada ao nome do santo homenageado, o São João (joaninas). Pagã quando associada à designação do mês em que ocorrem, o mês de junho (juninas), remetendo para os rituais pagãos² já existentes antes da sua sacralização. Aliada a esta última versão, atendemos a Júnio, mês de junho do calendário romano, que surgiu como homenagem a Juno, deusa do casamento e do parto, considerada a protetora das mulheres. Atendemos, igualmente, às celebrações pré-cristãs “do meio do verão” (*midsummer*) no Norte da Europa para prestar culto à natureza e cuja reminiscência se mantém na atualidade nas comemorações no mês de junho.

Independentemente da origem etimológica, estas festividades remontam a um tempo muito antigo, anterior à era cristã. Seria neste mês, entre os dias 19 e 25, quando se dá o solstício de verão no hemisfério norte, que vários povos fariam rituais de invocação da fertilidade para estimular o crescimento das plantas, promover a fartura nas colheitas e trazer chuva.

No século IV, em 380 d. C., quando o Cristianismo se tornou religião oficial do Império Romano, o culto cristão e o culto pagão começaram a disputar espaço e influência entre os praticantes, verificando-se um forte enraizamento deste último levando a medidas extremas. A primeira proibição efetiva aos cultos pagãos foi decretada em 392 d. C. e em 435 d. C. as medidas contra o paganismo foram reforçadas com a pena de morte.

As dificuldades da igreja aumentaram com as invasões bárbaras no século V, uma vez que os invasores eram, na maioria, pagãos. Somente no século VII, com a conversão dos lombardos arianos e dos pagãos anglo-saxónicos, o cristianismo passou a dominar toda a Europa ocidental.

² O paganismo é assumido como uma cultura com uma espiritualidade ligada à natureza, tida como sagrada e viva (Paganismo, 2017, s/p).

Apesar desta conquista, os rituais pagãos mantiveram-se enraizados entre os habitantes do campo e nos estratos mais baixos da sociedade. Perante esta resistência, a Igreja foi sacralizando rituais e espaços pagãos associando-lhes elementos cristãos. Assim, em dezembro mantiveram o culto associando-o ao nascimento de Jesus, festejando-se o Natal, e em junho associando-o a São João que, segundo o Evangelho de Lucas, teria nascido seis meses antes de Jesus Cristo.

O São João, apesar de atualmente ser uma festa de cariz cristão, mantém arreigadas tradições festivas pagãs. Cristianismo e paganismo comungam numa mesma festividade através dos seus símbolos.

1.2 - Manifestações pagãs e religiosas: os símbolos das festividades

São vários os símbolos destas festividades que permitem verificar, na atualidade, a coexistência de manifestações pagãs e religiosas. Alguns desses símbolos são resquícios dos rituais pagãos de outrora, como a fogueira, outros de origem religiosa, como as cascatas, outros ainda, são fruto da criação contemporânea e, por vezes, comercial, destas festividades.

1.2.1 – A Fogueira e o balão

A fogueira é o elemento comum a todas as festividades sanjoaninas. Tal facto deve-se à ancestralidade – anterior à era cristã - e à simbologia do fogo - purificação e renascimento.

Muito tempo antes de o dia 24 ser instituído como o dia do nascimento de São João, já os povos celebravam, com grandes fogueiras, a chegada do sol e do calor, representativos de abundância e fertilidade. Em 58 a.C., quando a Gália, atual França, foi conquistada, os bárbaros já comemoravam o solstício do verão no dia 22 ou 23 de junho.

Associado à fogueira surge o balão, também ele com uma simbologia de purificação e regeneração pelo fogo.

1.2.2 – As Bandeirinhas

Era comum, no Brasil, que nas festas juninas as imagens dos três santos populares - Santo António, São João e São Pedro - fossem gravadas em grandes bandeiras coloridas. Essas bandeiras eram colocadas em água num rito conhecido como lavagem dos santos. A ideia era a purificação da água e de quem se banhasse com ela. Com o passar do tempo, as grandes bandeiras deram lugar às famosas bandeirinhas em alusão a esse ritual (FERNANDES, 2015, s/p).

1.2.3 – Os Manjericos

O manjerico é a erva aromática que celebra o São João e também Santo António e São Pedro. Reza a tradição que se deve comprar o manjerico e conservá-lo até o dia seguinte. Não se deve cheirar, apenas tocar com a mão para sentir o cheiro. O manjerico está relacionado com o amor, daí as quadras populares, muitas vezes de cariz romântico, que o acompanha. Esta associação reflete a reputação dos santos populares como santos casamenteiros (Símbolos de São João no Porto, 2011, s/p).

1.2.4 - Os alhos-porros e os martelinhos

O alho-porro e, posteriormente, o martelo são símbolos de boa sorte. Bater em quem passa é desejar-lhe fortuna.

1.2.5 – A Gastronomia típica

Dependendo do país onde se celebram as festividades, a gastronomia difere. Em Portugal predomina a sardinha assada, a broa e o vinho. Sem se saber com exatidão a origem desta tradição,

não deixa de ser curiosa a analogia dos três elementos gastronómicos típicos do São João, uma festividade pagã que foi sacralizada, com elementos simbólicos da prática religiosa: peixe, pão e vinho.

1.2.6 – As cascatas

São, no entanto, as cascatas que marcam a tradição das festividades do São João. Segundo Sara Gerivaz (2016, s/), as cascatas “unem a tradição e a criatividade e refletem histórias: das ruas, dos edifícios e sobretudo das pessoas da cidade ...”.

Quanto à sua origem, início e significado, não existem dados que possam dar respostas concretas. Sabe-se que, no Porto, as cascatas terão aparecido no século XIX começando por ser obra dos rapazes que, inicialmente, montavam à entrada dos bairros uma estrutura, algo rudimentar, que assentava apenas num pouco de musgo ou areia no chão e os três santos populares - Santo António, São Pedro e São João – e onde se mantinham pedindo algum dinheiro a quem passava e com o qual iam aumentando, ano após ano, a cascata com novas figuras e outros elementos, que requeriam mecanismos mais avançados para funcionar, como o caso da água (GERIVAZ, 2016, s/p) e que lhe vem acrescentar uma outra dimensão em contexto religioso. Segundo Germano Silva, citado por Sara Gerivaz (2016, s/p) “a água faz parte dos rituais de São João, os banhos de São João nas fontes, nos rios, tomados antes do nascer do sol, para apanhar as orvalhadas e ficar imune a doenças durante o ano”. A água representa ainda a purificação, não podemos esquecer que foi com água que São João Batista batizou Jesus Cristo. Podemos, assim, entrever na cascata a coexistência do pagão com o religioso. Para além da crença popular na cura pela água, acresce a vertente religiosa, que se manifesta na presença das imagens dos santos, na simbologia da água e, na opinião de Nuno Resende, na própria estrutura da cascata em escadaria, considerando ser uma “apropriação mais popular das estruturas das igrejas para o espaço público”, lembrando os retábulos e o altar (GERIVAZ, 2016, s/p).

Com o passar do tempo, as cascatas cresceram e, com um cunho muito pessoal de quem as constrói, vão contando histórias do quotidiano das pessoas que pertencem à comunidade que retratam, algo que é facilitado pela partilha de pensamentos e de gerações. Tal é o caso da Cascata “do Quim do Pedro”, em Vermoim, na freguesia Cidade da Maia.

2 – A cascata do “Quim do Pedro”

2.1 – As origens

Todos os anos em junho abre, na Casa do Povo em Vermoim sita na Rua do Cavaco, N.º 277, aquela que é conhecida pela maior e mais sui generis cascata de S. João. Composta por 150 componentes, os movimentos na voz de Augusto Ferreira, e cerca de 300 figuras, a Cascata “do Quim do Pedro” é já sobejamente afamada devido à sua dimensão e características, nomeadamente o movimento de todas as figuras e a perfeição de todos os componentes (Fig. 1 e 2).

O início desta cascata remonta ao século XIX, mais propriamente ao ano de 1898, quando Rodrigo Ferreira de Sousa e Silva (Fig. 3), conhecido como o Rodrigo do Pedro, construiu a sua primeira cascata. Teria cerca de 8 anos.

Esta primeira cascata, que tinha cerca de 1,50cm, foi montada sobre a Ribeira do Pousão, no Lameiro do Barros, na Rua de S. Romão em Vermoim, por altura da festa de São João do Buraco do

Lugar do Pousão, no n.º 1867. Ficava, portanto, a meio do caminho entre o Lugar do Outeiro e a Igreja.



Fig. 1 – Ala Oeste da Cascata © Liliana Aguiar

Fig. 2 – Ala Este da Cascata © Liliana Aguiar



Inicialmente era movimentada a água, que se encontrava numa pipa cheia para o efeito, que era dirigida por canalização feita por canas de foguetes e “sameiras” (caricas). O objetivo era estar a funcionar na noite de São João, sendo o ex-libris da freguesia (Fig. 4).

Rodrigo do Pedro, entretanto adoeceu e veio a falecer em 1969 fazendo com que a cascata estivesse um longo período sem dar o ar de sua graça, cerca de trinta anos. Na década de 80 do século XX, Augusto Ferreira (Fig. 5), neto de Rodrigo do Pedro, desafiou o pai, Joaquim Ferreira da Silva (Fig. 6), a dar continuidade à obra do seu avô para deixar um legado vivo da família ao seu então único filho, António Augusto, que na época tinha 4 anos.



Fig. 3 – Rodrigo Ferreira de Sousa e Silva, cedida por Augusto Ferreira



Fig. 4 – A Cascata em 1951, cedida por Augusto Ferreira



Fig. 5 – Augusto Ferreira © Liliana Aguiar

Com amor à obra e com o intuito de fazer renascer a cascata, duas gerações uniram esforços e reiniciaram a obra do seu antecessor, à qual conferiram um cunho muito pessoal e um objetivo bem definido: transformar a cascata novamente no ex libris de Vermoim, parte integrante da Freguesia Cidade da Maia desde 2013 (Fig. 7). Joaquim Ferreira da Silva, o conhecido Quim do Pedro, e os seus dois filhos Augusto Ferreira e Rodrigo Ferreira, deram assim continuidade a uma obra cuja designação passou a ser “Cascata do Quim do Pedro”, devido à renovação dada pelo sucessor Joaquim Ferreira da Silva.



Fig. 6 – Joaquim Ferreira da Silva, cedida por Augusto Ferreira

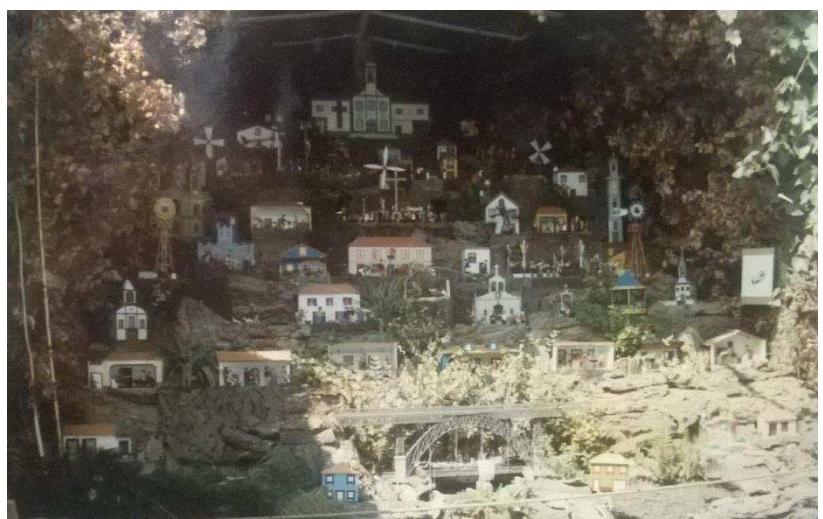


Fig. 7 – A Cascata após recuperação, cedida por Augusto Ferreira

2.2– A procura de um espaço

Após a decisão de reiniciar a cascata, seguiu-se o momento de abrir o “baú das memórias” e trazer à luz o que dela sobrava e que consistia nos elementos e nas recordações que daí provinham.

Verificaram que algumas das peças, após anos fechadas, estavam irremediavelmente perdidas, outras encontravam-se possíveis de restauro, que trataram logo de efetuar. Após o restauro

das peças, a cascata iniciou um novo percurso. Aumentando de ano para ano, tornou-se necessário um novo espaço onde a obra pudesse ser admirada.

Havia já alguns anos que a Paróquia de Vermoim tinha sugerido a montagem da cascata no salão paroquial. Perante a sugestão, Joaquim Ferreira da Silva iniciou contactos no sentido de ver concretizado esse desejo da paróquia. Faleceu em 1996, sem que tal acontecesse. Em 1997, um ano após a sua morte, a cascata foi acolhida a pedido do Padre Mário Augusto, onde ficou apenas esse ano (Fig. 8). Desmontada, aguardou até 1999 para ser colocada na antiga junta de freguesia de Vermoim, onde esteve durante três anos, até ao ano de 2002. A logística que implicava a montagem e desmontagem da cascata, não permitiu a viabilidade da permanência da obra naquele local. Era imperativo, devido à dimensão e complexidade da obra, encontrar um local onde pudesse estar exposta de forma permanente.

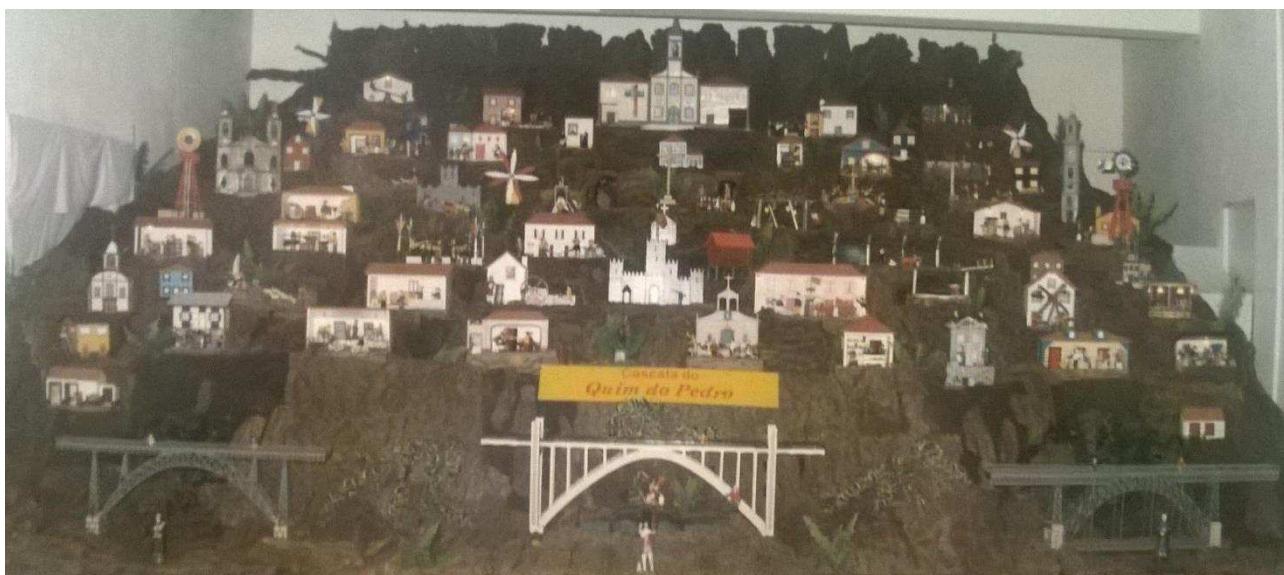


Fig. 8 – A Cascata em 2002, cedida por Augusto Ferreira

Foi Joaquim Leça que, consciente da importância da Cascata do Quim do Pedro para a freguesia e para as gentes da terra, propôs aos dois irmãos, após a abertura da Casa do Povo de Vermoim em 2009, a montagem da cascata, a título permanente, no salão do piso inferior da instituição que obedecia ao principal critério que a obra necessitava para se fixar definitivamente: o espaço para expor e trabalhar. Concordando com a proposta, a Cascata do “Quim do Pedro” foi levada e montada permanentemente em 2012 nesse espaço onde, todos os anos, pode ser visitada nos meses de junho e julho.

2.3. A reconstrução e ampliação

Não sabendo muito bem como aprendeu a arte, se por observação se por lhe “estar no sangue”³, Augusto Ferreira referiu que começou a trabalhar para a cascata teria cerca de 27 anos. Já casado utilizava a garagem de seu sogro para o fazer. Local frio, refere que muitas vezes colocava o capacete na cabeça para o suportar e, assim, passava noites seguidas a trabalhar para a obra que, segundo ele, lhe “está sempre na ideia”.

³ Augusto Ferreira referiu que na família existiam tamanqueiros, tal como o seu bisavô, e que seu pai, Joaquim Ferreira da Silva, fora salteiro, fazia saltos em madeira para os sapatos das senhoras.

Oriundo de famílias que trabalhavam a madeira, tamanqueiros e salteiros, o modus-operandi e a matéria-prima que utiliza são-lhe familiares. Utilizando a madeira de amieiro e pinho, recursos naturais e acrescentando o metal para pequenos componentes, os elementos da cascata vão ganhando forma pelos movimentos certeiros, confiantes e perfeitos das mãos do artista⁴ que utiliza, para o efeito, ferramentas transversais às profissões que tem a madeira o objeto de transformação: o compasso para desenhar roldanas; a grossa inteira e a grossa de meia cana para a abertura de orifícios; o formão; o serrote de costas; o martelo; as goivas e a lixa.

Fig. 9 – As ferramentas utilizadas na construção dos elementos da Cascata © Liliana Aguiar



Aos poucos, e na perfeição de quem ama a sua obra, vão surgindo todos os anos novos movimentos com novos temas.

Os temas são aleatórios, provenientes muitas vezes de propostas de quem visita a cascata. No entanto, predominam movimentos que retratam profissões, vivências e espaços do quotidiano de antigamente, documentando, de certa forma, as memórias das vivências do passado. Independentemente da presença de alguns elementos de carácter regional como as pontes sobre o Rio Douro, a Torre dos Clérigos e o Castelo de Guimarães, prefiguram principalmente elementos de âmbito local. São, deste modo, retratadas:

- a) Profissões e ocupações tais como o pedreiro; o moleiro; o padeiro; o ferrador; o barbeiro; a lavadeira, o lavrador, o serrador, o tanoeiro e o sapateiro;
- b) Atividades agrícolas sazonais tais como a desfolhada; a vindima; a malhada e a matança do porco;
- c) Edifícios locais, antigos e da atualidade, tais como os diferentes edifícios dos Paços do Concelho da Maia; as igrejas e as escolas primárias;
- d) Espaços públicos tais como jardins; as rotundas onde prefiguram notáveis da Maia e o jardim zoológico.



É deste modo que todos os anos a cascata aumenta obrigando a reajustes no espaço de exposição. Para este ano as novidades centram-se na estação de caminho-de-ferro da Maia, já desativada, (Fig. 10); numa casa

Fig. 10 – Estação de comboios da Maia © Liliana Aguiar

⁴ Artista na medida em que na sua obra encontram-se materializadas, para além das técnicas tradicionais de produção, as vivências, as memórias, mas acima de tudo as emoções. A obra é a representação desse estado emocional e a materialização de quem fisicamente está ausente e a forma de perpetuar essas vivências e essas memórias.



tradicional (Fig. 11) e na rotunda onde se construiu a obra de homenagem ao Dr. Germano Vieira, em Gueifães (Fig. 12).

No entanto, esta instalação é muito mais do que uma construção imponente em tribuna com 22 metros de comprimento. Como foi dito, esta cascata diferencia-se das demais, não só pelas dimensões, mas também pelo movimento da maioria das suas figuras. Para isso, contribui um mecanismo, constituído por roldanas e cerca de 1 km de fio, nos bastidores da cascata que, movidos recorrendo à utilização de motores de máquinas de lavar roupa, dão vida às diferentes cenas do quotidiano (Fig. 13) e fascinam quem por lá passa.

Fig. 11 – Casa Tradicional © Liliana Aguiar

Questionado sobre o futuro da Cascata, Augusto Ferreira refere que, enquanto conseguir, fará sempre a cascata pois não pode, nem consegue, viver sem o fazer. Por isso todo o ano é um processo que implica horas infindáveis de pensamento, planeamento e execução de elementos novos para uma obra que nunca está terminada e é digna de uma visita demorada.



Fig. 12 – Obra de homenagem ao Dr. Germano Vieira © Liliana Aguiar



Conclusão

Ter orgulho no nosso passado é decisivo para se viver o presente. É esta máxima que move Augusto Ferreira, o atual impulsor da Cascata “do Quim do Pedro”, a manter viva a tradição que se iniciou com o seu avô Rodrigo Ferreira de Sousa e Silva, que cresceu com seu pai, Joaquim Ferreira da Silva e se renovou consigo e seu irmão Rodrigo Ferreira.

Movido pelo amor à sua obra, este artista refere que enquanto viver se dedicará à sua obra que representa, para si, mais do que uma tradição. Representa, acima de tudo as memórias da sua vivência passada em comunidade e uma história de vida, da

Fig. 13 – Mecanismo de fios e roldanas para os movimentos da Cascata © Liliana Aguiar

vida de três gerações que se dedicaram e dedicam a uma construção ímpar que, dadas as características e dimensões, será exclusiva a nível nacional e tem de ser vista e sentida por todos como elemento único do património local.

REFERÊNCIAS ON-LINE

COUTO, Anabela; CORREIA, Hugo Manuel (2005) – Tradição das cascatas marca o São João no Porto [Em linha]. 23 de junho. Disponível em <https://helderpacheco.wordpress.com/criticas-de-imprensa/tradicao-das-cascatas-marca-o-sao-joao-no-porto/>. Consultado em 02 de junho de 2017.

Cristianismo e paganismo (2015) [Em linha] 07 de setembro. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Cristianismo_e_paganismo. Consultado em 29 de maio de 2017.

Festa Junina (2017) [Em linha] 25 de maio. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Festa_junina. Consultado a 01 de junho de 2017.

FERNANDES, Robson (2015) – Os Símbolos da Festa Junina [Em linha]. Blog. Disponível em <http://caleberobson.blogspot.pt/2015/06/os-simbolos-da-festa-junina.html>. Consultado em 27 de maio de 2017.

Fogueira (s/d) [Em linha] dicionário de símbolos: Significado dos símbolos e simbologia. Disponível em <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/fogueira/>. Consultado em 27 de maio de 2017.

GERIVAZ, Sara (2016) – As Cascatas de São João são feitas de histórias e pessoas [Em linha]. 23 de junho. Disponível em <https://jpn.up.pt/2016/06/23/cascatas-sao-joao-feitas-historias-pessoas/>. Consultado em 29 de maio de 2017.

Paganismo (2007) [Em linha] 14 de maio. Disponível em <http://areligiao.blogs.sapo.pt/668.html>. Consultado em 27 de maio de 2017.

RIBEIRO, Fernando (2010) – Antigas Tradições de São João no Porto. [Em Linha] *A matéria do tempo* blogspot. Disponível em <http://amateriadotempo.blogspot.pt/2010/06/antigas-tradicoes-do-sao-joao-no-porto.html>. Consultado em 27 de maio de 2017.

São João no Porto (2016) [Em linha] 23 de junho. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Jo%C3%A3o_no_Porto. Consultado a 25 de maio de 2017.

Símbolos de São João no Porto (2011) [Em linha] 21 de junho. Disponível em <http://noticias.sapo.pt/info/artigo/1162491>. Consultado em 26 de maio de 2017.

Os sistemas de atrelagem de bois O jugo e a sua importância ao longo dos séculos.

Sara Lobão Martins*

Resumo: A junta de bois e o jugo foram utilizados ao longo dos séculos e representados nas mais variadas manifestações artísticas. Esta tríade- bois, jugo, arado, tão simples e eficiente persiste até aos dias de hoje, embora esteja cada vez mais em desuso. A coleção do Museu de História e Etnologia da Terra da Maia, MHETM designada de Coleção Engenheiro Moreira de Figueiredo, é o reflexo/ imagem daquela que outrora foi a paisagem agrícola e o modo de vida das pessoas da Região do Entre Douro e Minho, região essa em que se insere o concelho da Maia. Desta fazem parte jugos e cangas. Dentro da coleção de alfaias os mesmos inserem-se na categoria dos Sistemas de Atrelagem e dos Transportes. Os jugos enquanto alfaia agrícola tiveram na Terra da Maia o seu apogeu, mas resta-lhe agora o quase mero papel decorativo, numa sociedade cada vez mais esquecida dos seus costumes agrícolas e do trabalho da terra.

Palavras-chave: Sistemas de atrelagem; Jugo; Bois;

““*Todo o objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem ter tido por isso na sua origem um destino patrimonial*”,

Françoise Choay¹

A Península Ibérica recebeu ao longo da sua formação vários contributos demográficos e culturais originários dos mais variados quadrantes geográficos. De acordo com o estudo de Manuel Faria² os primeiros bovinos domesticados terão chegado até nós pelos povos pré-históricos do Neolítico, entre eles os utilizadores das vias terrestres, mas também dos que chegaram pela via marítima.

Com os passar dos séculos, sucederam-se as mais variadas aculturações e a entrada na Península dos Gregos Fenícios e dos Cartagineses, uns oriundos do Mediterrâneo, outros do Norte de África, bem como dos Romanos que agitaram as trocas comerciais vindas das mais variadas regiões, fizeram com que chegassem até nós de igual modo as mais variadas espécies de animais, sobretudo daqueles que poderiam ajudar no trabalho agrícola – o gado.

A esta era de evolução comercial, seguiu-se uma decadência que chegou com os povos bárbaros, os suevos e os visigodos. Ao longo da história e dos seus acontecimentos a população soube movimentar-se, procurar melhorias na condição de vida, na subsistência, na criação de produtos e de animais.

Esta tríade- bois, jugo, arado, tão simples e eficiente persiste até aos dias de hoje.

O Museu de História e Etnologia da Terra da Maia tem na génese da sua coleção³ um conjunto de alfaias agrícolas que foram fruto de uma recolha levada a cabo pelo Engenheiro Moreira de Figueiredo, (que dá o nome à mesma por ter sido o autor da recolha) composta por alfaias⁴

* Câmara Municipal da Maia. MHETM

¹ *L'allégorie du patrimoine*, p. 25

² Faria; Manuel Mouta. Os Cornos do Auroque; Raças de Bovino no Entre Douro e Minho;

³ COLEÇÃO s. f. – Equivalente em francês: collection; inglês: collection; espanhol: colección; alemão: Sammlung, Kollektion; italiano: collezione, raccolta.

⁴ Fem. pl. de alfaia ;al·fai·a ; substantivo feminino; Utensílio de adorno, tanto de casas como de pessoas. ; Utensílio de lavoura.

agrícolas, que foram sendo recolhidas pelo próprio enquanto funcionário da Câmara Municipal da Maia. O fio condutor desta recolha estava tão-somente, nas lembranças que o próprio tinha da infância, nas memórias de um passado vivido e partilhado com todo um conjunto de objetos aos quais quis dar vida, numa tentativa de preservação para que no futuro ambos se perpetuassem.

A coleção do Museu de História e Etnologia da Terra da Maia, MHETM designada de Coleção Engenheiro Moreira de Figueiredo, é o reflexo/ imagem daquela que outrora foi a paisagem agrícola e o modo de vida das pessoas da Região do Entre Douro e Minho, região essa em que se insere o concelho da Maia.

Esta coleção permite-nos compreender a lenta evolução tecnológica que se foi processando ao longo dos anos, bem como o tipo de vida no campo, (trabalho agrícola, de criação de gado) marcado pelas estações do ano e pelas tarefas agrícolas, completando assim todo o ciclo agro-laboral.

Como o trabalho agrícola não era dissociado da criação de gado, torna-se indispensável retratar a atividade dos animais na agricultura, a sua força de trabalho, a produção de estrume bem como a alimentação para o homem. Daí que, a quantidade de gado fosse mostra e fonte de riqueza, de poder e motivo de orgulho traduzido na ornamentação do gado aquando do trabalho agrícola.

Da coleção do Museu fazem parte jugos e cangas. Dentro da coleção de alfaias os mesmos inserem-se na categoria dos Sistemas de Atrelagem e dos Transportes.

Dos sistemas de transportes fazem igualmente parte os carros de bois. Considerando que de alguma forma, um não se dissocia do outro, sobretudo no que ao trabalho agrícola diz respeito, dos carros de bois importa referir que foram durante muito tempo o único e primordial meio de transporte de pessoas e de bens. A sua utilização era diversa e o seu canto, assim era conhecido o som característico reproduzido pelo mesmo, bem conhecido junto das gentes que o utilizavam. Um dos primeiros registos escultóricos de um jugo, vem precisamente com um carro de bois na escultura do *Carro Votivo de Vilela*, que remonta ao séc. IV a. C. - Paredes e que se encontra no Museu da Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães.

O Carro Votivo é feito de bronze e é datado dos meados do primeiro milénio antes de Cristo. Foi encontrado, juntamente com um espoto, em 1920 na Bouça do Custódio, Monte da Costa Figueira, freguesia de Vilela.



Fig. 1 – Carro votivo de Vilela (Paredes)

A junta de bois e o jugo foram utilizados ao longo dos séculos e representados nas mais variadas manifestações artísticas. No Egito, Babilónia, na China e na Índia são visíveis pinturas e baixo relevos de homens a trabalhar a terra.

O carro de bois era, tal como o jugo e a maioria das alfaias agrícolas, produzido pelo carpinteiro e vendido nas feiras. Para a sua produção recorriam a um conjunto de ferramentas específicas podendo demorar até cerca de um mês a estar pronto.

Os jugos⁵

A agricultura era sem dúvida alguma um elemento unificador deste território, da Terra da Maia, maioritariamente ligado à exploração agrícola, de pequenas parcelas de terreno, de exploração familiar e de autossubsistência.

Na Terra da Maia, o trabalho agrícola e a criação de gado faziam parte da subsistência da maioria das famílias. Não é de admirar, portanto que sejamos detentores de uma longa tradição na criação, utilização e exportação de gado de raça bovina, que através do seu aspeto físico mostrava a importância e a nobreza da casa a que pertencia. Terá sido assim, com a finalidade de realçar a opulência e espetacularidade deste animal que se começou a enriquecer o jugo.



Fig. 2 – Jugo da Maia. Foto António Azevedo

Jugo esse que era considerado um apetrechamento de luxo, feito por carpinteiros, grandes artesãos, que são de igual modo escultores e pintores, pelo trabalho, empenho e cuidado posto na madeira desde a confeção até à decoração e pintura do mesmo. A utilização do *jugo* ou *canga* tem como objeto único o aproveitamento da força de tração do animal.

A utilização de jugos ou cangas persiste até aos nossos dias ainda que com uma intensidade muito diferente de outrora.

Os jugos ou cangas são classificados de acordo com a parte do animal em que a força de tração é exercida. Existem assim duas formas de o fazer: através do sistema cornal, em que o animal puxa o jugo pela cabeça e através do sistema jugular, em que o animal puxa o jugo pelo cachaço.

Na grande maioria dos casos o sistema cornal é utilizado juntamente com o jugular.

⁵ ju·go substantivo masculino; Peça de madeira que une os bois de uma junta. = CANGA; Junta de bois. = PARELHA in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa <https://www.priberam.pt/DLPO/jugo>

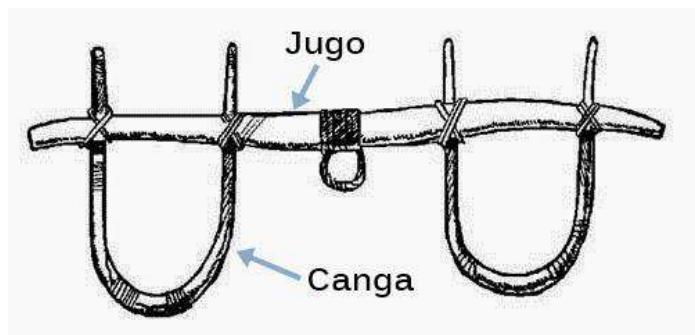


Fig. 3 – Esquema do jugo mais simples

Quanto ao seu formato pode ser de trave ou de tábua. O jugo de trave consiste num barrote grosso, liso, baixo e com recortes, enquanto que o de tábua se caracteriza por ser talhado numa tábua alta e espessa.

Os jugos de tábua são utilizados quase de forma exclusiva no litoral Noroeste, nomeadamente nos distritos de Aveiro, Porto, Braga e Viana do Castelo.

A grande maioria dos jugos ornamentados que se conhecem, sempre que estão datados, remontam à segunda metade do século XIX, sendo que o exemplar mais antigo é de 1868.

Normalmente os jugos de tábua anteriores à segunda metade do século XVIII eram baixos e apresentavam uma decoração com formas mais ou menos alongadas cuja finalidade servia para lhe retirar peso.

O jugo variante da Maia

Os jugos de tábua altos, vazados e lavrados parecem surgir em meados do século XIX, sob a forma de variante da Maia.

Segundo Ernesto Veiga de Oliveira a decoração nos jugos de tábua deve-se ao aparecimento de uma burguesia rural ligada à terra, detentora de meios financeiros adquiridos devido à emigração de zonas como o Brasil, e devido às reformas de Mouzinho da Silveira que ocorreram entre 1832 e 1834.

A ascensão económica desta classe fez com que procurassem também no jugo (entre outras alfaias agrícolas) uma forma de afirmação, onde pudessem exibir a sua riqueza, o orgulho e o amor pela sua terra. Não é por acaso que foram criados os jugos de parada, que serviam apenas para desfilarem junto com os bois, como forma de mostrar riqueza e ostentação.

Os jugos foram alvo de um “*Estudo Ethnographico*” por de Leite de Vasconcellos, que os agrupou em três categorias. A dos ornatos - que se podiam dividir em símbolos extintos e símbolos

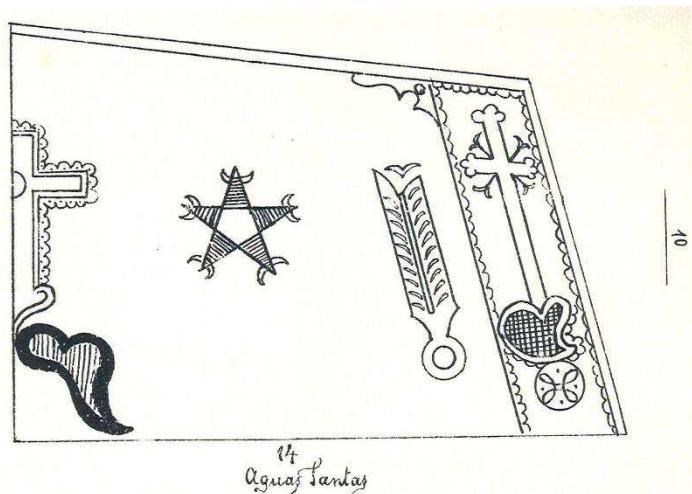
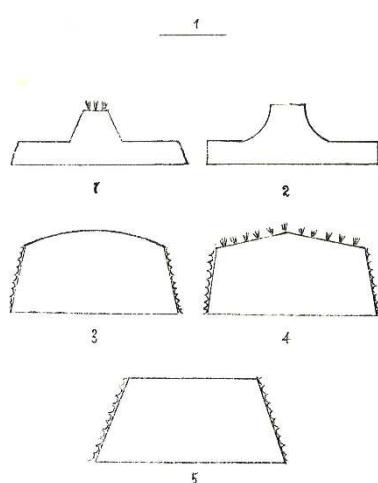


Fig. 4 e 5 – Dois desenhos de José Leite de Vasconcellos sobre jugos

vivos, a dos motivos simbólicos - cujo significado já não vai para além do decorativo e a dos símbolos vivos - que são detentores de um significado religioso ou mágico. Os motivos simbólicos seriam usados de forma consciente ou inconsciente, já os decorativos (ornatos) dividiam-se em tradicionais e/ou ocasionais.

Os jugos enquanto grandes esculturas de luxo poderiam ter ainda imagens do santo padroeiro, da cruz de Cristo, cálices e a Hóstia da Eucaristia como símbolos de proteção dos animais e dos Homens. Utilizava-se ainda a balança como símbolo de justiça ou o primeiro rei de Portugal - D. Afonso Henriques.

Leite de Vasconcellos conseguiu com o seu estudo demonstrar as semelhanças da arte existente nas cangas e jugos do Douro e Minho, com as variadas manifestações decorativas do românico remontando até à pré-história.

A simbologia característica da decoração dos jugos e cangas permitia ao mesmo tempo, torna-los únicos e inigualáveis, distinguindo-os e agrupando-os por casas e regiões.



Fig. 6, 7 e 8 – Três fotografias de carros de bois no Porto antigo, de Charles Chusseau-Flaviens



A importância dos jugos e dos animais era bem visível inclusive nas crenças populares, nas rezas e mezinhas que existiam em torno dos mesmos. Para tratar o “tizorelho”, dizia-se: *Tizorelho vae-te d'aqui, que bois e vacas cangam aqui.*

Acreditava-se ainda, que o bafo dos bois era sagrado porque bafejaram o Menino Jesus no presépio, por isso se davam as sementes que iam ser deitadas à terra para que os bois as bafejassem. No Museu Nacional de Etnologia podemos encontrar uma vasta coleção de jugos resultado de uma recolha feita por Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, sob a direção de Jorge Dias. Esta recolha, fruto de um trabalho que durou trinta anos, levou ao levantamento e ao conhecimento sistemático da realidade rural de norte a sul do país. Mais tarde resultou na publicação “*O estudo dos Sistemas de atrelagem dos bois em Portugal*” e aqui foram distinguidos pela primeira vez os dois tipos morfológicos de jugos em Portugal: o jugo de trave e o jugo de tábua e as suas variantes.

Esta é ainda nos dias de hoje a maior obra de referência nesta matéria.

O jugo enquanto obra de arte vale a pena ser preservado e valorizado. Não é por acaso que foi eternizado numa coleção comemorativa de moedas lançada pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda, em colaboração com o Museu Nacional de Etnologia, da série “Etnografia Portuguesa”. Esta série, que se estenderá até 2018, começou em 2013 com uma moeda alusiva às arrecadas de Viana do Castelo.

Hoje em dia estas alfaias agrícolas, consideradas já como acessórios de luxo foram desaparecendo e encontram-se na decoração de casas e até mesmo de antiquários. O seu desuso por consequência do abandono dos trabalhos rurais tem levado a que cada vez mais este seja um sinal dos tempos modernos. Os feitores (aqueles que faziam e esculpiam os jugos), já estão praticamente extintos nesta profissão.

Resta-nos preservar e valorizar este património que tão bem nos representava e envaidecia, para que possa servir de testemunho para as gerações vindouras.



Fig. 9 – Moeda da série de Etnografia dedicada ao Jugo. 2014, INCM

Bibliografia:

- AZEVEDO, António; Pedaços do tempo. Pelouro da Cultura da Câmara Municipal da Maia; Novembro de 2002.
- BRITO, Joaquim Pais de; CAMPOS, Ana Margarida; COSTA, Paulo Ferreira da – Alfaias Agrícolas. Normas de Inventário, Direção de Serviços de Inventário/Instituto Português de Museus, 1ª Edição, Maio 2000.
- CARDOZO, Mário (1946). *Carrito votivo de bronce del Museo de Guimarães (Portugal)*, AEA, 19 (62), 1946.
- CHOAY, F. (1992). L'allégorie du patrimoine. Paris: Ed. Seuil.
- FARIA, Manuel Mouta. Os Cornos do Auroque. Raças de bovinos no Entre Douro e Minho; Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte. Edição on-line 2007.
- HERNÁNDEZ, Josep Ballart; JUAN I TRESSERAS, Jordi (2005)- Gestión del patrimonio cultural. Barcelona: Ariel.
- MATTOS Armando de, "A arte dos jugos e cangas do Douro Litoral". Porto, 1942.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando, PEREIRA, Benjamim – Alfaia agrícola Portuguesa. Instituto Nacional de Investigação Científica, 2ª Edição, Lisboa, 1983.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim – Tecnologia Tradicional Portuguesa: O Linho. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1978.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim – Sistemas de atrelagem dos bois em Portugal ; Lisboa : Centro de Estudos de Etnologia, 1973
- SILVA. Armando Coelho Ferreira da. *A cultura castreja no noroeste de Portugal*. MACS. Paços de Ferreira 1986.
- VASCONCELOS, Joaquim de "Ensaio sobre a arquitectura românica em Portugal", in *Arte*. Porto, Jan./Fev., 1908.
- VASCONCELLOS, José Leite de "Estudo etnographico a propósito da ornamentação dos jugos e cangas dos bois nas províncias portuguesas do Douro e Minho". Porto, 1881.
- VELOSO, Sousa; GARRIDO, Jorge; BETTENCOURT, José Maria - A Vida Rural Moderna. Editorial o século.

Webgrafia:

- <http://aoencontrodopassado.blogs.sapo.pt/24434.html>
<http://portoarc.blogspot.pt/2016/10/transporte-de-todas-as-mercadorias-por.html>
https://www.incm.pt/portal/loja_detalhe.jsp?codigo=10242

Lembranças, 1945
O Aeroporto de Pedras Rubras segundo o manuscrito de Joaquim Dias Salgueiro
Parte 2

Armando Mário Moreira Tavares*

Resumo: Através da leitura e transcrição de um manuscrito de Joaquim Dias Salgueiro, de Vila Nova da Telha – Maia, procura-se seguir o percurso de construção do Aeródromo do Porto, depois Aeroporto de Pedras Rubras e hoje Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro.

Palavras-chave: Vila Nova da Telha; Moreira; Aeroporto, Manuscrito

Conclui-se agora a publicação do manuscrito de Joaquim Dias Salgueiro, que se iniciou no número anterior desta Revista, que convidamos o leitor a consultar. Voltamos a lembrar que:

- Optamos pela transcrição seguindo a ortografia original, inclusive alguns «lapsos» de escrita; fica assim assegurada a tipicidade da linguagem e o resgatar de algumas palavras já quase desaparecidas do nosso vocabulário, e que, por isso, já não se ouvem no quotidiano da localidade;
- Alteramos a ordem original dos temas de modo a apresentar o texto de forma mais lógica e compreensível para o leitor.

12 – Marcos que desapareceram¹

Com a construção do aeródromo desapareceram dois marcos de freguesia que eram tambem de concelho.

Tomando por base de alinhamento um marco secular que se encontra levantado no campo do Ribeiro, da nossa casa, “Casa do Salgueiro de Vilar” tambem com o mesmo fim, farei aqui a singela descrição do alinhamento que havia entre as freguesias de Vila Nova da Telha, Moreira e Perafita.

Partindo do marco que se acha levantado no campo do Ribeiro pela extrema dos limites das freguesias de Vila Nova da Telha e Perafita do concelho de Matozinhos em direção aproximada de Leste até ao lugar conhecido por Cancelas Vermelhas, ai havia outo marco este estava levantado dentro da entrada e ao lado norte na bouça do snr. “Macedo Galante” de Freixieiro que ficava situada para norte do caminho publico.

Havia um outro marco no extremo limite das freguesias de Vila Nova da Telha, Moreira e Perafita, do concelho de Matozinhos, este estava levantado dentro da bouça alguns poucos metros do snr. Domingos Alves Moreira, tambem conhecido por Domingos da Inacia, este marco tomando a direção de nordeste alinharia não sei se para um outro marco em P. Rubras, nos limites das freguesias de Vila Nova da Telha e Moreira. A bouça do snr. Alves Moreira ficava tambem situada pelo norte do caminho dos Maninhos que comunicava com o lugar dos Marcos.

* Câmara Municipal da Maia – Museu de História e Etnologia da Terra da Maia.

¹ SALGUEIRO, Joaquim Dias, in manuscrito *Lembranças, 1945*, Vila Nova da Telha Vol. I, fl.10v-

Pelo que se observa o caminho publico desde as “Cancelas Vermelhas” aos Marcos era pertença da freguesia de Perafita, concelho de Matozinhos.

Os dois marcos foram arrancados do seu primitivo lugar quando da terraplanagem no mês de Maio de 1945, encontram-se levantados no aeródromo, junto ao escritorio da camara do Porto, como memoria voltados com a face para o sul e plantaforma. Todos os tres marcos têm as iniciais A NR e a era 1612.

Tanto as iniciais como a pedra de que são feitos, indica ser obra do mesmo tempo e do mesmo artista.

13 - O 1º avião oficial²

No dia 21 de Abril de 1945, aterrou aqui no aeroporto de Pedras Rubras, vindo da Portela de Sacavem, um avião “Douglas-Dakota”, conduzindo a bordo além do Director do Secretariado da Aeronautica Civil, snr. Tenente coronel Humberto Delgado, vinham no “Douglas Dakota” os snrs. Major Humberto Pais, sub-director daquele organismo, capitães Bittencourt e Quintino da Costa; engenheiro Leote Manuel Bivar e Aguiar, tenente Trindade dos Santos, piloto Quartim; capitão Euripedes e tenente Maia, que pilotavam o bimotor, outras individualidades, Amadeu de Freitas de “o Seculo”.

No aeroporto esperavam a chegada do avião o snr. Major Oliva Teles, instrutor do Aero - Clube do Porto, Carlos Carneiro, director do mesmo Clube, engenheiro Nogueira Soares, director dos Serviços de Urbanização e obras da Camara Municipal do Porto; engenheiro Noronha e Tavora; pilotos civis Jorge Novaes, Casimiro de Oliveira, Pena Gabriel, Raul de Carvalho, Manuel Meneses, José Serra, João Marques Pinto, João Gaspar, Guerreiro Chaves, Antonio Casebre; Mariani e Antonio Peres.

Depois da troca de cumprimentos, o snr. Tenente coronel Humberto Delgado deu a conhecer que a viagem demorou da Portela de Sacavem a Pedras Rubras setenta e seis minutos. A viagem serviu para experimentar o primeiro “Radio - Farol” português montado nos Olivais - elemento de sinalização aérea, que, na sua primeira prova correspondeu plenamente O “Radio Farol” funciona de dia e de noite “atirando para o ar” de minuto a minuto, as letras “L B” do seu indicativo.

Falando aos jornalistas, o director do Secretariado da Aeronáutica Civil informou que o principal motivo da viagem era promover a campanha pró - aviação junto do Aero - Clube do Porto, no seu triplo aspecto: aviação com motor, sem motor e aeromodelismo.

O importante organismo oficial recebeu no dia 16 do comando Geral da Aeronáutica, os aviões de transporte para que os pilotos que estão no estrangeiro a especialisar-se, possam quando regressarem, proceder aos vôos experimentais das carreiras projectadas. Foi concedido à firma Daune Blech, a titulo precário, a exploração dos serviços de táxis aéreos.

As primeiras linhas comerciais a funcionar serão as externas, e enquanto não estiver bem definida a necessidade dessas concessões, o Secretariado da Aeronautica Civil não dará a qualquer. Companhia, o exclusivo, isolado dos transportes de passageiros entre Lisboa e Porto.

As 19 horas, o “Douglas - Dakota” levantou vôo em direcção a base, na Portela de Sacavem.

² SALGUEIRO, Joaquim Dias, in manuscrito Lembranças, 1945, Vila Nova da Telha Vol. I, fl.11v-12

14 – Estrada de acesso ao Aerodromo³

A avenida de acesso ao aeroporto foi rasgada atravez de predios de boa terra tanto na parte de bravio como na de lavradio, na de lavradio atravessou a quinta do snr. Martins, da antiga casa do Andrade de Pedras Rubras, e um campo um campo em frente à estrada que segue para Matozinhos, que esteve bastantes anos alugado a um grupo de jogadores de fot-bol de Pedras Rubras. Este campo pertencia a proprietaria da “Quinta Amarela”, da antiga familia Tenente, do mesmo lugar.

Os terrenos expropriados eram pagos por um preço baixo, que os seus donos não sei se todos preferiram ceder gratuitamente a sua terra com a obrigação da Camara do Porto lhe fazer as vedações, isto em virtude dessas vedações terem estética e ficarem-lhe muito mais dispendiosas do que receber o pouco dinheiro com que lhe queriam pagar os seus terrenos e fazerem as vedações a sua custa.

Delineada e rasgada a avenida procedeu-se à terraplanagem empregando uma máquina de cilindrar estradas na compressão dos entulhos aonde estes eram lançados para nivelação do pavimento terminado a terraplanagem foi lançada por cima uma camada de pedra rebo, que depois de nivelada e calçada levou por cima uma outra camada de pedra britada que foi cilindrada, como qualquer outra estrada e por cima com areia do mar, assentado por ultimo os parelipipedos entre duas guias longitudinais separando as bermas da estrada que tambem são calcetadas do espaço destinado ao transito de carros. Esta obra que é de solida construção foi arrematada no dia 8 de Fevereiro de 1945, pela firma Ferreira dos Santos, do Porto pela quantia de “722\$000\$00” setecentos e vinte e dois contos. A mesma que executou a obra do aeródromo. As s valetas aos lados da estrada foram calcetadas a pedra e as juntas tomadas com areia grossa e cimento. Esta obra ficou concluida no mês de Setembro do mesmo ano.

15 - A Plataforma⁴

A plataforma que se acha construida em frente da aerogare, parece uma obra simples e de pouca importancia mas é o contrario. A vasta superficie que se ocupa está assente sobre uma bôa camada de areia grossa do mar, talvez de uns 0,30 (m) aproximadamente que foi conduzida das praias de Perafita em carros de bois e caminhetas tarefa que durou muito tempo.

Depois de cheia e nivelada aquela praça procedeu-se a colocação da rede de tubos introduzidos na areia que constituem a drenagem de esgoto das aguas pluviais e por cima, uma espessa camada de betão que foi composta de pedra de brita da miúda, areia e cimento assente em boa rede de ferro destinada a esse fim.

Esta empreitada foi adjudicada e construída pela firma construções civis, a “Opeca” de Campanhã pela quantia aproximada de sete centos contos e ficou concluída aí pelos fins do mês de Agosto de 1945. A plátaforma destina-se ao estacionamento dos aviões após a sua aterragem e ao embarque e desembarque dos passageiros e mercadorias.

16 - A Aerogare⁵

A aerogare o mais vasto edifício do aeroporto, principiou a ser construída no ano de 1945.

³ SALGUEIRO, Joaquim Dias, in manuscrito Lembranças, 1945, Vila Nova da Telha Vol. I, fl.12v-13

⁴ SALGUEIRO, Joaquim Dias, in manuscrito Lembranças, 1945, Vila Nova da Telha Vol. I, fl.13v.

⁵ SALGUEIRO, Joaquim Dias, in manuscrito Lembranças, 1945, Vila Nova da Telha Vol. I, fl.48v.

A sua construção bastante morosa, pois prolongou-se por 1946 e não sei se com os seus anexos foi acabado no ano seguinte.

Esta obra foi confiada ao engenheiro snr. Moreira de Sá com um orçamento de 1 400 00\$00, mil e quatrocentos contos, mas estará muito mais cara em virtude dos salários terem uma grande alta de preço durante a sua construção.

Destina-se este edifício a acomodar todas as repartições necessárias para funcionar o aeródromo com o campo para a aviação internacional.



Fig. 1 – Aerogare em construção

17 - Um Avião extraordinário⁶



Fig. 2 – Avião extraordinário

Cerca das 9 horas do dia 2 de Maio do ano de 1945, aterrou aqui no aeroporto junto à plataforma então ainda em construção um avião de guerra alemão, sem haver qualquer incidente, era tripulado por dois militares que faziam parte das tropas alemãs de ocupação da Dinamarca, que em virtude da desorganização que reina dentro do seu país agravado com a morte ou desaparecimento do ditador Hitler cuja situação era desesperada, resolveram retirarem-se do seu posto levantando vôo para o sul até que encontrassem um aeródromo para aterrarem. A Alemanha capitulou sem condições no 8 dia do mesmo mês. Apesar do campo estar ainda em construção resolveram aterrarem ali parece que por o carborante estar quase gasto, pois que já traziam seis horas de viagem.

Chegado o avião a terra os dois tripulantes desceram para o campo e levantaram os braços ao ar, indo logo os empregados do campo ao seu encontro. Comunicado pelo telefone este acontecimento às autoridades e estas ao Snr. Consul da Alemanha que em breve tempo compareceu no local para lhe ser entregues os seus súbditos que se encontravam detidos.

Pelo avião conduzir material de guerra, ficou guardado militarmente uns dias até que fosse retirado e internado num aeródromo militar. Quando os mecanicos portugueses se propunham a pôr os motores em andamento para levantar vôo e conduzi-lo ao seu destino não o conseguiram, pelo que foram convidados os (...) ali dar conhecimento.

⁶ SALGUEIRO, Joaquim Dias, in manuscrito Lembranças, 1945, Vila Nova da Telha Vol. I, fl.17v

18 – A inauguração do Aeroporto de Pedras Rubras⁷

Desceram no novo aeródromo cinco aviões, transportando as autoridades aeronauticas, o subsecretário das obras Publicas e dos adidos do ar inglês e hespanhol. A inauguração do Aeroporto de Pedras Rubras e das carreiras aéreas Lisbôa - Porto, efectuada no domingo dia 2 de Dezembro de 1945, constituiu um notavel acontecimento na vida citadina.

Não é de estranhar que isso se tenha verificado, pois não foi sem regosijo que os portuenses viram satisfeita uma das suas maiores aspirações. O campo de aviação do Porto, pelo qual a cidade se vem batendo há tantos anos, era daquelas necessidades que não podem ficar esquecidas nem proteladas.

Quantas terras sem a categoria do Porto, se orgulhavam de possuirem aeródromos e de verem descer nêles aviões, a segunda capital do País não tinha o seu campo de aviação. Durante anos promoveram-se campanhas e diligências, vistorias e projectos sem que dessem o resultado desejado. Pedras Rubras foi felizmente, o, sitio escolhido e aprovado, o ultimo, o definitivo terreno, a onde veio a construir-se o aeródromo da Cidade do Pôrto.

Podemos hoje dizer com plena satisfação que temos um campo de aviação, portanto um centro de comunicações aéreas que nos porá em contacto permanente com o País, o nosso Império e o Mundo.

Afluiram a Pedras Rubras milhares de pessoas.

O povo associou-se de alma e coração ao festivo acontecimento. Milhares de pessoas vindas de todos os pontos do Pôrto, de Matozinhos da Maia e ainda de outras localidades espalharam-se pelas imediações do aeródromo. Mobilizaram-se todos os meios de transporte, desde os automóveis, as centenas de bicicletas, “charretes” e velhas tipoias. Todos os caminhos, geralmente maus, estavam completamente ocupados por milhares de veiculos. A multidão estendia-se pelos largos espaços que marginam o aeródromo.

18.1 - A chegada das autoridades do distrito⁸

Pouco depois das 14 horas começaram a chegar ao aeroporto as autoridades civis e militares do distrito.

Recebeu-se ali o snr. Major Oliva Teles, Director do aeroporto. Entre o elemento oficial viam-se os snr. Major , dr Mario de Almeida, chefe do distrito; prof Luiz de Pina, presidente da Câmara Municipal do Porto; general Caudencio Trindade, comandante da Região; major Raul Ferreira Braga, comandante da P.S.P.; dr. Henrique Cabral governador civil de Braga; prof.



Fig. 3 – A multidão na inauguração do “campo da aviação”

⁷ SALGUEIRO, Joaquim Dias, in manuscrito Lembranças, 1945, Vila Nova da Telha Vol. I, fl.18v.

⁸ SALGUEIRO, Joaquim Dias, in manuscrito Lembranças, 1945, Vila Nova da Telha Vol. I, fl.18v-23.

Azevedo Maia, D. Ana Guedes e engenheiro Barreto Costa, vereadores da Camara Municipal do Porto; dr. Fernando Arozo, presidente da Camara Municipal de Matozinhos; engenheiro Nogueira Soares, director dos serviços de Engenharia da C. M. P.; dr. Vitor Lopes Dias secretario geral do Governo Civil; e também os snr. Engenheiro Mario Borges, deputado presidente da Associação Industrial Portuense; Pedro Maria da Fonseca, pela associação Comercial do Porto; Antonio Russel de Souza, pela União Nacional; major Américo de Oliveira, pela Mocidade Portuguesa; aviador civil Jorge Novais, pela Brigada aerea e Legião Portuguesa; tenente coronel Cipriano Martins, deputado dr. Albano de Magalhães; cônego dr. Gaspar Joaquim de Freitas, pelo prelado da diocese; capitães, Cardoso Moreira e José Soares; capitão Nery Teixeira, delegado da Intendencia Geral dos Abastecimentos; dr. Espregueira Mendes, director do Instituto Maternal; engenheiro Manuel Domingues dos Santos e José da Silva Pombeiro, chefes da filial no Porto da Companhia dos Transportes Aéreos; e muitas outras individualidades. As senhoras do Porto e dos concelhos de Matozinhos e Maia fizeram-se tambem, representar em elevado numero.

Desceram em Pedras Rubras cinco aviões conduzindo as autoridades de aeronáutica, sub - secretário das obras Públicas e adidos estrangeiros.

Ás 14 e 20 desceu no aeródromo o primeiro monomotor (avião - “taxi” para quatro passageiros), do tipo “Proctore” conduzindo os snrs. Major Costa Macedo, chefe dos serviços da C. T. A., e Carlos Bleck.

Ás 14 e 45 surgiram do Sul e aterraram, tambem, sem novidade mais três bimotores que com aquêle primeiro, constituem-se os aviões comerciais que farão, de hoje em diante, as carreiras entre Lisboa e Pôrto e vice-versa.

Fig. 4 – Monomotor Percifal Proctor

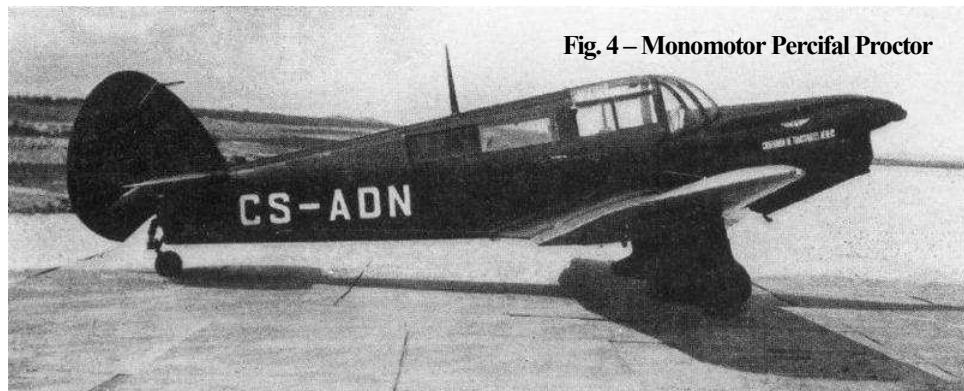


Fig. 5 – Bimotor DeHavilland Dragon



Nestes vinham entre outros, os Snrs. Engenheiro José Ulrich, sub-secretário das Obras Publicas; Brigadeiro Alfredo Sintra, comandante geral de Aeronautica Militar; tenente coronel Humberto Delgado e major Humberto Pais, director e sub-director do Secretário de Aeronautica Civil; engenheiro Melo e

Castro, director do gabinete tecnico dos Aerodromos Civis; engenheiro Couto dos Santos administrador geral dos Correios Telégrafos e telefones; e Luiz Lara , director geral da C.T.A.

Desceu finalmente, um quinto aparelho, frances, conduzindo os adidos do Ar inglês e hespanhol, o deputado snr. Prof. Dr. Mendes Correia e espôsa, e ainda outras senhoras. Este avião de grande tonelagem, ao aterrarr junto de uma das margens do campo, devido ao terreno estar bastante amolecido pelas chuvas, bateu com a hélice em terra partindo-a. As rodas ficaram em parte enterradas na lama não tendo, porém, sofrido os passageiros.

Os snr dr. Luiz de Pina sublinhou que a Camara Municipal do Pôrto gastou no campo de aviação alguns milhares de contos.

No hangar do aeródromo, foi depois, oferecido um “Porto de Honra” aos convidados, durante o qual se proferiram entusiasticos discursos.



Fig. 6 – Porto de honra

Abriu o snr. Prof. Dr. Luiz de Pina que principiou por dizer:

Apenas duas palavras nêste momento em que o Governo e a Camara Municipal do Porto, construtores do aerodromo de Pedras Rubras - o primeiro aeródromodo Porto - entregam ao secretariado de Aeronautica Civil a parte da obra já edificada e considerada pronta. Em breve

se erguerá neste local o que resta construir, para o que já estão aprovados os necessários planos.

De valor e importancia desta empresa desta empresa para o Porto e as suas comunicações rapidas com o resto do Pais e como estrangeiro não se torna mister falar agora posto que é sobejamente avaliada e conhecida. De um lado e outro do Estado e do Municipio portuense, aqui se tem dispendido muito esforso, muita canseira, muito dinheiro. A Camara Municipal do Porto deixa fundamentalmente marcada na elaboração deste aeródromo a melhor da sua competência técnica - já devidamente comprovada pelo próprio Estado, quer na execução de planos quer na sua orientação e fiscalização constante.

E, depois acrescentou:

Nêste aeródromo colocou a Camara Municipal do Pôrto grandes verbas do seu erário, que ascendem já e ascenderão a alguns milhares de contos. Que a propria cidade compreênda esse seu grande sacrificio fazendo eu votos como presidente da Câmara, que o futuro das comunicações aereas seja tão proveitoso, sob todos os aspectos, como foi o sacrificio comprido. E que O Governo, snr. Sub-secretario do Estado com esta prova de larga colaboração do Municipio a que tão obscuramente presido, avalie com justiça o que esta cooperação municipal representa; que o Estado a considere como prova do amor, da coragem e do civismo desinteressado a esta grande, nobre e leal cidade do Porto a tudo e por tudo que signifique alevantamento e progresso da Nação portuguesa.

E concluiu dizendo:

E que a mesma cidade, por esta mesma inequivoca prova, se orgulha de ter contribuido em tão grande parte para consecução desta obra estadual e municipal que ficará a marcar sem dúvida

uma nova era na historia das comunicações em Portugal, neste querido Portugal de que tanto nos honramos, em servir, em engrandecer e sobrancear.

Ao pôr fim a estas breves palavras, eu daqui saúdo em V. Ex^a, snr. Sub-secretario de Estado, o Governo da Nação muito em especial ao seu ilustre e devotado Chefe. Ao dibnissimo titular da pasta das Obras Públicas e Comunicações, em que o Pôrto confia aberta e esperançadamente também as nossas melhores saudações.

O snr. Luis Lara agradeceu em nome da C.T.A. a presença das autoridades áquêle acto. Sublinhou a importancia daqueles e de quantos se dignaram vir ali assistir aquela iniciativa e saudou a cidade do Pôrto, fazendo votos para que os laços de simpatia de amizade entre as duas capitais encontrem agora mais um pretexto para se apertarem ainda mais.

Fala o snr. Tenente coronel Umberto Delgado

O snr. Tenente-coronel Umberto delgado pronuncia algumas palavras de agradecimento de saudação. Refere-se, depois ao acto que ali se celebrava para pôr em evidência a importância das carreiras aéreas. Fala da participação activa do Ministério das Obras Públicas naquela obra grandiosa, e dirige então, palavras de merecido louvor ao sub-secretario das Obras Públicas, e, ao presidente da Câmara Municipal do Pôrto, pela interferência que a Municipalidade teve no grande melhoramento e ainda pela compreensão que revelou em face do problema das ligações aéreas. Destaca o Pôrto, o seu bairrismo, patenteado pela presença de milhares de portugueses. Não esquece na sua saudação e no seu reconhecimento os engenheiros e os técnicos que intervieram na construção do campo, e destes salienta o nome do snr. Engenheiro Melo e Castro. A presença amiga dos adidos de Aeronautica estrangeira também lhe merecem palavras de simpatia. Destacando a acção do secretariado de Aeronaútica Civil, faz a sua história dizendo que teve no seu começo dificuldades. Alem dos estudos técnicos que se lhe impunham, havia que saber maneja-lo sob o aspecto administrativo.

Referindo-se ao entusiasmo do Pôrto pela aviação, destaca os apreciaveis serviços prestados pelo Aero Club do Pôrto e pelos cursos de aeromodelismo. Salienta a camaradagem que há entre a aviação civil e a aviação militar, e sauda a C.T.A. Tem muita satisfação em poder anunciar mais um serviço aereo.

Depois de focar, as vantagens que os pilotos tiram dos treinos no estrangeiro, diz que os aviadores civis não têm paraquedas atrás de si, mas, sim o correio e os passageiros. É por isso que êles são criados na escola da coragem e da epopeia, pois sabem e adivinham os sacrifícios que correm. O discurso do sub-secretário das Obras Públicas o snr. Engenheiro José Ulrich, sub-secretário das Obras Públicas, que fala por último, começa por salientar a importância da aviação comercial. Não pode por isso deixar de sublinhar e aplaudir a formação de mais uma empresa de transportes aéreos. É uma obra de vivo e indesmentivel interesse público. Ao mesmo tempo afirma a sua simpatia por poder assistir à inauguração de tão valioso melhoramento na cidade do Pôrto.

Depois de frisar que a C.T.A. não deixará certamente de alargar os seus serviços a outros pontos do Pais, logo que para tal dispuzerem das necessárias infraestruturas, diz;

E o seu exemplo, há-de frutificar, levando outros de momento menos animosos, a trabalhar em paralelo ou em ligação com ela, e assim se irão ampliando as benefícios da obra que empreendeu.



Fig. 7 – Propaganda da CTA

Por sua vez, este lindo campo de aviação da Cidade do Pôrto é o primeiro do plano continental de aeródromos civis, em cuja execução o Governo se encontra decididamente empenhado e que estaremos em condições técnicas e financeiras de levar a cabo, se soubermos merecer que a Divina Providência nos continue a conceder a inestimável benção da política e da orientação de Salazar.

Está de parabens a Câmara Municipal do Pôrto por mais esta realização que tanto valoriza acapital do Norte, e podem orgulhar-se os seus Serviços de engenharia, que a estudaram e executaram com acerto numa exemplar colaboração, com o Ministério das Obras Públicas e Comunicações.

Merecem esses serviços palavras de especial apreço, e merece-as também o snr. Engenheiro Melo e Castro, que na construção deste aeroporto desempenhou com competência que na matéria todos lhe reconhecem e com a sua inexcedível dedicação, as funções de orientação superior, como delegado daquela Ministério.

E como tantas vezes já tem sucedido e tantas vezes sucederá ainda a medida da conclusão de grandes em curso, ocorre-nos insensivelmente, neste momento a saudosa recordação do grande Ministro que concebeu e lançou esta obra, e cujo rol de serviços não se limita aos muitos que em vida prestou ao País, antes se avoluma pelos anos fora, na materialização dos seus sonhos e dos planos que nos deixou para realizar.

Ao terminar as breves considerações que nos acontecimentos do dia de hoje me inspiram, afirma a V. Ex. as a particular satisfação que tive em aqui ver e formulo. Em nome do snr. Ministro das Obras Públicas e Comunicações, os mais sinceros votos pelas prosperidades da Companhia de Transportes Aéreos e pela valorização e engrandecimento da nobre Cidade do Pôrto.

Findo o acto inaugural, os aviões, a excepção do francês, levantaram vôo com destino a Portela de Sacavém.

19 – Os caminhos de acesso ao Aeroporto⁹

Antes de terminar a sua reportagem não quiseram deixar de, mais uma vez, recomendar a necessidade urgente de se abrir em amplas vias de acesso ao aeroporto de Pedras Rubras.

Os actuais caminhos que vão dar ao campo, são estreitas e tortuosas, e não têm pavimentos decentes. Ontem no fim do acto, centenas de automóveis tiveram que permanecer horas nos caminhos por ser impossível movimentarem-se em tão apertadas e acidentadas arterias, na sua maior parte convertidas em verdadeiros lamaçais. Impõe-se, agora mais do que nunca, o descongestionamento das vias de acesso ao aeroporto, abrindo-se amplas e bem pavimentadas artérias, que o liguem rapidamente às estradas nacionais próximas.

Esta narração foi transcrita do jornal “O Comércio do Porto” do dia seguinte à inauguração dia 3 de Dezembro de 1945. Inauguração do Aeroporto de Pedras Rubras Comércio do Porto, 3 de Dezembro de 1945.

Apesar de todos os edifícios e plataforma estarem construídos em antigos terrenos muito dentro dos limites da freguesia de Vila Nova da Telha, o aeródromo foi cognominado com o apelido de “Pedras Rubras”.

No mesmo dia e com a presença do snr. Presidente da República, foram inaugurados os serviços da companhia de Transportes Aéreos, entre Lisboa e Pôrto.

⁹ SALGUEIRO, Joaquim Dias, in manuscrito Lembranças, 1945, Vila Nova da Telha Vol. I, fl.23v-28

No aeroporto da Portela de Sacavem, juntaram-se centenas de pessoas que eram recebidas a porta pelos snr. D. Manuel de Melo (Cartaxo) Luis de Sousa Lara e D. José Saldanha, membros do concelho da Companhia, Carlos Eduardo Bleck, seu director geral.

O chefe do Estado acompanhado pelo snr. Capitão Carvalho Nunes, chegou ali ás 11 e 30. Já se encontram no local, entre outras personalidades os snrs. Ministro das Obras Publicas e Comunicações das colonias, governador militar de Lisbôa, adidos aeronauticos hespanhol, inglês, americano, comandantes das aviações militar e naval, Comandante geral das Policias, director da P.I.D.E., representantes das diversas empresas de transportes terrestres navais e aéreas nacionais e estrangeiras, numerosos aviadores civis do exercito da marinha, e muitas desenas de senhoras.

O snr. General Carmona, e o snr. Engenheiro Cancela de Abreu, acompanhados pelos snrs. Carlos Bleck e Luis de Sousa Lara, demoraram-se alguns minutos no interior dum dos três confortaveis bimotores “Dragon”, tendo no fim felicitado os dois pelas condições do aparelho.

Procedeu-se, depois a inauguração do vasto hangar da companhia, tendo o snr. D. Manuel de Melo (Cartaxo) pronunciado um discurso, no qual refere actividades da Sociedade Geral com empresa armadora, que tem actualmente em construção navios numa capacidade superiora 100 mil toneladas. Cita, a seguir, o desenvolvimento da navegação aérea e o interesse que por esse ramo se suscitou naquela emprêsa. Elogiou a actividade dos snrs. Sousa Lara e Carlos Bleck, com quem a sociedade Geral se reuniu para fundar a Companhia de Transportes Aéreos, actualmente com três meses de existência. Para começar establece-se agora a carreira entre as duas principais cidades do Pais, embora esteja no seu programa fazer mais e cada vez mais e melhor, com ligações ao ultramar e paises estrangeiros, esperando para isso, que lhe sejam concedidas as necessárias autorizações.

Terminou agradecendo facilidades concedidas pelas entidades oficiais brindando pelo Chefe de Estado e pelos membros do Governo.

20 - Transportes Aéreos Portugueses¹⁰

Os transportes aéreos portugueses, iniciaram a sua carreira entre Porto e Lisboa, no dia 04 de Agosto de 1947, com um novo horário de partidas e chegadas, havendo ás segundas, quartas e sextas - feiras, apenas uma carreira de ida e volta, e ás terças e quintas e sábado duas.

Os preços das passagens simples foi de 280.00, com todas as taxas incluídas. Os s aviões são para vinte passageiros ou mais.

21 – Expropriações do Aeródromo¹¹

Valor económico do terreno ocupado pelo aeródromo¹²

A grande superficie que hoje ocupada pelo aeródromo do Porto, era no conjunto uma vasta mata produzindo muitos matos, pinheiros, eucaliptos, alguns carvalhos. Era uma zona de bravo a onde alguns lavradores e proprietarios tinham ali todo o seu bravo donde se abasteciam para o necessário



Fig. 8 – Mecânico da TAP

¹⁰ SALGUEIRO, Joaquim Dias, in manuscrito Lembranças, 1945, Vila Nova da Telha Vol. I, fl.29v.

¹¹ SALGUEIRO, Joaquim Dias, in manuscrito Lembranças, 1945, Vila Nova da Telha Vol. I, fl.63v.

¹² SALGUEIRO, Joaquim Dias, in manuscrito Lembranças, 1945, Vila Nova da Telha Vol. I, fl.8v.

consumo de suas casas de mato e lenhas, e outros haviam que por terem de mais abundancia daqueles daqueles produtos vendiam a quem não tinha.

Muitos lavradores da freguesia de Lavra, vinham ali aquele lugar, muito conhecido entre eles por “Manhinhos” fazer todos os anos as aquisições do mato de que careciam. As lenhas tambem tinham muito boa venda.

A construção do aeroporto aqui neste lugar prejudicou imensamente a lavoura das vizinhanças, pois lavradores que ali possuam todo o seu bravo, o viram desaparecer, com grande descontentamento e indignação e pago por um preço minimo de “1\$15” um escudo e quinze centavos pelo metro quadrado e ainda onerado para receber tal importancia tinha que se fazer minuciosa justificação.

Houvera proprietarios que apuraram mais dinheiro nas lenhas do que receberam do terreno expropriado.

As freguesias mais prejudicadas foram: Vila Nova da Telha, Perafita, Moreira e não sei se alguma cousa Santa Cruz do Bispo, refiro-me apenas ao lugar expropriado, pois haviam lá proprietarios de varias outras terras.

Na freguesia de Vila Nova da Telha, haviam uns pequenos campos que estavam a lameiro e também a terra de cereaes, ao todo não seriam mais de quatro geiras¹³, estes predios ficavam situados a leste de Vilar juntos ao antigo regato.

Na freguesia de Moreira, em Pedras Rubras, tambem foram ocupados uns predios de campo de iguais produções e aproximada superficie.

As expriações nesta nossa casa foram na bouça do cam na Prozela 13.500 metros a 1.15 um escudos e 15 centavos,	15.225\$00
Bouça dos maninhos 6900,	7.935\$00
Na bouça do cam a desarborisação foi de 16.160 metros quadrados a 50 centavos	8.080\$0
Receita	31.240\$00

Na bouça do Cam ao arbitro	100\$00
Ao escrivão processo	300\$00
Bouça dos maninhos arbitro	100\$00
Ao escrivão do processo	100\$00
Uma escritura de desarborizaçao na câmara do Porto	120\$00
Para despesas e idas ao Porto	80\$00
Despesas	800\$00

¹³ Jeira, nome dado a antiga medida agraria ou a terreno em que uma junta de bois pode lavrar num dia, ou uma porção de terra em que se pode semear quatro alqueires num só dia, portanto “jeira”, na aplicação no texto, significa terreno de pequenas dimensões.

Reestruturação da Rede de Bibliotecas da Maia

Miguel Azevedo*

Resumo: A Rede de Bibliotecas da Maia está, desde 2016, a conhecer um processo de melhoria e reestruturação. É do desfecho desse processo que se dá conta nesta notícia.

Palavras-chave: Maia, Biblioteca Municipal, Rede de Bibliotecas

Numa perspetiva de melhoria contínua dos serviços, a Câmara Municipal da Maia, através da sua Biblioteca Municipal, encetou no início do ano letivo 2016/2017 uma redefinição dos procedimentos inerentes à Rede de Bibliotecas da Maia que tem como objetivo primeiro a eficiência dos serviços no acesso ao livro e à leitura no concelho da Maia. Este processo visou o upgrade do software de gestão documental, que permitirá uma aproximação de realidades entre os parceiros, sendo esta a ferramenta que suporta o Catálogo Coletivo Concelhio, elemento essencial para a formalização da nossa rede.

Esta reestruturação teve como foco dois aspectos basilares, nomeadamente:

- Upgrade do software de gestão documental. Ao ser implementado este “novo” software, adquirido em pleno pelo Município, serve não só a Biblioteca Municipal bem como todos os parceiros da rede, sem qualquer custo associado para as Bibliotecas Escolares garantindo a democratização do acesso ao software e a possibilidade de acesso de novas Bibliotecas Escolares (rede privada de ensino) à Rede de Bibliotecas da Maia

- Alteração ao circuito documental das Bibliotecas Escolares. Até à data todos os documentos de qualquer Biblioteca Escolar passavam pela Biblioteca Municipal para os serviços de tratamento preliminar, catalogação, classificação, indexação e cotação, tarefas da responsabilidade de cada biblioteca escolar, mas que, na base da constituição da rede, a Biblioteca Municipal estrategicamente entendeu concentrar em si. Verificou-se que se tratava de processo demasiado lento e que se encontrava congestionado tendo em conta o volume de documentos de todas as Bibliotecas Escolares e a capacidade de resposta da Biblioteca Municipal. Esta alteração devolve às Bibliotecas Escolares, e aos seus profissionais especializados, as tarefas associadas ao circuito documental continuando a Biblioteca responsável pela verificação e validação do catálogo coletivo concelhio bem como qualquer apoio e formação que venha a ser necessária. As referidas alterações pretendem diminuir o tempo de chegada dos documentos à estante e consequentemente aos utilizadores.

Tendo por base o Protocolo de Cooperação, assinado em 2010, entre a Câmara Municipal da Maia e os Agrupamentos de Escolas do Concelho foi assinado o “Normativo da Rede de Bibliotecas da Maia” em cerimónia pública a 20 de abril no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho. Este momento, além de assinalar formalmente o reconhecimento da Rede de Bibliotecas da Maia, foi o ponto de partida para o novo paradigma desta rede, criando estratégias de partilha de recursos e permitindo o envolvimento de toda a comunidade numa ação coesa, coletiva e colaborativa, assente numa forte cooperação em torno de objetivos comuns.

* Câmara Municipal da Maia – Coordenador da Biblioteca Municipal Dr. José Vieira de Carvalho



Imagens da cerimónia pública a 20 de abril no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

De acordo com Mário Nuno Neves, Vereador do Pelouro da Cultura, “(...) esta reestruturação é, muito provavelmente, um dos primeiros exemplos a fazer justiça ao novo paradigma dos governos municipais, neste dealbar do século XXI, em que as circunstâncias da própria contemporaneidade, vão transformando as Câmaras muito mais em entidades facilitadoras do que meramente fazedoras, proporcionando condições e meios para que os vários parceiros no terreno partilhem Know-how e experiências e que, em conjunto, laborem focalizados numa ideia de progresso assente no Conhecimento e na Inclusão Social. Não deixa de ser auspicioso que este exemplo ocorra na esfera da Cultura e dentro deste universo da leitura e da sua promoção. (...)

A Câmara Municipal da Maia leva a sua política de promoção do livro e da democratização plena da leitura muito a sério e está absolutamente consciente que a mesma, só pode ter sucesso com a colaboração ativa e proativa das Escolas, possível pela disponibilidade e sensibilidade dos seus órgãos de gestão e pela extraordinária dedicação dos professores.

Esta Carta de Compromisso, que oficializa a reestruturação, corresponde a um novo capítulo da importantíssima obra que a todos nós cumpre escrever e que tem apenas um objetivo: dar à luz, de forma natural, uma nova geração de bons leitores, que é o mesmo que dizer cidadãos cada vez mais capazes, exigentes, conhecedores e responsáveis.”

NOTAS DE LEITURA

Sérgio O. Sá

Alberto Sá – escultor santeiro

Maia, 2017

Sérgio O. Sá já nos habituou a trabalhos que aliam uma escrita clara e agradável a um conteúdo sólido e interessante.

Só que desta vez a complexidade do tema era muito maior. É que, se escrever sobre alguém que nos é próximo já é muito difícil, imagine-se o que é escrever sobre o nosso próprio Pai que, além de natural progenitor foi também alguém que nos inspirou e que trilhou um caminho que, em parte, também trilhamos.

Alberto Sá, é desse “escultor santeiro” ou “imaginário” como na Idade Média se dizia que trata este livro, nasceu em Cidadelha, Santa Maria de Avioso, a 5 de setembro de 1913.

Pertence, por idade ou proximidade, a uma geração de grandes artistas desta arte. Não tendo passado, como todos os outros (exceção feita a Altino Maia) pela academia, desenvolveu as suas aptidões percorrendo o *cursus honorum* habitual, de aprendiz a mestre em várias oficinas até, já muito tarde, dizemos nós, se ter tornado no “dono da sua própria oficina”.

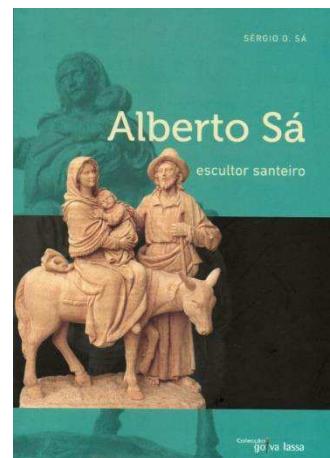
Este livro de Sérgio Sá divide-se em três grandes partes. A primeira inclui uma introdução e um apontamento biográfico. A segunda fala-nos da obra de Alberto Sá, do seu método de trabalho e, coisa importante sempre, mas mais neste caso, da questão da localização da sua obra. É complementada por um apontamento sobre exposições, sobre a sua intervenção como cidadão e dá-nos a conhecer alguma documentação sobre o biografado. Finalmente a terceira, que Sérgio Sá intitulou “Contributo para um eventual inventário”, apresenta-nos um abundante conjunto de ilustrações de muitos dos seus trabalhos, subdividido em “temas religiosos” e “temas profanos”, que se pretende que possa constituir um “catálogo” das suas produções.

Cito um parágrafo do livro, só para “abrir o apetite” para conhecermos Alberto Sá:

“No âmbito da criação própria, Alberto Sá interessou-se também por assuntos escultóricos marginais à sua actividade de santeiro, deixando-nos uma série de obras profanas, abordando temas de características etnográficas ligadas à sua região”.

E, acrescento eu, que magnífico “desenhador” ele era. Entre o espólio reunido por seu filho para esta publicação, há desenhos magníficos...

Enfim, mais um livro a não perder, não só por quem se interessa pelas coisas da Maia, como também por todos os que apreciam a arte em geral e a escultura em particular. Uma vez mais Sérgio Sá dá-nos o prazer de ficar a conhecer a obra de um artista talvez diferente, talvez mais sensível, talvez talhado para outros voos se tivesse tido a oportunidade de descolar. Ele, mais um, mas um especial, na terra daqueles que ficaram conhecidos como «Santeiros da Maia».



José Augusto Maia Marques

PRESENÇAS

Colóquios e Congressos

XXVII Fórum Avintense

Junta de Freguesia de Avintes, V. N. Gaia

17 e 18 de fevereiro

Organizado pela Junta de freguesia de Avintes com a colaboração da Confraria de Avintes, esta 27^a edição deste encontro, juntou vários historiadores, etnógrafos e interessados não só por Avintes como por Gaia, pelo Grande Porto e pelas coisas da cultura. Esteve presente o Dr. José Maia Marques, do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal da Maia, que apresentou a comunicação “Um Centro de Memória para Avintes”.



Seminário “O Cerco do Porto”

Galeria dos Retratos, Irmandade de Nossa Senhora da Lapa, Porto

24 de fevereiro

Organizado pela Universidade Portucalense esta iniciativa pretendeu divulgar a importância que o Cerco do Porto teve no âmbito da História da cidade do Porto, despertar o interesse pela preservação de locais da cidade e dinamizar a História, o Património e o Turismo Militar do Porto junto da sociedade. Neste evento esteve presente o Dr. Rui Menezes, do Pelouro da Cultura da CMM.

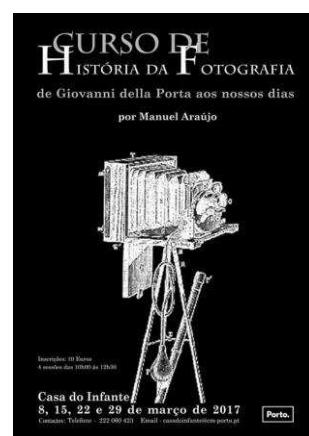


Curso de História da Fotografia

Casa do Infante, Porto

8, 15, 22 e 29 de março

Este curso destinou-se ao público em geral, com interesse e necessidade de formação na área da História da Fotografia. Um curso orientado para o aprofundamento de conhecimentos sobre a História da Fotografia e da importância do seu aparecimento como fator para o desenvolvimento social, das ciências e das artes. O curso foi ministrado pelo Dr. Manuel Araújo, técnico da CM Porto, que actualmente exerce funções na Casa do Infante. Esteve presente o Dr. Rui Menezes, do Pelouro da Cultura da CMM.



**1.º Encontro da Rede das Bibliotecas Associadas à
Comissão Nacional da UNESCO
Palácio das Necessidades, Lisboa
21 de março**



A Biblioteca da Maia não sendo ainda associada esteve presente como biblioteca convidada.

Desta reunião sairam várias decisões, tais como

- Novo Encontro em 2018, a 22 de Março, na Biblioteca Almeida Garrett, no Porto;
- Criação de um documento tipo “Carta de princípios”;
- Realização de uma atividade conjunta e simultânea em todas as bibliotecas a 16/Nov (Dia da Unesco);
- Implementação da agenda 2030 da ONU nas atividades das Bibliotecas.

Esteve presente o Dr. Miguel Azevedo da Biblioteca Municipal Dr. José Vieira de Carvalho – Maia.

**Seminário Turismo & Património Cultural
Casa das Artes, Porto
30 e 31 de março**

Numa iniciativa da Pporto.pt e da VERdeNOVO, pretendeu-se contribuir para uma reflexão sobre a aplicação das tecnologias de informação e comunicação como alavancas de inovação no domínio do Património Cultural e do Turismo, numa perspectiva integradora. Fez-se uma reflexão sobre o “estado da arte”, a apresentação de boas práticas ao nível da gestão, das experiências culturais e turísticas e do marketing e da comunicação, que possa contribuir para a identificação de oportunidades e a dinamização de projectos. Esteve presente o Dr. José Maia Marques do pelouro da Cultura da Câmara Municipal da Maia.



**Congresso Internacional de Turismo Militar
Universidade de Aveiro
16 de maio**

Organizado pela Universidade de Aveiro e pelo Ministério da Defesa, com este primeiro congresso pretendeu-se debater soluções criativas e inovadoras para a área do Turismo Militar em Portugal e no Brasil; abordar novos modelos económicos e de gestão que tenham por base a história, o património e a identidade nacionais; e ainda novos paradigmas de gestão e planeamento para o setor do turismo, com vista à promoção da cultura, do património e do desenvolvimento económico, social e territorial.

Na mesma ocasião procedeu-se à entrega dos prémios do Concurso “Mentes Brilhantes para o Turismo Militar” numa cerimónia presidida pelo Secretário de Estado da Defesa.

Esteve presente o Dr. José Maia Marques do pelouro da Cultura da Câmara Municipal da Maia.



**congresso internacional
de turismo militar**
universidade de aveiro | 16-19 de maio

**INVTUR2017 - Conferência Internacional de
Turismo - Cocriar o futuro do turismo
Universidade de Aveiro
17-19 de maio**



Organizada pela Universidade de Aveiro, e com a presença de vários dos melhores especialistas mundiais em turismo, a edição de 2017 pretendeu contribuir para o debate e suscitar novas abordagens e paradigmas emergentes na área da cocriação de valor e que suportam o novo ecossistema do turismo. Paralelamente à conferência, teve lugar uma mostra de boas práticas no sector do turismo. Esteve presente o Dr. José Maia Marques do pelouro da Cultura da Câmara Municipal da Maia, com a comunicação “Turismo cemiterial - o «porquê» e o «onde»”.

5ª Conferência de Gaia – O Caminho Português de Santiago.

Mosteiro de Grijó, V. N. Gaia

25 de maio

Numa organização da Câmara Municipal de Gaia e do Jornal de Notícias, esta 5ª Conferência teve com o tema de fundo o Caminho Português de Santiago, procurando abordar o estado atual e os desafios para o futuro que enfrenta aquele Caminho. Depois de intervenções do diretor do JN e do presidente do Eixo Atlântico, foi apresentado o «Estudo dos traçados do Caminho Português de Santiago no Norte de Portugal», por Ana Ladeiras. Seguidamente a intervenção “de fundo”, o arquiteto Rui Loza apresentou o seu «Estudo de Viabilidade da Candidatura da UNESCO do Caminho Português de Santiago», que a C. M. Gaia ofereceu a todos os presentes. Estiveram presentes o Dr. José Maia Marques e o Técnico de Turismo Mário Aguiar, do pelouro da Cultura da Câmara Municipal da Maia.



Congresso Internacional do Centenário de Fátima.

Centro Pastoral Paulo VI, Fátima

21 a 24 de junho

Organizado pelo Santuário de Fátima e com o lema “Pensar Fátima, leituras interdisciplinares”, este Congresso proporcionou de facto um amplo debate sobre o fenômeno das aparições/visões. Contando com a presença de vários especialistas internacionais, apresentou, para além das conferências principais, várias sessões de trabalho temáticas simultâneas, totalizando muitas dezenas de intervenções. No centenário deste fenômeno, pretendeu-se incentivar os investigadores ao seu estudo, seja em si mesmo e a partir de documentação própria, seja em comparação com outros fenômenos semelhantes. Esteve presente o Dr. José Maia Marques com a comunicação “D. José Alves Correia da Silva, um Bispo maiati no centro do Fenômeno de Fátima”. Estiveram na sessão o Cónego Dr. Luciano Cristino, Historiador de Fátima, e D. Serafim Ferreira e Silva, Bispo Emérito de Leiria-Fátima, outro ilustre maiato.



**I Encontro Nacional de Literaturismo.
Forte de S. João Baptista da Foz do Douro, Porto
20 de junho e 1 de julho**

Este acontecimento tem como “subtítulo” Roteiros Literários, Turismo e Gastronomia. Juntou um grupo de estudiosos e curiosos que vêm fazendo, de há alguns anos a esta parte o tal “literaturismo”, isto é, o turismo através das obras e da vida dos escritores. Promovido pela União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, autarquia muito ativa culturalmente, teve a presença de vários conferencistas que abordaram temas interessantes, e culminou com um “passeio literário” pela Foz do Douro, guiado por José Valle de Figueiredo. Esteve presente o Dr. José Maia Marques, do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal da Maia, com a comunicação “Geografia de *As Mulheres da Beira*, de Abel Botelho”.

I ENCONTRO NACIONAL DE LITERATURISMO

ROTEIROS LITERÁRIOS,
TURISMO E GASTRONOMIA

30 JUN - 01 JUL
09h30-13h00 | 15h00-17h00
FORTE DE SÃO JOÃO BAPTISTA
DA Foz do Douro

A programação apresentada poderá sofrer alterações alheias à organização.



FOTO QUIZ

Num lugar bem central, de uma freguesia da Maia bem encostada ao Porto. Alguém sugere uma identificação para o local e para o edifício e nos dá uma breve descrição? Respostas para jmaiamarques@gmail.com



Normas para apresentação de originais

0. O trabalho a submeter deve ser totalmente original e inédito e ter relevância e clareza de conteúdo.
1. Os artigos devem ser prioritariamente escritos em língua portuguesa, no entanto em casos pontuais poderão ser aceites artigos em inglês, francês e espanhol.
2. O original deve ser apresentado em formato Word e apesar de não haver um limite de páginas dos originais a submeter a publicação, recomenda-se que os artigos não excedam as 20 páginas A4 (incluindo resumos, quadros, figuras, tabelas, gráficos, notas de rodapé e referências).
3. A dimensão da folha deve ser A4 (21x29.7cm) com margens, superior, inferior e laterais de 2 cm.
4. O espaçamento entre linhas deve ser de 1,5.
5. O tipo de letra utilizado deve ser Times New Roman a 12 pt.
6. Deve juntar-se ao original um documento autónomo onde conste o título do artigo, o subtítulo, se existir, o nome e afiliação dos autores e endereço do autor para correspondência. Ao longo do manuscrito não deve constar qualquer informação identificativa dos autores.
7. Os artigos deverão conter na página inicial, nas línguas portuguesa e inglesa, a seguinte informação: título, resumo que não deverá exceder as 150 palavras e até 5 palavras-chave.
8. Os artigos deverão ter preferencialmente a seguinte estrutura: Introdução; Desenvolvimento; Conclusão; Referências bibliográficas.
9. As ilustrações – quadros, figuras, tabelas ou gráficos – deverão respeitar, no seu conteúdo e forma, o contexto e a temática que as justificam. Em caso de ser necessário legendas, inclui-las no final da publicação. Não esquecer a fonte/origem da ilustração. A indicação do local onde deverão ser colocadas deve constar no texto do artigo a vermelho. As Imagens devem ser em formato digital JPEG, GIF ou TIF e os Gráficos nos formatos originais de produção. Os direitos sobre as imagens introduzidas nos trabalhos são da responsabilidade exclusiva dos respetivos autores.
10. Os vocábulos estrangeiros deverão ser apresentados em itálico e não entre aspas, exceto quando se tratar de citações de textos.
11. As notas, em rodapé, devem ser sucintas e meramente esclarecedoras e não “um artigo dentro de outro artigo”.
12. As referências e citações bibliográficas, a apresentar igualmente em rodapé, devem obedecer ou à Norma Portuguesa 405, que podem ser consultadas no site da U. Minho:
(cf. <http://www.sdum.uminho.pt/Default.aspx?tabid=4&pageid=317&lang=pt-PT>)
ou às normas APA, disponíveis no site dessa mesma Instituição:
(cf. <http://www.sdum.uminho.pt/Default.aspx?tabid=4&pageid=313&lang=pt-PT>)

